

Luís Filipe Alvão Serra Leite da Cunha

**AS CONSTRUÇÕES COM PROGRESSIVO
NO PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM SEMÂNTICA**

Porto

1998

Luís Filipe Alvão Serra Leite da Cunha

AS CONSTRUÇÕES COM PROGRESSIVO NO PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM SEMÂNTICA

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 57332
EX. 2
Data 15 / 07 / 19 98

Dissertação de Mestrado
em Linguística Portuguesa Descritiva
apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade do Porto

043M

C 978e

ex. 2

O Sub-Programa Ciência e Tecnologia do 2º Quadro Comunitário de Apoio no âmbito do
Programa Práxis XXI apoiou financeiramente este trabalho

Porto
1998

FUNDO GERAL

FLUP-BIBLIOTECA ()



#523735#

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha orientadora, Professora Doutora Fátima Oliveira, por todo o seu trabalho de acompanhamento, pela total disponibilidade e empenhamento que sempre manifestou e pelos muitos e valiosos comentários, observações e sugestões, propostos ao longo dos nossos encontros. Agradeço igualmente aos meus professores e colegas de mestrado, por todo o estímulo, à Deolinda e à Dr.ª Raquel, sem esquecer, naturalmente, a importante contribuição da FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA e do CENTRO DE LINGUÍSTICA da Universidade do Porto.

Quero manifestar ainda a minha gratidão em relação aos meus pais, irmãos (principalmente ao Pedro, pela sua ajuda ao nível da informática e da execução gráfica), à tia Guida e ao Titó, à Teresa e aos meus primos Miguel e Fátima, bem como a toda a minha família, aos meus “informantes” e a todos quantos, de uma forma ou de outra, comigo colaboraram.

Gostaria de deixar um agradecimento muito especial à minha mãe, pelo seu apoio constante e incondicional e pela sua dedicação, que nunca conhece limites, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

INDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: QUESTÕES GERAIS SOBRE TEMPO E ASPECTO: DELIMITAÇÃO E CONVERGÊNCIAS	3
1.1 - ALGUMAS PROPOSTAS FUNDAMENTAIS	4
1.1.1 - Vendler (1967)	4
1.1.2 - Dowty (1979)	8
1.1.3 - Mourelatos (1981)	13
1.1.4 - Parsons (1990)	18
1.1.5 - Moens (1987)	22
1.1.6 - Kamp e Reyle (1993)	27
1.2 - EVENTOS E ESTADOS	28
1.3 - A ARTICULAÇÃO TEMPO/ASPECTO	32
1.3.1 - Aspecto e Adverbiais Temporais	33
1.3.2 - Aspecto e Tempos Gramaticais	37
1.3.3 - Uma Definição “Temporal” das Classes Aspectuais	43
1.3.4 - Tempo vs. Aspecto: Algumas Divergências	45
1.4 - ASPECTO E AKTIONSART	46
NOTAS	50
CAPÍTULO 2: AS CONSTRUÇÕES COM PROGRESSIVO	53
2.1 - O PROGRESSIVO: PRIMEIRA ABORDAGEM	54
2.2 - ALGUNS PROBLEMAS CLÁSSICOS ASSOCIADOS AO PROGRESSIVO EM SEMÂNTICA FORMAL	56
2.2.1 - Carácter Estativo das Construções Progressivas	56
2.2.2 - O Paradoxo do Imperfectivo	62
2.2.3 - O Progressivo e as Classes Aspectuais de Predicações	64
2.2.4 - “Objectos Incompletos”	67
2.3 - ALGUMAS PROPOSTAS DE TRATAMENTO	69
2.3.1 - De uma Semântica de “Momentos” a uma Semântica de “Intervalos”	70
2.3.2 - A Proposta de Dowty (1979)	73
2.3.3 - A Proposta de Landman (1992)	78
2.3.4 - Propostas no Âmbito de uma Semântica de Eventos	82
2.3.5 - As Propostas de Vlach (1981) e Moens (1987)	85
2.3.6 - A Representação Semântica do Progressivo	87

2.4 - A ARTICULAÇÃO DO PROGRESSIVO COM ALGUNS TEMPOS GRAMATICAIS DO PORTUGUÊS	92
2.5 - A CONSTRUÇÃO ESTAR PARA	94
NOTAS	100
CAPÍTULO 3: RELAÇÕES ENTRE O PROGRESSIVO E OUTROS OPERADORES ASPECTUAIS NO PORTUGUÊS	102
3.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DE ALGUNS OPERADORES ASPECTUAIS	103
3.1.1 - <i>Começar a</i>	104
3.1.2 - Continuar a	108
3.1.3 - Deixar de e Parar de	111
3.1.4 - <i>Acabar de</i>	118
3.1.5 - <i>Andar a</i>	123
3.2 - A ARTICULAÇÃO DO PROGRESSIVO COM ALGUNS OPERADORES ASPECTUAIS	127
3.3 - O PROGRESSIVO E AS CONSTRUÇÕES PREDICATIVAS COM ADJECTIVO	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
I - QUESTÕES DE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	147
II - PROBLEMAS E QUESTÕES EM ABERTO	149
III - CONCLUSÕES	156
IV - PERSPECTIVAS FUTURAS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I - <i>Começar a</i>	107
QUADRO II - <i>Continuar a</i>	111
QUADRO III - <i>Deixar de e Parar de</i>	118
QUADRO IV - <i>Acabar de</i>	122
QUADRO V - <i>Andar a e Estar a</i>	126
QUADRO VI - <i>Inputs</i>	126
QUADRO VII - <i>Outputs</i>	127
QUADRO VIII - Propriedades Aspectuais das Construções Predicativas Adjectivais	146

INTRODUÇÃO

A forma *estar a* + Infinitivo participa numa grande diversidade de construções no Português. Haverá algum(s) traço(s) semântico(s) que a caracterizem enquanto estrutura autónoma, i.e., que a identifiquem e diferenciem de todas as outras? E, se for realmente este o caso, quais serão essas propriedades? Para tentar responder satisfatoriamente a estas questões, será necessário proceder a uma avaliação do comportamento da estrutura sob análise no seio dos seus vários contextos de ocorrência possíveis.

Com o objectivo principal de estabelecer uma descrição unificada da semântica do Progressivo, começaremos por clarificar algumas questões relativas ao Aspecto e ao tratamento das **eventualidades** (tal como Bach (1981), (1986) as definiu, i.e., designando o conjunto das situações ou estados de coisas), por forma a obtermos uma série de princípios gerais em que enquadramos os nossos esforços de investigação mais concretos.

Tendo discutido e adoptado determinados pressupostos teóricos básicos, avaliaremos algumas das propostas de tratamento para o Progressivo, confrontando-as com certas dificuldades por ele levantadas, com vista à escolha da(s) proposta(s) que melhor nos pareça(m) solucionar os problemas encontrados.

Tendo optado por uma hipótese de descrição para o Progressivo, torna-se necessário testá-la, procedendo à avaliação dos seus efeitos ao nível dos diversos contextos em que a construção em causa pode ocorrer, nomeadamente na sua interacção com os diversos Tempos Gramaticais do Português, com alguns operadores aspectuais e construções predicativas adjectivais.

Antes de prosseguirmos, afigura-se-nos desejável tecer algumas breves considerações acerca de certos pressupostos metodológicos e de organização que presidiram à elaboração deste

texto. Tendo tomado como objecto de estudo central as formas com Progressivo, optámos por uma divisão tripartida da nossa exposição: num primeiro momento, abordaremos questões gerais sobre tempo e aspecto, com o objectivo de apresentar determinados conceitos básicos nesta área e fundamentar escolhas em termos de princípios teóricos. Numa segunda parte, trataremos especificamente dos problemas respeitantes às formas progressivas propriamente ditas, apresentando uma tentativa para a sua caracterização. Finalmente, num terceiro momento, procuraremos testar as hipóteses colocadas anteriormente, por forma a obtermos a sua confirmação ou infirmação.

Sempre que nos foi possível, recorremos a informantes, sobretudo nas situações que nos pareceram mais complexas ou delicadas. No entanto, não procedemos a qualquer tipo de análise estatística, tendo utilizado as informações prestadas pelos falantes apenas para aferir os nossos próprios juízos de gramaticalidade/aceitabilidade dos exemplos em análise. Procurámos sempre que estes fossem claros, simples e sugestivos, no sentido de tornar a nossa exposição suficientemente compreensível. As sistematizações intercaladas no texto visaram, essencialmente, facilitar a leitura e destacar os pontos que nos pareceram mais relevantes.

A colocação das notas no final dos capítulos deveu-se exclusivamente a questões de ordem prática, referentes ao processo de escrita do texto. Algumas das questões mais problemáticas com que nos deparámos foram retomadas nas considerações finais, mais como uma chamada de atenção para as dificuldades que levantam do que com o intuito de as resolver.

Os critérios para a escolha e apresentação das diversas propostas, quer no primeiro, quer no segundo capítulo, prendem-se, essencialmente, com questões de ordem prática, tendo em vista uma articulação coerente e facilmente compreensível dos conceitos utilizados. Advertimos, desde já, que, nas secções finais deste trabalho, recorreremos, indiferenciadamente, às designações e nomenclaturas utilizadas por Vendler (1967), por serem das mais divulgadas e conhecidas, e de Moens (1987) e Kamp e Reyle (1993), porque iremos privilegiar, basicamente, as soluções apresentadas por estes autores.

Para concluir, convém notar que nem todas as referências bibliográficas listadas comparecem no interior do texto, embora nos tenhamos esforçado, sempre que possível, por remeter o leitor para os trabalhos mais relacionados com cada tema tratado.

CAPÍTULO 1

QUESTÕES GERAIS SOBRE TEMPO E ASPECTO: DELIMITAÇÃO E CONVERGÊNCIAS

Tomando como ponto de partida a ideia de que o Aspecto tem a ver, essencialmente, com a "perspectivação" das eventualidades a partir da sua própria constituição interna, apresentaremos, em 1.1, algumas das mais relevantes abordagens neste domínio; em 1.2 confrontaremos as noções de estado e evento; a secção 1.3 será dedicada às relações que se estabelecem entre Tempo e Aspecto, conferindo especial destaque às suas principais semelhanças e diferenças. Finalmente, em 1.4, tentaremos dar uma definição mais completa de Aspecto, em contraposição com conceitos relacionados, como os de Aspecto Aristotélico e *Aktionsart*.

1.1 - ALGUMAS PROPOSTAS FUNDAMENTAIS

As tentativas, por parte de filósofos e linguistas, com vista à formulação adequada de tipologias aspectuais de situações (i.e., classificações de eventualidades quanto à sua estruturação temporal interna) remontam a Aristóteles. No entanto, é só no nosso século que tais esforços foram realizados de forma sistemática e integrados em teorias linguísticas mais abrangentes.

Tentaremos dar conta, em seguida, de algumas das propostas mais relevantes neste domínio, focando, ao mesmo tempo, alguns problemas que se colocam quando se procura captar a estruturação temporal interna das situações e relacionar os múltiplos factores que nela estão envolvidos.

1.1.1 - Vendler (1967)

Na sequência de observações como as de Ryle (1949), que toma os factores telicidade e resultatividade como base para a sua distinção entre "achievements" e actividades, e de Kenny (1963), que propõe uma classificação tripartida em estados, actividades e "performances", Vendler (1967) distingue, basicamente, quatro categorias aspectuais: **estados**, **actividades**, **"accomplishments"** e **"achievements"**. Tal classificação tornou-se uma das mais divulgadas e utilizadas posteriormente, estando na origem de muita da discussão sobre esta matéria. Começaremos, pois, por apresentar, brevemente, os critérios que presidiram à sua elaboração.

Vendler faz uma primeira distinção entre os predicados que admitem "*continuous tense*" ou construção progressiva e aqueles que a não toleram.¹ Os primeiros podem responder a perguntas do tipo "*Are you V-ing?*", ao contrário dos segundos, que têm como questão adequada "*Do you*

V?". Este critério permite estabelecer uma primeira divisão entre um "genus" constituído por estados e "achievements" (que supostamente não admitem Progressivo) e um outro, representado pelas actividades e "accomplishments" (que podem surgir, sem problemas, com o Progressivo). Dentro de cada um destes grupos estabelece-se uma segunda divisão, desta feita baseada no tipo de expressões adverbiais que podem ocorrer com os predicados: em cada um dos grupos existem predicados que entram, preferencialmente, em construções com expressões adverbiais durativas (*for-phrases*), como é o caso, por exemplo, de "durante N tempo", (estados e actividades) e predicados que ocorrem com expressões adverbiais "quantitativas" (*in-phrases*), como "em N tempo" ou "às N horas", ("achievements" e "accomplishments").² Um outro critério que permite distinguir actividades, por um lado, e "achievements", por outro, tem que ver com as implicações do Progressivo relativamente ao Perfeito: assim, a verdade de "O João está a correr" (actividade) implica necessariamente a verdade de "O João correu"; pelo contrário, se "O João está a desenhar um círculo" descreve um estado de coisas verdadeiro, então torna-se impossível inferir daí a verdade de "O João desenhou um círculo".³

Com base nestes critérios, Vendler pode distinguir e agrupar as suas quatro classes aspectuais de predicados: as actividades, tal como os "accomplishments", admitem a construção progressiva mas diferem destes na medida em que ocorrem, tipicamente, com expressões adverbiais temporais durativas; os "accomplishments", que também admitem a construção progressiva, ocorrem, tal como os "achievements", com adverbiais "quantitativos"; os estados não entram em construções progressivas e ocorrem, preferencialmente, com os adverbiais durativos, aproximando-se, neste ponto, das actividades; finalmente, os "achievements", tal como os estados, não participam em construções com o Progressivo, ocorrendo, no entanto, com adverbiais de tempo "quantitativos".

Tentemos agora dar conta de algumas das propriedades de cada uma destas classes aspectuais de predicados.

Os estados (como *estar doente*, *ser feliz*, *amar*, *acreditar*, *saber*, etc.) caracterizam-se por serem, em geral, não dinâmicos e não "processuais". Além disso, os estados "duram" tempo e são homogêneos, i.e. cada uma das suas partes é idêntica ao seu todo. Devemos ainda referir que os predicados estativos não comportam informações acerca de "fases" ou "subeventos": são "neutros" relativamente a este tipo de focalização aspectual e as situações que descrevem

parecem não apresentar nenhuma fase especificada - nem preparatória, nem culminativa, nem resultante.⁴ Podemos, pois, afirmar, em consequência do que foi dito, que os estados apenas “predicam” e não se constituem como “processos”, já que não podem dar conta, intrinsecamente, de qualquer tipo de mudança aspectual.⁵

As actividades (como *correr, trabalhar, nadar, cantar, voar, andar de bicicleta*, etc.), tal como os estados, são homogêneas, cumulativas (ou seja, a adição de duas ou mais actividades de um mesmo tipo dará origem a uma actividade de tipo perfeitamente idêntico) e atélicas, i.e., não comportando em si mesmas um ponto terminal. Geralmente são dinâmicas, distinguindo-se, neste ponto, dos estados. As actividades comportam em si “processualidade”, já que, embora não sendo delimitadas intrinsecamente, dão conta de situações dinâmicas, em que há uma certa alteração do estado de coisas. As actividades são, pois, processos que decorrem no tempo (durativos), embora vistos de forma homogênea e não delimitada.

Os “accomplishments” (como *correr a maratona, comer uma maçã, escrever uma carta, atravessar a cidade*, etc.), tal como as actividades, decorrem no tempo. No entanto, são télicos (têm um ponto terminal intrínseco) e, como tal, não são homogêneos, i.e., cada uma das suas partes distinta do seu todo. Sendo assim, este tipo de predicados é delimitado no tempo (demora ou leva tempo, mais do que dura no tempo) e, nesse sentido, caracteriza, de certa forma, um intervalo de tempo identificando-se com ele. Podemos ainda notar que os “accomplishments” focalizam, não só o ponto de culminação (daí o seu carácter télico), como também uma fase preparatória (daí a sua duração) (Cf. 1.1.5 e Moens (1987)).

Finalmente, os “achievements” (como *ganhar uma corrida, acertar no alvo, explodir, nascer, morrer*, etc.), tal como os “accomplishments”, são télicos e não homogêneos. No entanto, não têm duração intrínseca, são eventos momentâneos ou instantâneos. Neste sentido, realizam apenas o ponto de culminação, não representando nenhuma outra “fase” ou “momento” (embora impliquem, como veremos, a existência de um estado resultante). Tal como os “accomplishments”, os “achievements” determinam um intervalo (momento?) de tempo com o qual se identificam.

Existem, relativamente à proposta de Vendler (1967), alguns problemas que é necessário ter em conta, na medida em que conduziram a importantes reformulações no modo de lidar com estas questões tão complexas.

Em primeiro lugar, devemos notar que os critérios avançados para a distinção de classes aspectuais não parecem totalmente válidos e, muito menos, decisivos. Como já referimos (cf. nota ¹), tanto certos estados como os "achievements" podem surgir, sem problemas, com o Progressivo, o que nos impede de considerar este critério como fundamental para distinguir os dois grandes grupos propostos:

(1) a: O João está a detestar o livro. (estado)

b: A Ana está a acender a luz. (achievement)

Um outro ponto que suscitou grande discussão tem a ver com a ideia, que Vendler, por vezes, parece transmitir, de que a sua classificação se aplica a verbos (ou predicados) e não a estruturas linguísticas mais vastas e complexas. Embora Vendler não seja muito claro a este respeito, na medida em que, apesar de falar, essencialmente, de uma classificação de verbos, considera já (mesmo que não muito explicitamente) a influência de certos Objectos Directos na definição do tipo aspectual, bem como a possibilidade de "alteração", em certos contextos, da classe de um verbo (cf. a discussão do "*habit forming*" (formação de estados habituais) a partir de todas as categorias), ele parece optar por uma tipologia aplicada essencialmente aos itens lexicais. Nesse sentido, não discute casos como os ilustrados em (2), em que um mesmo verbo faz parte de construções que manifestam classes aspectuais distintas:

(2) a: O João está a correr. (estado)

b: O João correu durante duas horas. (actividade)

c: O João correu a maratona em 2 horas. (accomplishment)

d: O João começou a correr às 3 da tarde. (achievement)

Com base nestes e noutros problemas, desenvolveram-se novas abordagens, com o objectivo de os clarificar e lhes dar uma resposta mais adequada.

1.1.2 - Dowty (1979)

A partir da classificação proposta por Vendler (1967), Dowty (1979) apresenta um conjunto de critérios distintivos ou "testes" para a determinação da classe aspectual a que pertencem os diversos predicados.

Começemos pela distinção entre estados e não-estados:

1. Somente os predicados não estativos podem ocorrer no Progressivo.
2. Somente não estativos podem ocorrer como complemento de verbos como *force* (forçar) e *persuade* (persuadir).
3. Só os não estativos ocorrem como imperativos.
4. Somente os não estativos ocorrem com adverbiais agentivos do tipo de *deliberadamente*, *cuidadosamente*, etc.
5. Apenas os predicados não estativos podem ocorrer em construções pseudo-clivadas com *do*, do tipo "*What X did was...*" ("O que X fez foi...").
6. Em contexto normal, só com os estativos é que o Presente do Indicativo tem valor temporal de presente "real" (com as outras classes aspectuais o Presente do Indicativo designa, tipicamente, estados habituais ou frequentativos).

Para além destes critérios, apontados por Dowty (1979), os estativos manifestam ainda outras diferenças relativamente às classes aspectuais não estativas. Uma delas diz respeito à sua interacção com alguns operadores aspectuais: assim, parecem existir certas restrições à combinação de estados com operadores como *começar a* ou *acabar de*, restrições que não se aplicam (pelo menos da mesma forma) a "accomplishments", "achievements" e actividades (para uma explicação mais pormenorizada, ver a secção 3.1). Por outro lado, Vlach (1981), 2.1., nota que os estados se comportam de maneira específica relativamente a orações temporais introduzidas por *quando* (*when-clauses*) e outras expressões temporais pontuais: enquanto os estativos referem um tempo que parece "incluir" o tempo em que decorrem as orações temporais (i.e., começam antes do evento por elas veiculado, prolongando-se para além deste), os estados

de coisas não-estativos estabelecem uma relação de sucessão temporal com as orações introduzidas por quando, de tal maneira que, em termos temporais, estas os precedem.⁶

Observemos, com Binnick (1991), que uma grande maioria dos comportamentos descritos pode ser vista como o resultado ou consequência natural das propriedades que atribuímos aos diversos tipos aspectuais. Neste caso, por exemplo, os critérios 2., 3., 4. e 5. relacionam-se com o facto de, tipicamente, os estativos envolverem a não agentividade, a ausência de "actos de vontade". O não comparecimento em estruturas progressivas, as restrições relativas à ocorrência com certos operadores aspectuais e, provavelmente, o comportamento em relação às orações temporais e aos "adverbiais pontuais" derivam do facto de os estados serem não faseáveis i.e. de não permitirem, durante o seu decurso, qualquer alteração do estado de coisas que descrevem.

A adequação da aplicação destes "testes" não está, contudo, isenta de problemas. Na verdade, se há estados que parecem respeitar estes critérios (cf. (3)), outras eventualidades, consideradas igualmente estativas, parecem escapar a todos eles (cf. ((4))).

(3) a: * O João está a ser alto.

b: * A mãe persuadiu o João a ser alto.

c: * João, sê alto!

d: * O João foi deliberadamente alto.

e: * O que o João fez foi ser alto.

f: * O João é frequentemente alto.

g: * O João começou a ser alto aos 6 anos.

h: * Quando fez 6 anos, o João foi alto.

(4) a: O João está a ser generoso com os colegas.

b: A mãe persuadiu o João a ser generoso com os colegas.

c: João, sê generoso com os teus colegas!

d: O João foi deliberadamente generoso com os colegas.

e: (Face à sua situação desesperada), o que o João fez foi ser generoso com os colegas.

f: O João é frequentemente generoso com os colegas.

g: (Depois de os conhecer melhor), o João começou a ser generoso com os colegas.

h: Quando eles mais precisaram, o João foi generoso com os seus colegas.

Como explicar estas diferenças de comportamento? Serão realmente válidos os critérios sugeridos por Dowty (1979)? Serão os exemplos de (4) realmente estativos? Voltaremos a estas questões em 1.2.

Passemos, agora, aos critérios que Dowty (1979) sugere para a caracterização das actividades:

1. As actividades apenas admitem adverbiais temporais durativos como *durante N tempo* ou *desde... até*, não se combinando nem com adverbiais pontuais (*às N horas*) nem de "quantidade" (no sentido de *quantised* cf. Krifka (1989) de tempo (*em N tempo*)).

2. As actividades podem entrar apenas em construções com *spend time* (gastar tempo), não estando envolvidas em construções com *take time* (levar tempo).

3. Sendo SV uma actividade, então se X SV(PPerf) durante uma hora, X SV(PPerf) durante todos os subintervalos contidos nessa hora (é a chamada propriedade de subintervalo).

4. Outra implicação característica das actividades diz respeito à relação entre o Progressivo e o Perfeito: se SV é uma actividade, então X está a SV implica necessariamente a verdade de X SVPPerf.

5. O mesmo tipo de implicação surge quando a actividade é complemento de *stop* (parar): se SV é uma actividade, então X parou de SV implica que X SVPPerf.

Tal como notámos anteriormente em relação aos estados, também as observações feitas por Dowty sobre as actividades derivam, em grande parte, das suas propriedades características. Assim, 1. e 2. são consequência do facto de as actividades conjugarem a não delimitação com a duração; 3. relaciona-se essencialmente com o factor homogeneidade, característico deste tipo de eventos; finalmente, 4. e 5. resultam da interacção entre homogeneidade e não delimitação intrínseca.

Quanto aos "accomplishments", podemos destacar os seguintes critérios distintivos:

1. Os "accomplishments" surgem preferencialmente no contexto de adverbiais de "quantidade de tempo" do tipo de *em N tempo*, combinando-se também, embora marginalmente, com alguns adverbiais de duração.

2. Os "accomplishments" podem surgir, tanto em construções com *take time*, como com

spend time.

3. Os "accomplishments" não apresentam a propriedade de subintervalos: sendo SV um "accomplishment", se X SVPPerf durante uma hora, então não é verdade que X SVPPerf em nenhum subintervalo dessa hora.

4. Se SV é um "accomplishment", X está a SV implica que X ainda não SVPPerf; X parou de SV não implica que X SVPPerf.

5. Apenas os "accomplishments" podem surgir, normalmente, como complemento de *finish* (acabar).⁷

6. Os "accomplishments" são ambíguos com *almost* (quase): na realidade, se SV é um "accomplishment", X quase SVPPerf pode significar que X não chegou a realizar nenhuma parte de SV ou que X apenas realizou SV parcialmente. Para "O João quase desenhou um círculo", podemos ter uma leitura em que, apesar de todos os seus esforços, o João não chegou a começar a desenhar e uma outra em que, embora tendo começado a desenhar um círculo, o João não o conseguiu concluir. Uma ambiguidade semelhante surge quando os "accomplishments" ocorrem como complemento de *tentar*.

7. Se SV é um "accomplishment", X SVPPerf numa hora implica que X estava/esteve a SV durante essa hora.

Os critérios 1., 2., 5., 6. e 7. resultam do facto de os "accomplishments" combinarem sempre uma fase durativa (processo preparatório) com uma culminação, enquanto 3. e 4. são explicados pela telicidade e não homogeneidade características desta classe aspectual.

Finalmente, os "achievements" apresentam os comportamentos seguintes:

1. Os "achievements" entram preferencialmente em construções com adverbiais pontuais do tipo de *às N horas*, admitindo igualmente adverbiais de "quantificação temporal", como *em N tempo*, mas não comparecem com adverbiais temporais durativos.

2. Os "achievements" podem comparecer em estruturas do tipo "*take time*" mas não com "*spend time*".

3. Se SV é um "achievement", X SVPPerf numa hora não implica que X estava/esteve a SV durante essa hora.

4. Os "achievements" não comparecem, geralmente, como complemento de *stop* (parar) ou *finish* (acabar).

5. Os "achievements" não costumam comparecer com advérbios agentivos como *atentamente*, *cuidadosamente*, etc.⁸

Todos estes "testes" parecem ser explicáveis pelo facto de os "achievements" conjugarem a não duração com a telicidade.

Vimos, pois, que existem alguns critérios ou "testes" que, de forma mais ou menos rigorosa, permitem distinguir os vários tipos aspectuais, na medida em que parecem derivar de certas propriedades básicas, características de cada classe.⁹

No entanto, Dowty vê-se na necessidade de reequacionar esta classificação, ao verificar a falibilidade de alguns dos "testes" que tinha considerado como critérios distintivos fundamentais. Na verdade, ele nota que, em qualquer das classes aspectuais, é possível encontrar predicados agentivos e não agentivos; além disso, confronta-se com a existência de certos estativos que podem ocorrer com o Progressivo. O mais importante, porém, parece ser a adopção de um novo enquadramento teórico subjacente a esta reformulação: Dowty (1979) tenta redefinir as classes aspectuais de Vendler (1967) a partir de uma semântica de intervalos. Assim, os vários tipos aspectuais podem ser diferenciados entre si, no que respeita à análise da sua estruturação temporal interna, recorrendo a uma semântica de intervalos.

Dowty defende que existem dois tipos de estados: aqueles cujo valor de verdade é aferido relativamente a momentos de tempo e aqueles cujo valor de verdade é relativo a intervalos de tempo. Esta distinção parece ser responsável pela impossibilidade da ocorrência dos primeiros em estruturas progressivas, ao contrário do que se passa com os segundos. (Dowty (1979) assume que o Progressivo perspectiva as eventualidades como verdadeiras ou falsas no interior de um intervalo; só as classes aspectuais que referem eventualidades que decorrem em intervalos de tempo podem, pois, surgir no Progressivo. Não é, portanto, de admirar que o critério proposto para a diferenciação entre estes dois subtipos aspectuais seja o da impossibilidade vs. possibilidade de ocorrência com o Progressivo.).

A primeira grande distinção faz-se, assim, entre predicados verdadeiros relativamente a momentos e predicados verdadeiros relativamente a intervalos de tempo, o que permite

diferenciar os estados que não admitem Progressivo de todas as outras classes aspectuais.

O segundo critério proposto por Dowty (1979) diz respeito à distinção entre estados, por um lado, e não-estados (eventos), por outro e consiste na oposição entre eventualidades em que não se verifica qualquer mudança de estado (estativas) e eventualidades em que se constata uma tal mudança (não estativas).

No conjunto dos predicados em que existe mudança de estado, podemos distinguir entre aqueles em que a mudança de estado é indefinida (actividades) e aqueles que apresentam uma mudança de estado bem definida, i.e., em que está presente, intrinsecamente, uma culminação ou "fase" "conclusiva" (*definite change-of-state predicates, performances*).

Quanto às "performances", elas podem apresentar uma mudança de estado simples ("achievements") ou uma mudança de estado complexa ("accomplishments").

Cada uma das classes aspectuais resultantes desta tipologia compreende, ainda, predicados de tipo agentivo e predicados de tipo não agentivo.

Com base nas noções de **intervalo de tempo, momento e mudança de estado**, Dowty reformula a classificação de Vendler (1967), conferindo-lhe uma nova motivação teórica.

1.1.3 - Mourelatos (1981)

A classificação aspectual proposta por Mourelatos (1981) tem muitos pontos de contacto com a de Vendler (1967), embora apresente também algumas divergências que importa referir. Mourelatos (1981) adopta, basicamente, uma tripartição aspectual em **estados, processos e eventos**, categorias que não se afastam muito, em termos de caracterização, daquelas que Kenny (1963) apresentou. Esta nova terminologia, no entanto, é preferida por Mourelatos, na medida em que, segundo ele, é mais "neutra" do que as anteriores quanto à questão da agentividade, não manifestando qualquer tipo de referência ou tendência relativamente a este ponto.

Esta tipologia aspectual é apresentada de forma binária ou dicotómica, o que permite, não só dar conta das características definidoras e distintivas de cada uma das classes (tornando, portanto, possível a sua diferenciação), mas também agrupá-las, colocando, assim, em evidência os seus traços comuns. Nesta perspectiva, as situações podem ser, ou estados (se forem não

dinâmicas), ou ocorrências (se forem dinâmicas). Por seu lado, as ocorrências dividem-se em processos (actividades, na terminologia de Vendler), quando são atéticas, e eventos ("performances", na terminologia de Kenny), quando são téticas. Os eventos podem ainda ser divididos em "developments" (accomplishments), se forem durativos, e em ocorrências pontuais ("achievements"), se forem momentâneos.

A nosso ver, o que é ainda mais importante na teoria de Mourelatos (1981), no entanto, é a constatação de que um mesmo predicado pode estar envolvido em classes aspectuais diferentes, dependendo de certas características sintácticas e semânticas da frase em que ocorre. Em (5), ilustramos a possibilidade de uma tal multivalência no que diz respeito a construções envolvendo o verbo *cantar*:

- (5) a: A Maria canta no coro da faculdade. (estado habitual)
- b: A Maria cantou durante toda a manhã. (processo)
- c: A Maria cantou o hino nacional. ("development")
- d: A Maria acabou de cantar às 5. (ocorrência pontual)

Trata-se, aqui, essencialmente, de procurar uma solução para o problema da "polivalência" dos predicados relativamente às diversas classes postuladas e dos múltiplos factores linguísticos que estão envolvidos nessa capacidade de "mobilidade" dos verbos relativamente aos vários grupos propostos.

Com o objectivo de resolver este problema, Mourelatos propõe que os tipos aspectuais sejam atribuídos, não aos predicados, mas às **predicações**, concebidas como a totalidade das múltiplas relações e interdependências que se estabelecem entre o predicado e todos os outros elementos que com ele interagem.¹⁰ Assim, são as predicações, enquanto expressões complexas, e não os predicados, enquanto itens lexicais, que podem ser classificadas. A ideia de que é todo o complexo linguístico compreendido na noção de predicação que é o responsável pela inclusão numa ou noutra categoria aspectual, não só permite explicar a multivalência de alguns verbos, como também possibilita dar conta dos factores semânticos e sintácticos que intervêm na determinação aspectual.

Vamos, pois, seguindo as sugestões de Mourelatos, enumerar e exemplificar alguns dos elementos linguísticos que mais decisivamente contribuem para a determinação da classe aspectual das predicções.

1. Um factor bastante importante para a classificação aspectual das predicções é, naturalmente, o **significado inerente do verbo**, i.e., as informações semânticas veiculadas lexicalmente pelo predicado. A relevância destas informações, contidas no léxico, está bem presente em (6): aqui, toda a estrutura da frase é mantida constante ao longo dos exemplos, sendo apenas alterado o tipo de verbo:

(6) a: A Ana existiu. (estado)

b: A Ana cantou. (processo)

c: A Ana almoçou. ("development")

d: A Ana morreu. (ocorrência pontual)

2. A presença e a natureza de certos **argumentos do predicado** constituem-se igualmente como pontos fulcrais quando se trata de caracterizar aspectualmente uma predicção. O Objecto Directo é, talvez, o elemento que mais notoriamente influencia tal procedimento. Como podemos ver pela comparação de "O João dançou (durante uma hora)" (processo) com "O João dançou 12 valsas (numa hora)" ("development"), é o contraste entre a presença e a ausência de um Objecto Directo que, muito provavelmente, está na origem da variação de tipo aspectual apresentada por estas predicções.

A influência do Objecto Directo na classificação aspectual de predicções, no entanto, não se resume apenas aos casos da sua comparência vs. não comparência; as propriedades referenciais que o identificam podem, em certos contextos, provocar alterações nos tipos aspectuais. Veja-se o caso da frase "O Miguel bebeu leite" (processo) em contraposição com "O Miguel bebeu um copo de leite" ("development"). Estas frases parecem indiciar que, relativamente a certos verbos, argumentos internos directos de tipo massivo (ou não contável) estão geralmente envolvidos em predicções de tipo atélico (actividades) enquanto argumentos internos directos contáveis ocorrem, geralmente, em predicções télicas ("accomplishments"). (Para uma

sistematização da influência dos argumentos internos na determinação das categorias aspectuais, cf. Verkuyl (1993)).

Se o Objecto Directo parece ser determinante em termos de classificação aspectual, também o Sujeito pode ter alguma influência neste campo. Veja-se, a título de exemplo, o contraste entre as seguintes frases, retirados de Vlach (1981)¹¹ "Max fly to Boston" ("development") e "Tourists fly to Boston" (processo).

3. Certas **expressões adverbiais e preposicionais** desempenham também um papel importante na determinação dos tipos aspectuais das predicções. De entre elas, destacam-se os adverbiais temporais¹² que, conforme vimos atrás, se constituem como um dos elementos fundamentais na identificação tipológica das frases.

No contexto de uma mesma construção, certas expressões adverbiais de tempo não marcam um ponto terminal e, portanto, dão origem a predicções atéticas (expressões adverbiais durativas); outras, pelo contrário, marcam ou delimitam um intervalo de tempo, ocorrendo com predicções télicas (expressões adverbiais de "medição de tempo" ou de "quantificação temporal"). Por outro lado, as expressões durativas que remetem para um longo período de tempo podem indiciar habitualidade ou frequência, ao passo que aquelas que se referem a intervalos mais curtos dão conta, preferencialmente, de actividades. Estas expressões podem, por esta razão, colaborar na determinação do valor aspectual das predicções (cf. Garrido (1996)). É o que podemos ver em "A Maria limpou o pó durante anos" (estado habitual), "A Maria limpou o pó durante duas horas" (processo) e "A Maria limpou o pó em cinco minutos" ("development").

Para além destes adverbiais temporais, existem certas expressões locativas que, associadas a determinados verbos, tornam télicas situações que, na ausência de tais expressões, não o são. É o que tentamos mostrar com "O João viajou" (processo) em comparação com "O João viajou do Porto até Paris" ("development").

4. Um outro factor a que Mourelatos dá grande importância é, sem dúvida, o **aspecto**. Na verdade, o aspecto influencia em grande medida a classificação das predicções. Por exemplo, predicções que são tipicamente télicas quando perspectivadas pelo Perfectivo (Ex: "O João desenhou um círculo", "O João saiu de casa"), tornam-se atéticas quando apresentadas com o Imperfectivo (Ex: "O João desenhava um círculo", "O João saía de casa").¹³ Para além disso, como veremos nos próximos capítulos, os designados "auxiliares aspectuais" (como é o caso de

começar a, acabar de, formas progressivas, etc.) revelam-se igualmente como factores centrais quanto à determinação dos tipos aspectuais das situações em que comparecem.

5. Os **tempos gramaticais**, porque portadores de informação aspectual (pelo menos em línguas como o Português), devem também ser tomados em conta quando se procuram encontrar os factores relevantes para a classificação aspectual das predicções. O Presente do Indicativo, por exemplo, conduz frequentemente a uma leitura habitual das predicções em que ocorre.

6. Também o **tempo**, concebido como o conjunto de relações de sucessividade (e de sobreposição) que se podem estabelecer entre uma qualquer situação e o momento da enunciação - ou um outro ponto de ancoragem - (passado, presente, futuro), se relaciona com esta questão. Na verdade, por exemplo, se uma situação, tipicamente télica no passado, é perspectivada no presente, ou seja, como estando a decorrer "agora", ela não poderá ser apresentada de forma télica, já que, no presente, nada se pode afirmar sobre a verdade da sua (potencial) conclusão.

Vimos, pois, que factores como as propriedades lexicais do predador, os seus argumentos, alguns adverbiais temporais, o aspecto, os tempos gramaticais e as relações temporais díticas contribuem decisivamente para a determinação da classe aspectual das predicções. Devemos, no entanto, chamar a atenção para o facto de que estes vários elementos interagem uns com os outros, sendo, geralmente, a categoria da predicação determinada composicionalmente, embora, muitas vezes, alguns destes factores preponderem sobre outros, dependendo das complexas relações de escopo que se estabelecem entre eles.

As observações de Mourelatos desempenham um papel fulcral no que respeita à caracterização daquilo a que Moens (1987) chamará "comutação aspectual", na medida em que abrem caminho para a consideração da existência de vários elementos que condicionam e favorecem certas "transições" de umas categorias para outras.

1.1.4 - Parsons (1990)

As várias propostas que temos vindo a considerar até este momento concentram-se, principalmente, na classificação ou agrupamento das situações em categorias aspectuais, não estabelecendo, no entanto, a ligação entre estas categorias e um tratamento semântico global das expressões linguísticas. Autores como Parsons (1990), pelo contrário, procuram dar conta da indissociabilidade que se verifica entre os factores aspectuais e todas as outras propriedades semânticas e, no sentido de alcançarem um tal objectivo, preconizam a integração do conceito de evento na formalização lógica da semântica das expressões.

A ideia de tratar as predicacões como eventos torna possível a resolução de alguns problemas semânticos. Assim, por exemplo, se é verdade que uma frase como "O João foi passear de carro com a Maria" implica necessariamente a verdade das partes que a constituem, ou seja, de "O João foi passear de carro" e "O João foi passear com a Maria", a conjunção destas duas últimas frases, pelo contrário, não implica necessariamente a primeira, i.e., se é verdade que "O João foi passear de carro" & "O João foi passear com a Maria", daqui não se pode inferir necessariamente a verdade de "O João foi passear de carro com a Maria", na medida em que podemos apenas estar a estabelecer a conjunção de dois eventos diferentes, ou seja, a conjunção de "O João foi passear de carro (com a Lídia)" & "O João foi passear (de bicicleta) com a Maria". A introdução do conceito de evento no tratamento formal da semântica das expressões permite resolver, de um modo natural, este tipo de assimetria. Como Parsons observa, a aplicação da noção de evento às formas lógicas permite ainda dar conta de outras questões referentes a certos complementos de verbos perceptivos, à relação entre dados verbos e nominalizações deles derivadas (e que parecem referir eventos de modo explícito), à quantificação sobre eventos, etc. (Cf. Parsons (1990), Cap. 2).

Como noções básicas para a sua formalização, Parsons adopta os **eventos**, concebidos como as entidades fundamentais para a representação das predicacões, e os operadores **Cul** e **Hold**. **Cul** reporta-se à ideia de culminado, completo, e é utilizado, somente com eventos, naquilo a que Parsons chama os "tempos simples"; **Hold**, pelo contrário, remete para a noção de duração e

comparece sempre quando se trata de descrever estados ou formas verbais progressivas. Parsons serve-se ainda dos operadores temporais PAST, PRES e FUT para localizar os eventos como sendo anteriores, simultâneos ou posteriores relativamente ao tempo da enunciação ("*now*"). Assim, a frase de (7)a terá como sua representação a fórmula em (7)b.

(7) a: O João encontrou a Maria.

b: $PAST(\exists e)[encontrar(e) \ \& \ Sub(e,João) \ \& \ Obj(e,Maria) \ \& \ Cul(e)]$.

Na sua teorização, Parsons encara o conceito de evento, na sequência de Davidson (1967) como sendo uma espécie de "primitivo", a partir do qual todas as distinções aspectuais podem ser descritas. No entanto, como vimos em 1.1.2, as várias categorias, em termos de aspecto, manifestam comportamentos bastante diversos, no que respeita, por exemplo, à possibilidade de ocorrência com adverbiais temporais e operadores aspectuais, o que as torna semanticamente relevantes. Será esta teoria capaz de dar conta de tais diferenças? Poderemos, somente a partir da noção de evento, dar conta das divergências no comportamento das várias classes aspectuais?

No que diz respeito às eventualidades, Parsons (1990) aceita, basicamente, uma distinção entre eventos (culminados, representados como $Cul(e)$) e estados (durativos, representados como $Hold(e)$). Este tipo de análise, contudo, requer algumas observações, na medida em que os dados linguísticos lhe colocam certos problemas de importância considerável.

Comecemos, então, pelos eventos. Se é verdade que tanto "accomplishments" como "achievements" podem integrar, sem problemas, esta categoria, já que são intrinsecamente culminados, télicos, e, conseqüentemente, não homogêneos, não cumulativos e "contáveis", os processos, pelo contrário, manifestam características dificilmente compatíveis com as de tal classe: não parecem ter em si mesmos qualquer culminação, são tipicamente atélicos e, conseqüentemente, homogêneos, cumulativos e não contáveis". Face a estas divergências, como poderemos, pois, integrar os processos na classe dos eventos?

A resposta que Parsons propõe para esta complexa questão é a seguinte: "My account of the difference between processes and events is that a process is actually a series or amalgam of events. (...) A so-called "process verb" is a verb having the property that when it is true of an event e it is typically true of many culminated "subevents" of e that have the same subjects and

objects." (Parsons (1990), p. 184). Segundo esta perspectiva, "correr" ou "trabalhar" não são mais do que eventos constituídos por um conjunto de muitos subeventos (culminados) do mesmo tipo. Isto permitiria explicar a homogeneidade dos processos, já que, mesmo quando subdivididos, continuariam a conter subeventos culminados do mesmo tipo, portanto em tudo idênticos a si.

Esta proposta, porém, não está isenta de problemas. Como Mourelatos (1981) nota, os eventos, porque culminados, "completos", são tipicamente discretos. Nesse sentido, são, naturalmente, contáveis, admitindo a co-ocorrência com adverbiais de contagem cardinal. Frases como "A Maria atravessou a cidade várias vezes/muitas vezes/N vezes" ou "A Rosa Mota ganhou a maratona várias vezes/muitas vezes/N vezes" demonstram esta possibilidade de contagem de eventos. Ora, se os processos são um conjunto ou amálgama de eventos culminados do mesmo tipo, "Ontem, o João trabalhou muito (continuamente)" corresponderia a algo como "* Ontem, o João trabalhou várias vezes/muitas vezes/N vezes". Este resultado é, não só completamente contra-intuitivo, mas também algo anómalo em termos semânticos. Levada ao extremo, uma hipótese como esta faria corresponder sempre (e necessariamente) a cada processo vários, muitos ou N eventos idênticos, o que parece contrariar os factos.

Perante tais dificuldades, somos obrigados a renunciar a uma perspectiva deste género. Na verdade, em termos linguísticos, os processos comportam-se de forma realmente homogénea, sendo praticamente impossível encontrar unidades mínimas discretas que os "construam", o que, consequentemente, torna "inviável" a sua decomposição em eventos constitutivos. Isto não impedirá, no entanto, a integração dos processos no conceito de evento, como veremos em 1.1.5.

Quanto ao tratamento dos estados proposto por Parsons (pelo menos numa primeira fase), i.e., Hold(e), existem também algumas dificuldades a ultrapassar. Em primeiro lugar, este tratamento é exactamente o mesmo que o autor defende para a análise do Progressivo. Se este facto, por um lado, parece vantajoso, na medida em que acentua o carácter estativo das construções progressivas, mostra-se um tanto problemático, por outro, pois torna impossível a diferenciação de um mesmo estativo num tempo "simples" e na sua forma Progressiva correspondente. Por outras palavras, frases como as apresentadas em (8) seriam simplesmente contraditórias, ao contrário do que realmente acontece:

(8) a: Este gerente não é simpático, mas hoje até está a ser (simpático).

b: A Maria não gosta de praia, mas este Verão até está a gostar (de praia).

Em segundo lugar, não parece ser possível reduzir um estado a (uma série de) eventos constitutivos: sendo essa categoria aspectual tipicamente estática, não parece ser razoável postular a existência de entidades (ou partes de entidades) dinâmicas como seus constituintes. Ou seja, não encontramos forma de analisar os estados a partir da noção de evento (à excepção, naturalmente, dos estados habituais).

Talvez por causa destas dificuldades, Parsons (1990), Cap. 10, adopta um novo primitivo para a formalização dos estados. S. Assim, obtemos um sistema alicerçado na oposição entre eventos e estados, as duas categorias aspectuais básicas para este tipo de análise.

Não sendo possível derivar os estados (pelo menos os lexicais) a partir de eventos (nem os eventos a partir de estados), teremos de aceitar estas duas noções como "primitivos" a partir dos quais os outros tipos aspectuais terão de ser formados. Se a teoria de Parsons (1990) parece não conseguir solucionar o problema da relação entre estes "primitivos" e as outras classes aspectuais (processos, "accomplishments" e "achievements"), ela tem o grande mérito de introduzir a noção de evento na semântica global das expressões linguísticas, permitindo, com isso, a integração da representação aspectual na formalização geral do significado. Enquanto as propostas anteriormente tratadas apenas olhavam as questões aspectuais como um critério de classificação de situações, esta coloca-as como um elemento fulcral e activo no que diz respeito à representação do significado das frases.

Resta-nos, pois, reformular a teoria de modo a dar conta das especificidades dos subtipos de eventos, em conformidade com os dados observados em 1.1.2, o que facilitará muito o estudo de assuntos como a interacção dos vários operadores aspectuais.

1.1.5 - Moens (1987)

Tal como acontece com Parsons, Moens (1987)¹⁴ adopta a distinção entre estados e eventos como a oposição fundamental em termos de tratamento das eventualidades. Assim, os estados são concebidos como elementos não-dinâmicos (estáticos), veiculando, consequentemente, estados de coisas em que não se verifica qualquer tipo de alteração; os eventos, pelo contrário, dão conta de situações dinâmicas, o que significa que patenteiam mudanças ou alterações dos estados de coisas que descrevem. No entanto, a forma como os eventos são concebidos é bastante diferente, nesta teoria, pois é dada grande atenção à sua estruturação interna.

Tal como Moens (1987) os apresenta, os eventos são entidades estruturadas, i.e., podem ter diferentes "constituições" internas. Sob este ponto de vista, o conceito de **fase** assume uma posição central no enquadramento da sua teorização. Podemos definir fase como um período característico de um evento, ou seja, um período que manifesta propriedades específicas, que tanto o identificam, como o distinguem de todos os outros. Uma fase preparatória, por exemplo, é um período alargado, divisível e homogéneo, enquanto uma culminação é um período atómico, indivisível. Cada tipo de evento, portanto, vai manifestar as suas características próprias conforme a fase ou fases de que é composto e, nessa medida, vai poder ser por ela(s) determinado e identificado.

A estruturação fásica dos eventos pode ser esquematizada por meio do chamado **Núcleo Aspectual**. O Núcleo Aspectual representa todas as fases que compõem o evento "completo": o **processo preparatório**, o **ponto de culminação** e o **estado resultante**. Tentemos, pois, caracterizar, ainda que brevemente, cada uma destas fases, para melhor compreendermos a tipologia aspectual que com elas é elaborada.

O processo preparatório descreve uma fase durativa, homogénea e atélica; o ponto de culminação constitui-se como uma fase atómica, indivisível; finalmente, o estado resultante é uma fase estativa que dá conta da existência de consequências que são o resultado da finalização de um evento télico.

A partir do reconhecimento destes três "períodos identificacionais", é possível derivar vários tipos de eventos, todos eles, no entanto, relacionados entre si por fazerem parte de um mesmo Núcleo Aspectual. Assim, os **processos** são eventos constituídos apenas pela fase de processo preparatório, os **processos culminados** pelas três fases apresentadas, as **culminações** apenas pelas duas últimas (ponto de culminação e estado resultante) e os **pontos** somente pela culminação, sem contemplarem consequências associadas. As características específicas das várias fases vão, naturalmente, estar reflectidas nas categorias aspectuais de que são parte.

Os processos (actividades, na terminologia de Vendler), porque constituídos somente por um processo preparatório, são durativos e atéticos, não referindo nenhum ponto de culminação intrínseco, o que nos poderá ajudar a compreender (e explicar) a homogeneidade e cumulatividade típicas do seu comportamento (cf. Kamp e Reyle (1993)).

Os processos culminados (ou "accomplishments") associam ao processo preparatório um ponto de culminação, bem como as suas consequências. Nesse sentido, não admira que manifestem propriedades inerentes a cada uma dessas fases: tal como os processos, são durativos; tal como as culminações, são télicos. Por outro lado, é de esperar que esta classe aspectual implique, quer a existência de um processo, quer a de um estado resultante. Na verdade, é isto mesmo que acontece: a verdade de "O João correu a maratona de Boston" implica necessariamente a verdade de "O João correu", um processo, e de "A maratona de Boston está corrida (pelo João)", um estado resultante.

As culminações (ou "achievements") levantam um problema curioso, que Moens, no entanto, não chega a abordar, e que se prende, basicamente, com as consequências inerentes à sua própria estrutura. A constituição interna destes eventos parece ter de contemplar um ponto de culminação e um estado resultante, na medida em que as culminações implicam sempre certas consequências (cf. "O João ganhou a corrida" implica necessariamente a verdade de "A corrida está ganha"). Além disso, é necessário distinguir as culminações dos pontos e a única forma possível de o fazer é assumir a associação de um estado resultante em relação às primeiras, estado esse ausente nos segundos.¹⁵ O problema que se coloca, neste momento, prende-se com o facto de os "achievements" serem pontuais, atómicos, não durativos. A associação de um estado resultante deveria torná-los eventos alargados, ao contrário do que os factos mostram. Uma hipótese para solucionar este dilema poderá passar pelo assumir de um estado resultante

"implícito" nas culminações: a sua presença é necessária, como vimos, por causa das implicações e da distinção em relação aos pontos; mas a sua ausência "aparente" é igualmente requerida pelo carácter momentâneo desta subclasse de eventos.

Finalmente, os pontos (que não têm correspondência na classificação de Vendler) representam apenas a segunda fase do Núcleo Aspectual. Consequentemente, são eventos atómicos e que não apresentam quaisquer consequências, já que não incluem em si estados resultantes. Podemos encontrar exemplos desta classe em "espirrar" ou "bater à porta" (cf. é impossível falar de consequências do género de "a porta está batida" ou "O João está espirrado" relativamente a frases como "O João bateu à porta" e "O João espirrou").

Participando todas estas classes no Núcleo Aspectual (e, portanto, podendo ser consideradas subeventos), parece desejável, também, estabelecer, entre elas, algum tipo de relação. Já vimos que a estruturação do Núcleo Aspectual nos permite dar conta de certas implicações manifestadas pelas diferentes categorias. Mas Moens não se limitou a dar conta destes factos: pretendeu, igualmente, formular um mecanismo que permitisse a "passagem" ou "transição" de umas classes para as outras (incluindo estados). Daí o surgimento da chamada **Rede Aspectual**.

A Rede Aspectual apresenta-se como uma complexa teia de relações entre eventualidades que permite certas "transformações" através de perdas ou ganhos de fases, dando, desse modo, origem a tipos de situações "derivados". Uma tal perspectiva assume que a classificação aspectual não é uma "ontologia", i.e., não é uma tipologia das coisas em si mesmas, mas antes uma perspetivação ou focalização, um modo de descrever as coisas.

A Rede Aspectual pode ser representada da seguinte forma:

- (9) a: O Zé fotografou uma ave (às 5 da manhã). (culminação)
b: O Zé fotografou aves durante uma hora. (processo)
c: O Zé fotografou quatro aves em vinte minutos. (processo culminado)
d: O Zé está a fotografar aves. (estado progressivo)
e: O Zé fotografa aves. (estado habitual)

Finalizaremos dando conta de algumas das potencialidades que uma teoria como esta nos põe à disposição, em termos de tratamento aspectual das predicções, salientando as vantagens oferecidas pela conjugação dos seus vários componentes.

Porque basicamente construída sobre os conceitos de estado e evento (e respectiva oposição), esta teoria é facilmente acomodável a um tratamento formal como o proposto por Parsons (1990), i.e., é compatível com uma semântica de eventos.

Porque baseada na noção de evento estruturado em fases (como podemos observar pela análise do Núcleo Aspectual), esta teoria permite descrever e explicar adequadamente as especificidades de cada classe aspectual apresentadas em 1.1.2, sendo, igualmente, possível estabelecer uma tipologia de subeventos, completa e pormenorizada.

Porque integrando em si uma Rede Aspectual que abre a possibilidade a "transições" de umas classes para as outras, esta teoria permite a atribuição de diversas perspetivações a uma mesma situação, o que é importante em termos da análise de expressões, formadas a partir dos mesmos itens lexicais, mas demonstrando divergências ao nível aspectual. Em última análise, ela deixa o caminho aberto para a identificação e isolamento dos factores que estão na origem da mudança aspectual.

Porque a interacção do Núcleo com a Rede Aspectual fornece informações sobre a adequação e sucesso das "transições", esta teoria torna possível um tratamento dos operadores aspectuais, na medida em que permite identificar claramente a sua acção.

Por todas estas razões, a proposta de Moens (1987) deverá ser tomada em consideração quando se trata de analisar, com maior ou menor profundidade, questões relativas ao Aspecto. Como veremos, ela demonstrará a capacidade de resolver certos problemas com que teremos de nos confrontar em breve.

1.1.6 - Kamp e Reyle (1993)

No âmbito da Teoria das Representações Discursivas (DRT), Kamp e Reyle (1993) apresentam uma proposta de tratamento para o Aspecto que parece estabelecer uma articulação entre algumas das ideias centrais de Parsons (1990) e de Moens (1987), para além de, naturalmente, introduzir conceitos próprios.

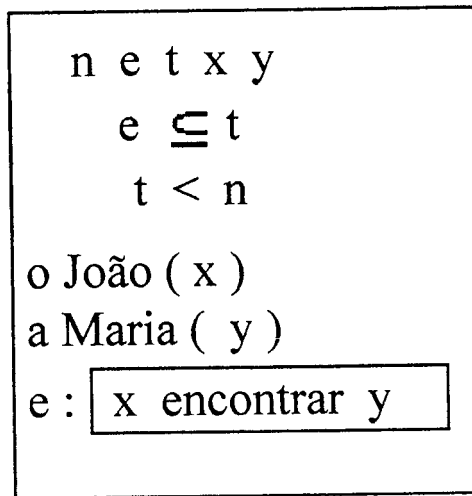
Assim, Kamp e Reyle tomam como primitivos aspectuais os conceitos de estado e de evento, propondo o traço **STAT** como forma de os diferenciar: uma frase especificada com o traço +STAT será de tipo estativo, enquanto uma com valor -STAT representará um evento.

Tal como Parsons (1990), a DRT representa os estados e eventos na formalização semântica das expressões linguísticas; mas, como Moens (1987), os eventos são concebidos como estruturados em fases, semelhantes às do Núcleo Aspectual, podendo ser derivadas todas as classes de eventos (e também os estados) a partir de um único esquema.

A classificação proposta por Kamp e Reyle (1993) baseia-se na terminologia de Vendler (1967) e em definições próximas das de Moens: os estados, porque não divisíveis em fases, não entram no esquema aspectual para eventos; os "accomplishments" manifestam as duas primeiras fases, i.e., o processo preparatório e o ponto de culminação; as actividades apenas apresentam, intrinsecamente, a primeira destas "partes", sendo os "achievements" identificados somente através da segunda (ver Kamp e Reyle (1993), p. 564-5).¹⁷

A inclusão dos estados (s) e eventos (e) nas representações semânticas passa pelo assumir de tais categorias como referentes discursivos a par com as variáveis para as expressões nominais, o referente **n**, que se constitui como o tempo da enunciação, e **t**, o tempo com que o evento ou estado se vai relacionar e que o vai localizar (tipicamente, um evento está incluído em **t**, ao passo que um estado se lhe sobrepõe).

Na sua forma mais simples, a DRS para uma frase como "O João encontrou a Maria" é representada do seguinte modo:¹⁸



1.2 - EVENTOS E ESTADOS

Antes de prosseguirmos, parece desejável fazer um ponto da situação relativamente às distinções que temos vindo a tratar até este momento, centrando-nos, essencialmente, na oposição básica entre estados e eventos.

Sobre os eventos já falámos o suficiente e limitar-nos-emos, por isso, a considerações muito sumárias acerca de alguns factos principais que tratámos, com mais pormenor, ao longo de 1.1. É lícito dizer que os eventos descrevem situações dinâmicas, em que há sempre qualquer mudança ao nível do estado de coisas por eles perspectivado. Estas eventualidades podem ser compreendidas como estruturadas ou "construídas" a partir de fases pertencentes a um mesmo Núcleo Aspectual. É possível considerar vários subtipos de eventos (actividades ou processos, "accomplishments" ou processos culminados, "achievements" ou culminações, pontos) com base nas diferenças da sua estruturação fásica. Cada uma destas subclasses manifesta propriedades específicas em termos de homogeneidade, duração, telicidade, etc. (cf. 1.1.1), que parecem reflectir as características próprias da(s) sua(s) fase(s) constitutiva(s) (cf. 1.1.5). Tais propriedades caracterizadoras de cada subclasse vão determinar diferenças no que respeita ao seu comportamento linguístico e possibilidade (ou não) de ocorrência com certas expressões como

adverbiais de tempo ou operadores aspectuais (cf. 1.1.2).

Ao contrário dos eventos, os estados são eventualidades não dinâmicas: não são capazes de dar conta de nenhuma modificação do estado de coisas que descrevem, na medida em que o perspectivam como "inalterado" ao longo do tempo, estando, conseqüentemente, impossibilitados de comportar em si qualquer tipo de informação relativa a alterações aspectuais. Por essa razão, considera-se que devem ser analisados como um "contínuo" estático, não parecendo ser possível distinguir fases ou partes diferenciadas no seu interior.

Haverá, apesar desta caracterização, diferentes subclasses de estados, tal como vimos para os eventos? A acreditar no que foi dito atrás, parece óbvia a impossibilidade de estabelecer subcategorias de estados a partir de uma estrutura fásica como a que adoptámos para os eventos. No entanto, Moens (1987) propõe uma divisão diferente para os estativos, que compreende quatro tipos fundamentais: **estados lexicais**, **estados progressivos**, **estados resultantes** e **estados habituais**.

Os estados lexicais correspondem a predicções cujo valor estativo deriva, essencialmente, da contribuição prestada por certas propriedades inerentes a determinados itens lexicais (sobretudo predicadores) que nelas intervêm. Os estados progressivos, por seu lado, surgem como resultado dos efeitos da aplicação do operador aspectual Progressivo, que será o nosso objecto de análise nos próximos capítulos. O estado resultativo, como vimos, faz parte do Núcleo Aspectual e não é mais do que uma "fase" que dá conta (de forma não dinâmica) das "consequências" subjacentes a grande parte das culminações. Finalmente, o estado habitual é formado a partir da iteração de eventos, que passam a ser perspectivados como um todo, indiferenciadamente, dando origem a um "contínuo" estático.

Dowty (1979), por seu lado, propõe também algumas distinções dentro do grupo dos estativos: para além da diferenciação entre estados verdadeiros relativamente a um momento de tempo e verdadeiros relativamente a um intervalo (que discutimos em 1.1.2 e que, de resto, manifesta, no quadro da semântica de intervalos, alguns pontos de contacto com a distinção que iremos propor, em seguida, entre estados "faseáveis" e não "faseáveis"), Dowty diferencia ainda os estados como podendo ser relativos a um "stage-level" (a um estágio ou período de um dado indivíduo(ou a um "object-level" (a um indivíduo propriamente dito). Não exploraremos, neste momento, tal diferença, a que voltaremos em 3.3.¹⁹

Independentemente destas classificações, contudo, permanece, relativamente aos estados, um outro problema, que já foi afluado em 1.1.2, e que requer alguma atenção. Trata-se da questão referente às diferenças de comportamento dos estativos em relação aos critérios apontados por Dowty (1979) para a sua caracterização. Retomemos os exemplos (3) e (4), apresentados em 1.1.2:

(3) a: * O João está a ser alto.

b: * A mãe persuadiu o João a ser alto.

c: * João, sê alto!

d: * O João foi deliberadamente alto.

e: * O que o João fez foi ser alto.

f: * O João é frequentemente alto.

g: * O João começou a ser alto aos 6 anos.

h: * Quando fez 6 anos, o João foi alto.

(4) a: O João está a ser generoso com os colegas.

b: A mãe persuadiu o João a ser generoso com os colegas.

c: João, sê generoso com os teus colegas!

d: O João foi deliberadamente generoso com os colegas.

e: (Face à sua situação desesperada), o que o João fez foi ser generoso com os colegas.

f: O João é frequentemente generoso com os colegas.

g: (Depois de os conhecer melhor), o João começou a ser generoso com os colegas.

h: Quando eles mais precisaram, o João foi generoso com os seus colegas.

Enquanto as frases de (3) manifestam um comportamento típico de estativos, as de (4) parecem enquadrar-se perfeitamente nos critérios apontados para a caracterização dos eventos. Como poderemos explicar uma tal divergência?

O predicado de (4), quer pela sua estrutura sintáctica, quer pela facilidade com que se encontram contextos em que "O João é generoso com os colegas" representa um "verdadeiro" presente (e não um habitual), parece poder (pelo menos em dadas ocorrências) ser considerado um estativo, tal como (3). No entanto, nas frases apresentadas, ele comporta-se, tipicamente,

como um evento, ou seja, responde negativamente aos “testes” de estatividade. Ora, como vimos em 1.1.5, a Rede Aspectual permite a passagem de estados a processos. É esta análise que propomos para explicar as frases em (4).

Agora, porém, torna-se necessário perguntar por que razão não se passa o mesmo com (3), na medida em que todos os exemplos correspondentes aos de (4) são agramaticais. Uma hipótese passará por considerar que apenas certos estativos podem entrar na Rede Aspectual e “converter-se” em processos, havendo outros que estão impedidos de o fazer. Assim, poderíamos dividir os estados entre “faseáveis” (aqueles que podem sofrer a “transição” para eventos) e não “faseáveis” (os que estão impedidos de se “tornarem” eventos). Esta propriedade parece estar ligada às características próprias dos itens lexicais, podendo ser concebida, por exemplo, como um traço distintivo: “X ser alto” seria [-“faseável”] e “X ser generoso com os colegas” [+“faseável”].

Infelizmente, as coisas parecem ser um pouco mais complexas. Considerem-se os seguintes exemplos:

- (10) a: A corrida está a ser difícil.
- b: * Eu persuadi a corrida a ser difícil.
- c: * Corrida, sê difícil!
- d: * A corrida foi deliberadamente difícil.
- e: * O que a corrida fez foi ser difícil.
- f: (?) A corrida é frequentemente difícil.
- g: A corrida começou a ser difícil.
- h: (?) Quando eu participei, a corrida foi difícil.

Ao contrário dos casos apresentados anteriormente, este não obedece de forma linear aos critérios estabelecidos por Dowty para a distinção entre estados e não-estados. Estaremos perante um estado [+“faseável”] ou [-“faseável”]? Como Dowty (1979) nota, todas as classes aspectuais podem ser agentivas ou não agentivas; ora, os problemas com que nos deparamos em (10) dizem respeito aos critérios que Dowty classificou como de “agentividade”. Mas, se há eventos não agentivos (cf. *chover*, *florir*, por exemplo), então critérios relativos a tal propriedade não devem ser tomados em consideração quando tentamos distinguir estados de eventos e o problema fica,

consequentemente, resolvido: estes estados podem comportar-se, no que respeita aos critérios relevantes, como os eventos (neste caso não agentivos).²⁰

Finalizaremos com uma observação muito rápida sobre a relação entre estados e eventos, quando eles ocorrem em conjunto. Kamp e Reyle (1993) mostram que existe uma tendência geral que rege o desenrolar de um qualquer discurso: quando dois (ou mais) eventos se ligam, estabelecem entre si uma ordenação em termos de sucessividade; quando existe uma relação entre um evento e um estado, então o estado "engloba" ou "contém" o evento. Devemos acentuar que estas observações não passam de tendências gerais e, como tal, torna-se relativamente fácil encontrar contra-exemplos. No entanto, este assunto terá de ser recuperado em 1.3.2 e por isso o introduzimos aqui.

Sistematizando:

- Os eventos diferem dos estados na medida em que são susceptíveis de receber uma caracterização com recurso à sua estrutura fásica interna, alicerçada nos conceitos nucleares de processo preparatório, ponto de culminação e estado resultante e nas suas diversas combinações possíveis.

- Existem várias formas para a consecução de estados, tal como Moens (1987) observou. Para além dos estados lexicais, podemos encontrar os estados habituais (obtidos por iteração/generalização de eventos), os estados progressivos e os estados resultantes.

- Dowty (1979) sugere a distinção entre estados de "fase" (*stage-level predicates*) e de objecto (*object-level predicates*), por um lado, e entre estados verdadeiros relativamente a momentos e a intervalos de tempo.

- Pareceu-nos ainda necessário introduzir a distinção entre estados "faseáveis" (i.e., convertíveis em processos) e estados "não faseáveis" (i.e., irredutíveis a qualquer estruturação interna complexa).

- Estas diversas formas de caracterizar os estados podem interagir entre si: na verdade, um estado lexical, por exemplo, terá um dado valor relativamente à sua "faseabilidade" (relativamente) independente do que manifestará em termos da sua relação com o indivíduo ou "fase" de indivíduo com que se relaciona (cf. 3.3).

1.3 - A ARTICULAÇÃO TEMPO/ASPECTO

Concebido como um conjunto ordenado e linear (em certas teorizações ramificante) de unidades temporais, que podem ser "atómicas", "indivisíveis" (instantes) ou "densas" (intervalos) e considerado também como o conjunto das possíveis relações de sucessividade ou sobreposição que entre elas se estabelecem, o Tempo aproxima-se bastante do Aspecto, sob determinados pontos de vista.

Tentaremos, em seguida, exemplificar alguns desses pontos de contacto, através de breves considerações sobre adverbiais temporais, tempos gramaticais e definições de classes aspectuais em termos de intervalos de tempo, focando, essencialmente, as interacções e interpenetrações entre os conceitos em causa, aí bem patentes. Terminaremos mostrando alguns factos que justificam a necessidade de uma diferenciação entre Tempo e Aspecto, no âmbito de qualquer teoria semântica.

Advertimos, desde já, que as considerações feitas serão sobretudo exemplificativas, deixando de lado, muitas vezes, os aspectos mais técnicos e formais.

1.3.1 - Aspecto e Adverbiais Temporais

Os chamados **adverbiais temporais** são expressões que se constroem a partir de "unidades cronológicas" e que, para além da sua função meramente temporal de localização e medição de tempo, desempenham igualmente um papel importante no que diz respeito ao comportamento aspectual das várias construções em que ocorrem. Tentaremos, em seguida, mostrar quais as relações que se estabelecem entre o Aspecto e estes adverbiais.²¹

Se alguns adverbiais se limitam a determinar uma mera localização temporal para os eventos, sem grandes consequências ao nível aspectual (cf. a expressão *em Julho* em contextos do tipo de "O João esteve doente em Julho", "O João viajou em Julho", "O João foi até Itália em Julho", ou "O João nasceu em Julho"), muitos outros são sensíveis às classes aspectuais das predicções em que ocorrem. É o caso, por exemplo, dos adverbiais temporais que exprimem duração (cf. Garrido (1996)).

Existem várias expressões que dão conta da duração de uma eventualidade. Todas elas são sensíveis, de uma forma ou de outra, a certas propriedades aspectuais. Começemos pelos exemplos de (11) e (12), em que os adverbiais durativos se apresentam sob a forma de Sintagmas Nominais:

- (11) a: O João esteve amuado uma hora. (estado)
b: O João dormiu uma hora. (actividade)
c: * O João almoçou uma hora. (accomplishment)
d: * O João morreu uma hora. (achievement)
- (12) a: A Joana só gostou de linguística dois dias. (estado)
b: A Joana passeou o cão uma hora. (actividade)
c: * A Joana escreveu a tese uma hora. (accomplishment)
d: * A Joana ganhou a corrida uma hora. (achievement)

Este tipo de expressões temporais parece ser sensível à classe aspectual das predicções, na medida em que apenas pode ocorrer com actividades e estados (predicções atélicas), dando origem a agramaticalidade quando combinado com "accomplishments" e "achievements" (situações tipicamente télicas).²² Uma hipótese para explicar este facto poderia passar pela ideia de que tais SNs (com função "adverbial") têm a capacidade de tornar "télicas" as construções em que ocorrem (ou acrescentar-lhes um ponto de culminação). Essa hipótese pode ser sustentada, por exemplo, no facto de que nenhum subintervalo de "correr uma hora" é igualmente a realização de "correr uma hora" (i.e., "correr uma hora" é uma eventualidade não homogénea e não cumulativa, propriedades que considerámos típicas das classes ditas télicas). No entanto, será esta passagem dos processos a processos culminados uma consequência directa e inerente ao

adverbial, ou apenas uma implicatura (cancelável) a ele associada? (Cf. "O Jorge dormiu uma hora ou mais", "A Maria correu uma hora, no mínimo").

Os SPs introduzidos por "durante" têm um comportamento algo semelhante, mas a sua combinação com "accomplishments" apresenta resultados bem mais aceitáveis (apenas desviantes), pelo que a hipótese levantada para os SNs com valor temporal parece não ser tão provável aqui. Vejam-se as seguintes frases:

- (13) a: O João esteve amuado durante uma hora. (estado)
- b: O João correu durante uma hora. (actividade)
- c: ? O João almoçou durante uma hora. (accomplishment)
- d: * O João morreu durante uma hora. (achievement)

Com certos adverbiais durativos (como *de/desde ... até/a*), que simultaneamente têm a função de localizar ou de "situar" as eventualidades em relação a um determinado intervalo de tempo, os "accomplishments" são tão aceitáveis como estados e actividades, facto que poderemos observar em (14):

- (14) a: O João esteve doente de Terça até Domingo. (estado)
- b: O Jorge dormiu desde as 2 até às 4. (actividade)
- c: A Ana fez o teste da 1 às 6. (accomplishment)
- d: * O João morreu da 1 às 6. (achievement)

O facto de os "achievements" nunca comparecerem com adverbiais durativos é facilmente explicável: os "achievements", como já dissemos, são "pontuais" e, como tal, não duram, não são verdadeiros relativamente a intervalos de tempo (durações), mas apenas a "instantes" ou "momentos" ("pontos" no tempo).

Existem adverbiais temporais (como em N tempo) que parecem identificar um evento "completo" ou "acabado" (i.e., télico) com um dado intervalo de tempo. Estas expressões, naturalmente, estão confinadas a "accomplishments" e (sob determinadas condições) a "achievements". Ilustramos seguidamente o seu comportamento:

(15) a: * O João esteve doente em duas horas. (estado)

b: * O Jorge dormiu em duas horas. (actividade)

c: A Ana fez o teste em duas horas. (accomplishment)

d: ? O João morreu em duas horas. (achievement)

(16) a: * O João detestou sopa em duas horas. (estado)

b: * O João trabalhou em duas horas. (actividade)

c: A Ana atravessou o rio em 2 horas. (accomplishment)

d: A Ana ganhou a corrida em 2 horas. (achievement)

Para que um "achievement" possa surgir nestes contextos, é necessário que ele seja previamente convertido, através de transições na Rede Aspectual, em "accomplishment", i.e., que seja acrescentado, à culminação que o caracteriza, um processo preparatório. Assim, podemos parafrasear (16)d por "A Ana levou/demorou duas horas a ganhar a corrida". Na verdade, estes adverbiais não só requerem a presença de um evento "concluído", télico, como também durativo, não "instantâneo", pois remetem sempre para um intervalo (e não para um instante); daí a "transição" que os "achievements" têm de sofrer para ocorrerem com estas expressões, sem problemas.

Os adverbiais pontuais localizam uma situação num instante ou momento, sendo, por isso, as suas condições de verdade aferidas relativamente a um período de tempo mínimo, indivisível. Não surpreende, portanto, que apenas os "achievements" sejam indiscutivelmente gramaticais nestes contextos. (A possibilidade de (certos) estados participarem em construções que envolvem adverbiais pontuais parece ser explicável se considerarmos que os estativos "contêm" ou "englobam" tais expressões. Sendo não faseáveis, os estados tanto podem ser verdadeiros relativamente a intervalos como a momentos, o que contribui para a possibilidade de uma avaliação do seu valor de verdade nestas construções.).

(17) a: (??) O João esteve doente às 5 da tarde. (estado)

b: * O João trabalhou às 5 da tarde. (actividade)

c: * A Catarina construiu um palácio às cinco da tarde. (accomplishment)

d: O João morreu às 5 da tarde. (achievement)

- (18) a: ??/* O João gostou de linguística às duas horas. (estado)
 b: * O João passeou às duas horas. (actividade)
 c: * O João leu o livro às duas horas. (accomplishment)
 d: O João saiu às duas horas. (achievement)²³

Também os adverbais de contagem cardinal impõem restrições quanto às categorias aspectuais com que podem ocorrer. Estes adverbais só se aplicam a eventualidades discretas, ou seja, não homogéneas e não cumulativas. Como tal, apenas "accomplishments" e "achievements" se combinam com eles (cf. (19)).

- (19) a: * O João gostou de linguística três vezes. (estado)
 b: * O João trabalhou três vezes. (actividade)
 c: A Ana foi a Paris três vezes. (accomplishment)
 d: A Ana ganhou a corrida três vezes. (achievement)²⁴

Finalmente, os adverbais frequentativos parecem ter, como uma das suas principais funções, a conversão de (todos os tipos de) eventos em estados habituais. (O facto de os estados que classificámos como não "faseáveis" não se combinarem com estes adverbais (cf. (20)a) parece justificar a ideia de que, antes de comparecerem nestas estruturas, os estativos têm de passar a processos).

- (20) a: * Este casaco é frequentemente verde.
 b: O João está frequentemente doente.
 c: O João corre todos os dias.
 d: O João lê o jornal habitualmente.
 e: O João parte copos com frequência.

A partir de todos estes exemplos, parece ser possível concluir que os chamados adverbais temporais se relacionam com o Aspecto de duas formas principais: por um lado, "seleccionam"

as classes aspectuais com que se combinam; por outro, "despoletam" certas "transições" na Rede Aspectual, ou seja, desempenham um papel "activo" de considerável importância no que respeita à "passagem" de uns tipos aspectuais para outros.

1.3.2 - Aspecto e Tempos Gramaticais ²⁵

Em línguas como o Português, os Tempos Gramaticais não veiculam apenas informação meramente temporal (em termos de passado, presente e futuro); eles integram igualmente indicações aspectuais diversificadas. Vamos exemplificar esta relação íntima que se estabelece entre Aspetto e Tempos Gramaticais, através de uma rápida discussão dos casos mais frequentes e significativos.

Uma questão que se coloca imediatamente tem a ver com a diferenciação entre Pretérito Perfeito Simples e Pretérito Imperfeito, tendo em conta que ambos remetem para um mesmo tempo, o passado.

Uma hipótese, que tem vindo a ser colocada, vê estes dois Tempos Gramaticais como a realização, no Português, da oposição aspectual entre Perfectivo e Imperfectivo. Assim, o Pretérito Perfeito perspectivaria as predicções em que ocorre como sendo "perfectivas", ou seja, de qualquer modo associadas a um estado resultante, "acabadas", "concluídas"; o Imperfeito, por seu lado, teria, como função central, focar eventualidades "imperfectivas", apresentando-as como não concluídas, em aberto. Se tal contraste pode ser muitas vezes encontrado, ele não explica, por si só, as propriedades dos Tempos Gramaticais em questão: por um lado, como veremos, não é claro que o Pretérito Perfeito seja, realmente, Perfectivo (concebendo este termo como uma operação aspectual atribuidora de um estado resultativo às expressões linguísticas); por outro, o Imperfeito é muito frequentemente utilizado para indicar estados habituais, tendo, além disso, certos valores modais.²⁶

Comecemos por analisar o caso do Pretérito Perfeito. Para isso, parece-nos ser conveniente, antes de qualquer outra coisa, tentar explicitar o complexo conceito de **Perfectividade**.

Em propostas recentes (cf., por exemplo, Moens (1987), 5.3, Kamp e Reyle (1993), 5.3.2 e 5.3.3), a noção de Perfectividade tem sido identificada com a focalização das situações em

relação com o seu estado resultante. Será esta concepção compatível com o Pretérito Perfeito de línguas como o Português? Manifestará este Tempo Gramatical, de alguma forma, as "consequências" ou os "resultados" das eventualidades com que se combina?

Para podermos responder satisfatoriamente a estas questões, torna-se necessário recordar o que foi dito em 1.1.5 e 1.2 sobre os estados consequentes. Um estado resultante é, como vimos, um estativo que faz parte, como uma das fases de (certos) eventos, do Núcleo Aspectual, seguindo, necessariamente, um ponto de culminação. Com estes dados, e sabendo que a noção de Perfectividade implica, de uma forma ou de outra, a existência de um estado resultativo, tentaremos verificar se o comportamento das frases no Pretérito Perfeito se pode adequar a uma tal caracterização.

Uma primeira hipótese passa por olhar o Pretérito Perfeito como dando conta da totalidade da situação, incluindo o seu estado resultante. Esta proposta, no entanto, coloca um grave problema: se não queremos desestruturar o Núcleo Aspectual (i.e., se queremos manter constantes as relações estruturais entre as diversas fases que o constituem), teremos de assumir que este Tempo Gramatical converteria (todas) as situações com que ocorre em culminações ou processos culminados. Não é isso, no entanto, que os exemplos de (21) e (22) demonstram, já que uma tal conclusão obrigaria à possibilidade de "contabilização" de todas as situações em frases com Perfeito, bem como da sua combinação com adverbiais do tipo de "em N tempo", já para não falar da necessária agramaticalidade de estados "não faseáveis" com este Tempo Gramatical (cf. (23)):

(21) a: * O João esteve contente três vezes.

b: * O João trabalhou três vezes.

c: O João leu este livro três vezes.

d: O João ganhou a corrida três vezes.

(22) a: * O João foi simpático em 5 minutos.

b: * O João viajou em dois meses.

c: O João comeu o bolo em 5 minutos.

(23) a: O João foi Português, mas naturalizou-se Brasileiro.

b: O meu casaco já foi verde, mas ficou amarelado.

As assimetrias presentes em (21) e (22) e a gramaticalidade de (23) mostram que o efeito do Pretérito Perfeito não é, de forma nenhuma, o de converter as eventualidades com que ocorre em processos culminados ou em culminações.

Uma outra possibilidade de análise passa por encarar o elemento Perfectivo como acentuando e perspectivando somente o estado resultante associado à situação. A definição de Kamp e Reyle (1993) parece ir ao encontro desta ideia. Para estes autores, "The eventualities described by the perfect of a verb *v* are of the type which is represented by that part of the schema corresponding to the Aktionsart of *v* which starts at, but does not include, the culmination point" (cf. Kamp e Reyle (1993), p. 566). Os problemas desta concepção são óbvios: para o Pretérito Perfeito ser Perfectivo, teria de perspectivar as eventualidades com que ocorre como estativos, o que (21) e (22) contradizem (ver Considerações Finais, II, 1).

Tendo em conta tudo o que foi dito, impõe-se a seguinte questão: comportará o Pretérito Perfeito a capacidade intrínseca de atribuir um estado resultante às predicções com que ocorre, tornando-as, assim, Perfectivas (i.e., "acabadas")? As frases de (21) e (22) parecem responder a esta questão negativamente; os exemplos em (24) parecem confirmar tal posição.

- (24) a: O João esteve a regar o jardim mas desistiu. (i.e., o jardim não está (todo) regado)
b: A Maria esteve a pintar a casa mas não conseguiu. (i.e., a casa não está (toda) pintada)
c: O Rui esteve a morrer mas não morreu (i.e. o Rui não está morto).

Se o Pretérito Perfeito comportasse em si, intrinsecamente, qualquer informação ou traço de Perfectividade, tal como definida atrás, estas frases seriam necessariamente anómalas, ao contrário do que realmente sucede. (Claro que seria possível redefinir Perfectividade, por forma a acomodar exemplos como estes. Uma definição de Perfectividade como a de Smith (1991), 4.2.1, por exemplo, que encara esta noção como a perspectivação integral, tipologicamente neutra, de uma situação, incluindo os seus pontos inicial e final (seja este "natural" ou "arbitrário"), daria conta dos efeitos do Pretérito Perfeito em Português. Contudo, para evitar confusões terminológicas, designaremos, aqui, uma formulação como esta de "terminatividade".) Neste momento, importa introduzir a diferença entre "concluído" e "terminado", para tentar dar conta destes dados. Na verdade, podemos dizer que o Perfeito, nos exemplos de (24), transmitiu

somente a informação de que as eventualidades estão "terminadas" (i.e., decorreram no passado e não podem ser continuadas para além de um determinado ponto, o seu "terminus"), independentemente de estarem, ou não, "concluídas", ou seja, "completas", "culminadas" (recordemos que o estado consequente, enquanto parte do Núcleo Aspectual, segue necessariamente um ponto de culminação). Por outras palavras, o Perfeito, nestes casos, apenas delimitou as situações descritas, através da introdução de um ponto "terminal" arbitrário. Fazendo parte integrante dos valores semânticos característicos do Pretérito Perfeito, o conceito de "terminação" parece desempenhar um papel fundamental na análise das predicções que envolvem este Tempo Gramatical.

Como já foi referido atrás, "terminação" não é o mesmo que culminação. Na realidade, as frases de (21), (22) e (24) parecem deixar bem claro que o conceito de culminação (relacionado com o de estado consequente) não faz parte do significado básico do Pretérito Perfeito em Português. Contudo, torna-se necessário dar resposta a alguns problemas importantes. Como explicar a presença necessária, em formas com o Pretérito Perfeito, de uma culminação, para "achievements" e "accomplishments", face à sua ausência com actividades e estados? E como relacionar as observações feitas até aqui com o facto de que podemos inferir, a partir de frases como "O João leu o livro" ou "O João construiu uma casa", os seus estados resultantes, respectivamente, "O livro está lido" e "Uma casa está construída")?

Se concebermos o Pretérito Perfeito como um Tempo do passado relativamente "neutro" em termos aspectuais, poderemos encontrar uma proposta de solução para todos estes problemas. Se categorialmente "neutro" (impondo somente uma informação de "terminação"), o Pretérito Perfeito manterá todas as propriedades aspectuais básicas das classes de predicções com que ocorre; se estas incluírem um ponto de culminação e as respectivas consequências (como é o caso dos "accomplishments" e dos "achievements", cf. 1.1.5), então as propriedades inerentes a estas fases vão permanecer inalteradas. Assim, o facto de certas frases no Pretérito Perfeito serem culminadas e implicarem um estado resultativo não deverá ser visto como a consequência de este Tempo Gramatical comportar em si tais características, mas antes de a sua relativa "neutralidade" em termos aspectuais permitir que as diversas fases dos eventos se manifestem em toda a sua complexidade.²⁷ Esta "neutralidade", em termos tipológicos, permite igualmente explicar a aplicabilidade de frases no Pretérito Perfeito aos "testes" de identificação de categorias

aspectuais, tal como vimos em 1.1.2.²⁸

Ao contrário do que se passa com o Pretérito Perfeito, que, por princípio, parece manifestar um comportamento relativamente "neutro" em termos aspectuais, o Imperfeito, geralmente, acrescenta à informação de Passado uma indicação de estatividade, que tanto se pode manifestar numa perspetivação das situações "incompleta" ou "em decurso", semelhante, como veremos, à que o Progressivo veicula (cf. (25)a), como, talvez até com maior frequência, numa interpretação habitual ou frequentativa (cf. (25)b,c).

(25) a: O João passou por aqui e levava uma faca na mão.

b: Antigamente, a Ana ia muito ao cinema.

c: O João dava aulas na Faculdade.

O carácter estativo do Imperfeito torna as frases em que ele ocorre, de uma certa forma, "atélicas" ou "incompletas"; é, por isso mesmo, possível conceber o prolongamento até ao presente das eventualidades que estas frases descrevem.

O facto de que o Imperfeito favorece uma leitura estativa pode ser ainda evidenciado pelos seguintes exemplos:

(26) a: ??/* Quando a pinteí, a minha casa foi verde.

b: Quando eu cheguei, o João falou com a irmã.

c: Quando eu cheguei, o João desenhóu uma casa.

d: Quando eu cheguei, o João saiu.

(27) a: Quando a pinteí, a minha casa era verde.

b: Quando eu cheguei, o João falava com a irmã.

c: Quando eu cheguei, o João desenhava uma casa.

d: Quando eu cheguei, o João saía.

Como Vlach (1981) observa, tipicamente, os eventos seguem a oração temporal, enquanto os estados a incluem ou "contêm". Ora, em todas as leituras possíveis para (27), dá-se uma relação

de inclusão da oração introduzida por *quando* na eventualidade que com ela ocorre, o que, a acreditar em Vlach, significa que estas frases (que estão no Imperfeito) descrevem estados.

Ao contrário do que acontece com a maior parte dos Tempos Gramaticais, a leitura preferencial das frases em que intervém o Presente do Indicativo (à excepção das estativas) é a habitual ou frequentativa; mais uma vez, estamos perante um Tempo Gramatical que manifesta igualmente propriedades aspectuais relevantes.²⁹ O mesmo se pode afirmar em relação ao chamado Pretérito Perfeito Composto, que, tal como o Presente, parece converter em estados frequentativos ou habituais as predicções (não estativas) em que está envolvido.

(28) a: A Maria lê o jornal.

b: A Maria dança na discoteca.

c: A Maria sai à noite.

d: A Maria tem lido o jornal.

e: A Maria tem dançado na discoteca.

f: A Maria tem saído à noite.

Relativamente ao seu correspondente simples, o Pretérito Perfeito Composto parece alterar aspectualmente as predicções, contribuindo para uma leitura, ou iterativa, ou habitual, (quer dizer, de tipo tendencialmente estativo), que, como tal, se pode prolongar até ao presente. Mesmo quando não há iteração (cf. o Pretérito Perfeito Composto de estativos), mantém-se uma certa "imperfectividade", ou seja, este Tempo Gramatical perspectiva as situações como começando no passado mas prolongando-se potencialmente até ao tempo presente.

Embora não os tenhamos abordado em toda a sua complexidade, pudemos observar alguns exemplos de como os Tempos Gramaticais estabelecem uma ligação indissociável entre Tempo e Aspecto. (Embora não a tenhamos encarado como uma das nossas preocupações centrais ao longo deste trabalho, a complexa questão da Perfectividade será brevemente afluada nas Considerações Finais, II, 1).

1.3.3 - Uma Definição "Temporal" das Classes Aspectuais

A proximidade entre Tempo e Aspecto também se manifesta, por vezes, ao nível da própria conceptualização dos tipos aspectuais. O facto de as classes aspectuais perspectivarem a estruturação temporal interna das predicções levou alguns linguistas a tentarem uma definição de tais categorias construída a partir de conceitos essencialmente "temporais", como é o caso dos de intervalos e momentos de tempo. Apresentaremos, em seguida, muito sumariamente, uma destas tentativas, proposta em Bennett (1981).

Bennett (1981) toma como ponto de partida uma classificação de situações tripartida, idêntica à de Kenny (1963) e procura definir "performances", actividades e estados através das divergências observadas ao nível dos intervalos de tempo característicos de cada uma destas categorias.

Assim, as "performances" seriam interpretadas em termos de intervalos fechados, o que explicaria o seu carácter télico, discreto, não homogéneo e não cumulativo (os intervalos fechados são contáveis e apresentam momentos iniciais e finais bem definidos, o que impossibilita acrescentar ou retirar "partes" ao seu interior). As actividades, por seu lado, seriam descritas por meio de intervalos abertos, o que daria conta do seu carácter atélico, homogéneo e cumulativo (um intervalo aberto não contém um ponto terminal definido, podendo variar a duração sem perder a sua identidade própria; para além disso, não é possível contar intervalos abertos). Finalmente, os estados seriam verdadeiros relativamente a uma sucessão de momentos ou instantes de tempo, o que estaria na base do seu carácter não dinâmico, já que todos os instantes da sua duração teriam que ser exactamente iguais no que respeita aos elementos presentes na sua extensão.

Infelizmente, uma análise como esta origina vários problemas de muito difícil resolução. Por exemplo, a combinação do Pretérito Perfeito com uma actividade daria lugar a uma "performance", pois a "terminação" imposta pelo Tempo Gramatical converteria o intervalo aberto, associado a esta categoria aspectual, num intervalo fechado. Ora, como já referimos, as propriedades inerentes às actividades parecem manter-se, mesmo com o Pretérito Perfeito,

contrariando, assim, a previsão subjacente a esta teoria. Por outro lado, não nos parece muito fácil conceber a ideia de uma eventualidade a ocorrer num intervalo aberto porque isso significaria que ela continuaria, em termos teóricos, até ao infinito, o que levanta sérias reservas às suas possibilidades combinatórias com diversos Tempos Gramaticais (e talvez também mesmo com expressões de iteração). Finalmente, não seria nada fácil estabelecer condições de verdade para eventos pontuais, como sejam pontos e "achievements": se os identificássemos com instantes ou momentos de tempo, como o seu comportamento parece requerer, estaríamos a identificar as suas condições de verdade, sob um certo ponto de vista, com as apresentadas para os estados (i.e., diríamos que um estado é necessariamente um conjunto de "achievements" ou de pontos), o que, naturalmente, não é o resultado pretendido.

Seja como for, o simples facto de existir a possibilidade de uma "redução" de classes aspectuais a noções "temporais" (como as de intervalos de tempo) bastaria para demonstrar a forte ligação em que Tempo e Aspecto se vêm envolvidos.

Sistematizando:

A observação atenta de alguns factos ligados ao comportamento dos adverbiais temporais e dos Tempos Gramaticais, bem como a possibilidade, tentada por certos linguistas, de descrever as classes aspectuais a partir de noções "temporais" leva-nos a considerar a existência de uma forte ligação entre Tempo e Aspecto.

1.3.4 - Tempo vs. Aspecto: Algumas Divergências

Até este momento, temos vindo a considerar os principais factores que nos levam a aproximar e associar as noções de Tempo e Aspecto. No entanto, importa referir também as diferenças que as separam. Sem pretendermos ser exaustivos, passaremos a indicar algumas das propriedades que permitem distinguir estes conceitos.

O **Tempo** (concebido como passado, presente e futuro) é um conceito basicamente "relacional", ou seja, envolve sempre a "localização" de (um tempo de) uma eventualidade relativamente a um determinado "ponto de referência" (seja o "agora" do momento da

enunciação, seja um qualquer outro tempo que se toma como "tempo referencial" ou de "ancoragem"). O Aspecto, pelo contrário, diz respeito à perspectivação temporal do interior de uma dada eventualidade, concentrando-se unicamente no intervalo de tempo em questão.

Porque "relacional", o Tempo é (directa ou indirectamente) uma categoria dística e quase sempre estabelece ligações de tipo anafórico com as diferentes expressões que comportam informação temporal. O Aspecto, pelo contrário, é essencialmente "autónomo" em termos referenciais.

Enquanto o Tempo parece abordar as eventualidades de um modo essencialmente "exterior", ou seja, tomando-as como um todo "atómico", o Aspecto perspectiva-as sobretudo a partir do seu próprio "interior", analisando-as "subatomicamente", como diria Parsons.

Muito mais haveria a dizer sobre a diferenciação entre Tempo e Aspecto, mas estas observações parecem bastar para defender a necessidade da postulação de uma (relativa) autonomia de cada uma destas noções, apesar da sua estreita ligação, a que, de resto, já fizemos referência ao longo desta secção.

1.4 - ASPECTO E AKTIONSART

A noção de **Aspecto** não é, de modo nenhum, incontroversa. Embora praticamente todos os linguistas concordem com a ideia de que o termo Aspecto se refere à "perspectivação" ou "focalização" das eventualidades a partir da sua estrutura temporal interna, o conjunto de factos linguísticos que tal conceito pode abarcar varia bastante com algumas restrições adicionais impostas pelas teorias em causa. No seu sentido mais restrito, Aspecto designa apenas as oposições sistematicamente gramaticalizadas, relativas à "perspectivação" interna das situações. Sob este ponto de vista, línguas como o Português não apresentariam indicações aspectuais propriamente ditas; estas restringir-se-iam, basicamente, a oposições bem marcadas na gramática de certos idiomas, como a que encontramos nas línguas eslavas entre Perfectivo e Imperfectivo.

Uma concepção "intermédia" de Aspecto encara este conceito como referindo todas as informações relativas à estruturação interna dos estados de coisas morfológica ou flexionalmente marcadas. Nesse sentido, o Português representaria o Aspecto através de certas indicações contidas nos Tempos Gramaticais. Finalmente, a concepção mais "alargada" de Aspecto não coloca qualquer tipo de restrição ao modo como o significado é representado ou formulado, constituindo-se, assim, como uma noção puramente semântica, independente das variações ao nível sintáctico e morfológico.

As teorizações que adoptam uma concepção mais restritiva de Aspecto vêem-se na necessidade de incorporar outras noções, com ele relacionadas, no sentido de dar conta dos diversos procedimentos que permitem representar a estrutura temporal interna das situações. Vamos, seguidamente, referir as principais distinções propostas.

Binnick (1991), por exemplo, distingue entre **Aspecto**, que se reporta a informações meramente flexionais, *Aktionsart*, que refere distinções semelhantes, mas com base em processos lexicais e **Aspecto Aristotélico**, que equivale às classes aspectuais de predicados.

Serão estas distinções necessárias e pertinentes em termos semânticos? Haverá vantagens numa separação deste género? Será preferível uma análise "compartimentada" dos fenómenos aspectuais ou uma visão mais alargada? Este é um assunto muito discutível e sempre em aberto; apresentaremos, no entanto, alguns argumentos em favor da adopção de um conceito unificado e abrangente de Aspecto.

Começemos pela diferença entre Aspecto Aristotélico, por um lado, e Aspecto e *Aktionsart*, por outro. Esta distinção é muitas vezes formulada em termos da oposição entre "classe aspectual" e "forma aspectual". As "classes aspectuais" dizem respeito ao tipo a que os verbos, no infinitivo, pertencem. A "forma aspectual" tem a ver com a categoria que as frases, consideradas em toda a sua complexidade, manifestam. Uma "classe aspectual" é, pois, um conceito abstracto e teórico, na medida em que apenas se aplica a lexemas retirados de qualquer contexto linguístico. A acreditar em Mourelatos (1981), como vimos, a participação dos itens lexicais parece ser, essencialmente, a de estabelecer uma interacção (composicional e indissociável) com o(s) significado(s) de muitos outros elementos. Em última instância, a classificação nunca deverá ser feita sobre lexemas (ou predicados) isoladamente, mas sempre sobre predicções, que são o resultado (ou produto final) de múltiplos factores em

interdependência. Por outras palavras, as "classes aspectuais", tal como as definimos aqui, não são mais do que uma parte, aliás dificilmente isolável (se tal isolamento é, sequer, possível), de um todo que seria aquilo a que chamamos "forma aspectual". As informações apresentadas pelos predicados são apenas "porções" integrantes de uma totalidade de que não se podem dissociar. (Ao longo do texto, temos vindo a falar de classes aspectuais no sentido de "formas aspectuais"; É o que continuaremos a fazer, já que esta distinção nos parece pouco relevante, dada a dificuldade (possibilidade?) de determinar, com total precisão, os factos aspectuais indiscutivelmente inerentes aos verbos, sem ter em conta factores como os seus argumentos, os Tempos Gramaticais etc.).

Uma outra diferenciação relevante, frequentemente encontrada na literatura, opõe o conceito de Aspecto ao de *Aktionsart*. Como Dowty (1979) sugere, "(...) aspect in linguistic terminology is usually understood to refer to different inflectional affixes, tenses, or other syntactic 'frames' that verbs can acquire (aspect markers) (...)" (p. 52); os *Aktionsarten*, pelo contrário, são concebidos como comportando o mesmo tipo de informações, mas veiculadas, neste caso, por meios lexicais (pelos verbos, seus argumentos, operadores aspectuais lexicais etc.)³⁰ Mais uma vez, porém, somos confrontados com alguns obstáculos que podem pôr em causa uma tal separação. Em primeiro lugar, devemos notar que não é nada fácil, em muitos casos, saber, com precisão, o que é, na realidade, o contributo dos elementos gramaticais ou o das formas lexicais. Como já dissemos, as propriedades aspectuais resultam de uma conjugação dinâmica de factores, pelo que a contribuição "individual" de cada um deles nem sempre é facilmente apreendida. Se o Aspecto é um "produto" e não uma simples "soma", torna-se difícil fundamentar uma demarcação tão rígida entre factores lexicais e gramaticais. Em segundo lugar, um mesmo efeito de tipo aspectual (como, por exemplo, a perspectivação frequentativa), tanto pode ser obtido por processos flexionais, como lexicais (neste caso concreto, pela acção do Presente do Indicativo ou do Imperfeito, por um lado, e dos adverbiais frequentativos e de determinados adverbiais de contagem cardinal, por outro). O facto de estarmos perante efeitos semânticos muito semelhantes, embora com causas (de resto, em termos de propriedades semânticas, não manifestamente) diferentes parece contribuir para fundamentar uma "neutralização" da distinção entre Aspecto e *Aktionsart*.

Apesar de ser possível (e perfeitamente lícito) defender outras posições, parece-nos desejável, pelo que foi dito, adoptar uma concepção abrangente e unificada de Aspecto. Na verdade, a estreita ligação entre os vários factores que determinam a classe aspectual de uma qualquer predicação, a sua indissociabilidade, a sua intervenção necessariamente conjunta e a dependência mútua, que sempre se estabelece entre eles, conduzem-nos à conclusão de que o Aspecto é, antes do mais, uma noção semântica e, como tal, diz respeito à estruturação temporal interna das predicções, mantendo uma certa independência, por isso mesmo, relativamente às diversas propriedades sintácticas, morfológicas ou lexicais envolvidas.

NOTAS

1 - No Português, no entanto, este critério parece não ter grande validade. Tanto "achievements" (cf. (I)) como (pelo menos alguns) estados (cf. (II)) admitem o Progressivo:

- (I) a: O João está a morrer.
- b: O João está a ganhar a corrida.
- (II) a: A Ana está a gostar do filme.
- b: O João está a ser simpático.

Um problema semelhante parece surgir, igualmente, no Inglês (cf. as críticas de Mourelatos (1981) aos critérios utilizados em Vendler (1967)).

2 - Uma análise um pouco mais pormenorizada e sistemática do comportamento das várias classes aspectuais face aos adverbiais temporais será tentada em 1.1.2 e 1.3.1.

3 - Notemos que Vendler não admite a possibilidade de estados e "achievements" no Progressivo, o que impede, naturalmente (na sua óptica), o alargamento de um tal critério distintivo a estas duas categorias.

4 - Antecipamos aqui, por questões de clarificação de conceitos, a terminologia utilizada por Moens (1987) e que sistematizaremos em 1.1.5.

5 - Em 1.1.2. veremos que esta caracterização é problemática e não pode ser tão pacificamente aceite. Parece ser possível, pelo menos em alguns casos, perspectivar os estados como sendo "faseáveis" (cf. "O João começou a estar nervoso", "O João continua a gostar da Maria", etc.). Para uma discussão mais aprofundada deste assunto, ver 1.2.

6 - A existência, no Português, da oposição, em termos de perfectividade, entre Pretérito Perfeito e Pretérito Imperfeito torna esta questão bem mais complexa, como veremos. De notar, para além disso, que o mesmo contraste ("inclusão" para estados vs. sucessividade para não-estativos) se mantém relativamente às situações no interior da oração subordinada.

7 - Notemos, no entanto, a gramaticalidade de frases como "O João acabou de morrer", "O João acabou de trabalhar às 5 horas".

8 - No entanto são possíveis exemplos como "O João acabou de morrer" (critério 4.) ou "O João acendeu a luz cuidadosamente" (critério 5.).

9 - Notemos que o tipo de adverbiais temporais com que as diversas classes aspectuais podem (ou não) ocorrer se constitui como um dos critérios mais utilizados para a sua diferenciação. Comparem-se os seguintes exemplos, em que (I) apresenta um estado, (II) uma actividade, (III) um "accomplishment" e (IV) um "achievement":

- (I) a: O João esteve doente durante dois dias.
- b: * O João esteve doente em dois dias.
- c: (??) O João esteve doente às duas da tarde.
- (II) a: O João trabalhou durante dois dias.
- b: * O João trabalhou em dois dias.
- c: * O João trabalhou às duas da tarde.



- (III) a: ? O João leu o livro durante dois dias.
 b: O João leu o livro em dois dias.
 c: *??? O João leu o livro às duas da tarde.
- (IV) a: * O João morreu durante dois dias.
 b: O João morreu em dois dias.
 c: O João morreu às duas da tarde.

10 - Por outras palavras, é a totalidade da frase (e não apenas o verbo) que está em causa quando se pretende atribuir ou verificar a classe aspectual.

11 - Nestes exemplos, os verbos comparecem no infinitivo, já que Vlach se está a referir explicitamente a predicacões não especificadas temporalmente ("*tenseless*"). Este exemplo é, de resto, bastante discutível.

12 - Consideramos adverbiais temporais todas as expressões temporais que, independentemente da sua estrutura interna, se comportam, distribucionalmente, como SADVs. Nesse sentido, todas as expressões temporais que manifestem externamente (i.e., distribucionalmente) características típicas de adverbiais serão incluídas sob esta designação, apesar de, internamente, poderem apresentar estruturas muito diversas (SADVs, SPs, SNs, etc.). Ver, por exemplo, Binnick (1991), capítulo 7, secção q., para uma discussão mais completa.

13 - Por motivos práticos, aqui é pertinente ter em conta a distinção entre Aspecto e classes (ou tipos) aspectuais (o chamado Aspecto Aristotélico); cf. 1.4 ou a distinção, em Smith (1991), entre tipos de situação (*situation types*) e pontos de vista (*viewpoints*). Sobre a oposição perfectivo vs. imperfectivo, cf. 1.3.2.

14 - Privilegiaremos o texto de Moens (1987) relativamente ao de Moens e Steedman (1988), na medida em que nos pareceu ser mais completo e explícito. A própria possibilidade de "entrada" de estados na Rede Aspectual, que está ausente no trabalho mais recente, será, com as devidas alterações, uma ideia importante a considerar mais à frente neste trabalho.

15 - Cf. os estados resultantes de culminações como "O João está morto" ou "A praça está fotografada (pelo João)" com a impossibilidade de estados resultantes de pontos como em "* O Rui está tossido" ou "* As asas estão batidas (pelo frango)".

16 - Não é muito clara, por exemplo, a razão que leva Moens a reduzir os processos a pontos, quando se trata de descrever uma iteração de processos. (Não parecem existir quaisquer evidências sobre alterações das suas propriedades básicas características. Por outro lado, uma iteração de processos pode admitir intervalos ou pausas.). Observações semelhantes poderão, da mesma forma, ser avançadas em relação à obrigatoriedade de passagem a ponto na iteração de todos os outros tipos de eventualidade (cf. Garrido (1996), 3.2).

17 - Notemos que, para Kamp e Reyle, nem "accomplishments", nem "achievements" incluem a terceira fase do Núcleo, ou seja, o estado resultante. Esta posição difere da de Moens (1987) que, como vimos, incluía as "consequências" na definição destas categorias.

18 - Por uma questão de economia e pertinência, não nos referiremos aqui a problemas como a Perspectiva Temporal (TPpt) ou o Tempo de Referência (Rpt). O tratamento dado ao operador aspectual do Progressivo será discutido no próximo capítulo.

19 - Parece-nos conveniente, neste momento, proceder a uma clarificação terminológica que será importante no decurso deste trabalho. Assim, distinguiremos, a partir deste momento, "**fase**" (*phase*, como em Binnick (1991), Cap 6, f e g) de "**estádio**" ou "**período**" (*stage*). Um estágio será uma "parte" indeterminada, indefinida, de uma eventualidade; uma "fase", pelo contrário, será um período bem definido, correspondente a uma "parte" característica do Núcleo Aspectual.

20 - Para quem não concordar com esta análise ou descobrir outro tipo de assimetrias de gramaticalidade em exemplos como estes, há sempre a hipótese de considerar a "faseabilidade" dos estados como algo de "graduável" ou "escalar".

21 - Chamamos "unidades cronológicas" às divisões temporais como minutos, horas, meses, anos etc. Como sugerimos em 1.3, não nos ocuparemos do tratamento formal dos advérbios temporais. Para isso, ver, entre outros, Parsons (1990), Cap. 11 ou Kamp e Reyle (1993), 5.5. Para o Português, vejam-se, entre outros, Garrido (1996) e Viegas (1996).

22 - O exemplo (12) parece mostrar que a presença de um Objecto Directo nas frases não altera o comportamento destes SNs. Veja-se, ainda, o caso presente em (I) e (II):

- (I) a: O João caminhou uma hora no jardim.
- b: O João caminhou no jardim uma hora.
- (II) a: O João caminhou uma hora até à escola.
- b: * O João caminhou até à escola uma hora.

Se as nossas intuições e observações estão certas, parece haver, em (II), uma diferença importante ao nível da aplicação do advérbio: em (II)a, ele parece não ter escopo sobre o SP "até à escola", aplicando-se, por isso, a uma actividade; em (II)b, pelo contrário, o advérbio parece ter escopo sobre toda a predicação, um "accomplishment", dando origem, consequentemente, como vimos, a uma sequência agramatical (ou semanticamente anómala). Este pode ser um ponto de partida para um estudo sintáctico e semântico deste tipo de advérbios; no entanto, tal investigação está fora dos objectivos deste trabalho.

23 - Se se considerarem gramaticais ou aceitáveis exemplos com "accomplishments" como "O João almoçou à uma da tarde", é importante ter em conta que os advérbios marcam o início (ou o fim) dos "accomplishments" com que ocorrem, sendo equivalentes a "O João começou a almoçar à uma da tarde" ou "O João acabou de almoçar à uma da tarde". Como veremos, estas expressões comportam-se como "achievements". Assim, de uma certa forma, para que exemplos de ocorrência de "accomplishments" com advérbios pontuais sejam possíveis, parece necessário converter primeiro o processo culminado em culminação.

24 - Também aqui é provável que existam "transições" na Rede Aspectual que convertam processos (mesmo resultantes de estados) em processos culminados. Daí a aceitabilidade de "O João esteve doente três vezes durante o Verão" ou "A Ana viajou três vezes durante este ano" (= "A Ana realizou três viagens completas durante este ano").

25 - Sobre os Tempos Gramaticais no Português, vejam-se, entre outros, Oliveira (1991)b, Peres (1993), (1994), Oliveira e Lopes (1995), Viegas (1996), Cap. 3 e Garrido (1996), Cap. 4.

26 - Não trataremos, aqui, dos valores modais do Imperfeito, notando apenas que este Tempo Gramatical substitui muitas vezes o Condicional e é frequentemente usado na criação e descrição de mundos alternativos.

27 - O facto de as principais diferenças entre as classes aspectuais serem sempre visíveis em frases no Pretérito Perfeito conspira a favor da ideia de que tal Tempo Gramatical é "neutro" em relação ao Aspecto.

28 - Para os falantes que consideram possíveis frases como as de (I), torna-se necessário propor a hipótese de que a noção de "terminatividade" talvez não seja "inerente" ou "intrínseca" (pelo menos em termos absolutos) ao Pretérito Perfeito (ou de que se trata, pelo menos, de um traço semântico "cancelável"):

- (I) a: O João foi, e ainda é, professor.
- b: A Ana esteve doente e ainda está.
- c: O João esteve a ler um livro e ainda está.
- d: A Ana esteve a correr e ainda é possível que esteja.

29 - O Presente tem, naturalmente, outros valores (como, por exemplo, o chamado uso "reportivo" que, no entanto, não pretendemos discutir aqui.

30 - Moens (1987) defende posição semelhante em 4.2.

CAPÍTULO 2

AS CONSTRUÇÕES COM PROGRESSIVO

As construções progressivas são das mais interessantes e complexas estruturas, em termos aspectuais, na medida em que envolvem um grande número de problemas e interagem com múltiplos factores linguísticos. Tentaremos, neste capítulo, analisar a sua natureza e propriedades, sobretudo para o Português, realçando o seu papel na interacção com os diversos componentes da língua em questão.

Iniciaremos a discussão com uma breve apresentação informal do Progressivo. Em 2.2, destacaremos os principais problemas que esta estrutura tem levantado (a saber, o seu comportamento estativo, o chamado Paradoxo do Imperfectivo, a sua combinação com as diversas classes aspectuais e os "objectos incompletos"). Em 2.3, debateremos as principais propostas de tratamento, mais ou menos formalizado, que têm surgido na literatura, procurando aquela(s) que melhor responda(m) às dificuldades anteriormente apresentadas. Em 2.4, focaremos a interacção que se estabelece entre o Progressivo e alguns dos Tempos Gramaticais aspectualmente mais relevantes. Finalmente, 2.5 apresentará um esboço de análise da estrutura *estar para*, evidenciando paralelismos e divergências com relação ao Progressivo.

2.1 - O PROGRESSIVO: PRIMEIRA ABORDAGEM

As denominadas **Construções Progressivas**, tipicamente realizadas através de *estar a* + Infinitivo, na Norma Padrão do Português Europeu, ou *estar* + Gerúndio, em certas variedades do Alentejo e Açores e no Português do Brasil, não só são possíveis com praticamente todos os Tempos Gramaticais admitidos nesta língua (ver os exemplos, naturalmente não exaustivos, em (1)), mas também parecem poder ocorrer com a (quase) totalidade das classes aspectuais de predicções (embora existam, como veremos mais à frente, algumas restrições, sobretudo no que diz respeito aos estados; cf. (2)).

(1) a: O João está a ler um livro. (Pres. Ind.)

b: O João estava a ler um livro. (Imp.)

c: O João esteve a ler um livro. (Pret. Perf.)

d: (Antes de sair,) o João tinha estado a ler um livro. (Mais-que-Perf.)

e: (É bom) estar a ler um livro. (Inf.)

f: Se o João estiver a ler um livro... (Fut. Conj.)

g: Se o João estivesse a ler um livro... (Imp. Conj.)

h: O João tem estado a ler um livro. (Pret. Perf. Comp.)

(2) a: O João está a gostar do filme. (estado)

b: A Maria está a correr. (actividade)

c: O Pedro está a lavar o carro. (accomplishment)

d: O cão está a morrer. (achievement)

e: * O João está a ser alto. (estado)

Coloca-se, neste momento, uma questão de resposta complexa: haverá algo, na semântica de frases como estas, que nos permita caracterizar o Progressivo? O facto de uma mesma construção, *estar a* + Infinitivo, comparecer numa diversidade tão grande de contextos torna difícil a procura e delimitação dos seus traços definidores, ou seja, das características semânticas que, por um lado, a identificam e que, por outro, a diferenciam de outras estruturas. É, contudo, necessário saber em que consiste, sob o ponto de vista semântico, o Progressivo e quais os seus efeitos ao nível das predicções em que está envolvido, para que tais propriedades possam ser devidamente reconhecidas.

Existem alguns conceitos que nos ajudam a identificar as propriedades e efeitos do Progressivo, ainda que de maneira bastante informal. Um dos mais relevantes é, sem dúvida, o de "progressão": as eventualidades, no Progressivo, parecem ser perspectivadas como estando em "desenvolvimento", "progresso" ou "decurso" (o que os autores de língua inglesa designam por "*on-going*"). Com este conceito podemos relacionar outros dois, igualmente úteis para uma caracterização (informal) do Progressivo: a "duratividade" e a "incompletude". Se uma dada eventualidade é apresentada no seu "decurso", durante o seu "desenvolvimento", isso parece implicar necessariamente uma certa "duração", já que um qualquer "desenvolvimento" de uma situação requer um intervalo de tempo não momentâneo para se processar. Por outro lado, se uma eventualidade é focada na sua "progressão", isso significa que ela é olhada como ainda não tendo alcançado o seu ponto de culminação, ou seja, como algo de "incompleto", que pode, portanto, continuar e que, nessa medida, não atingiu ainda o seu "final".¹

As coisas não são, contudo, tão lineares como parecem à primeira vista. Ao tentarem formalizar as ideias de "progressão", "duração" e "situação incompleta" para o Progressivo, os diversos linguistas depararam-se com alguns problemas interessantes, que é necessário ter em conta e procurar solucionar.

Começaremos, pois, por uma breve análise de alguns desses problemas, passando, em seguida, à discussão das várias propostas apresentadas na literatura para o tratamento do Progressivo em termos formais.

2.2 - ALGUNS PROBLEMAS CLÁSSICOS ASSOCIADOS AO PROGRESSIVO EM SEMÂNTICA FORMAL

Antes de procedermos à apresentação de algumas das teorias mais relevantes para a caracterização (mais ou menos) formalizada das construções progressivas, concentraremos a nossa atenção num conjunto de problemas que devem ser tomados em conta com vista a um tratamento adequado destas estruturas.

Assim, argumentaremos em favor do carácter estativo das construções progressivas, discutiremos o chamado "Paradoxo do Imperfectivo", destacaremos algumas questões relativas à interacção entre o Progressivo e as várias classes aspectuais e finalizaremos com o problema dos designados "objectos incompletos".

2.2.1 - Carácter Estativo das Construções Progressivas

As chamadas "**Construções Progressivas**" manifestam diversas propriedades que permitem fundamentar a hipótese de que estamos perante estruturas tipicamente estativas. Na verdade, parece ser possível sustentar que um dos efeitos mais relevantes do Progressivo é o de "tornar" estativas as situações em que ocorre. Tentaremos, pois, avançar alguns argumentos que possam servir de base a uma tal proposta, realçando traços e comportamentos que nos possibilitem encarar as frases no Progressivo como suporte de "verdadeiros" estados.

Antes de aferirmos o comportamento das construções com Progressivo em relação aos "testes" de estatividade propostos em 1.1.2, faremos breve referência a alguns argumentos que, longe de

serem decisivos, constituem, contudo, no seu conjunto, uma série de factores que nos podem ajudar a confirmar o carácter estativo das estruturas em análise.

Em primeiro lugar, podemos relacionar o tratamento estativo do Progressivo com as características inerentes ao verbo *estar*, envolvido neste tipo de construção. Na verdade, *estar* comparece, tipicamente, apenas em predicções estativas, como em "O João está doente" ou "Este livro está na mesa", não manifestando, em si mesmo, outras propriedades aspectuais (embora os estados em que ocorre possam sofrer alterações em termos aspectuais, tal como a Rede de Moens (1987) prediz). Neste sentido, é de prever que a construção progressiva, formada com origem em tal verbo, mantenha as suas características estativas.

Dissemos, no capítulo anterior, que um dos critérios que permitem diferenciar os estados das outras categorias aspectuais tem a ver com a impossibilidade de os primeiros surgirem em construções progressivas. (Se as nossas observações em 1.2 estão correctas, os estados apenas parecem poder comparecer em tais estruturas quando convertidos em processos, no interior da Rede Aspectual; nesse sentido, não são os estados, mas os processos formados a partir deles, que admitem o Progressivo). Uma pergunta que imediatamente se coloca é a seguinte: qual é a razão que impede os estados (não convertíveis em processos) de se combinarem com o Progressivo, como em "* O João está a ser magro" ou "* Este livro está a ser verde"? Uma hipótese de resposta pode apoiar-se na ideia de que um dos efeitos principais do Progressivo é o de tornar as predicções estativas e que, nesse sentido, a sua ocorrência com estados não "faseáveis" será simplesmente bloqueada por não produzir qualquer consequência ao nível da predicação, por ser irrelevante, redundante ou desnecessária.

Por outro lado, parece-nos interessante notar as afinidades semânticas (de equivalência ou paráfrase) que se verificam entre alguns Progressivos e certas construções estativas. É o caso dos exemplos apresentados em (3) e (4).

(3) a: O avião está a voar.

b: O avião está em voo.

(4) a: Os preços estão a cair.

b: Os preços estão em queda.

Se é certo que este tipo de paráfrases não tem qualquer valor enquanto prova, não deixa, no entanto, de ser bastante sugestivo e de poder contribuir, embora não directamente, para a posição que temos vindo a defender.

A acrescentar a todos estes factos, Vlach (1981) refere alguns estudos históricos sobre o Progressivo no Inglês que relacionam a sua origem com construções locativas, tipicamente estativas. De resto, parece haver evidências em diversas línguas, mesmo pertencentes a famílias diferentes, de que existe uma estreita relação entre o Progressivo e certos estados locativos, o que, a confirmar-se, remeteria, mais uma vez, para o carácter estativo desta construção.

Parsons (1990) tece algumas breves considerações, igualmente relacionadas com a história da construção progressiva no Inglês, que, de certo modo, podem apoiar (ainda que, mais uma vez, de forma indirecta) a ideia de que o Progressivo está envolvido em estruturas estativas (cf. Parsons (1990), Cap. 12). O autor coloca a hipótese de que, numa dada fase do Inglês Antigo, o Progressivo era formado a partir do verbo *to be* e de participípios presentes adjectivais. Ora, sendo todas as estruturas que envolvem *to be* + Adjectivo tipicamente estativas, o Progressivo constituir-se-ia também, a acreditar nesta sua origem, como a realização de um estado.

Se os argumentos apresentados até agora apenas indiciam, de forma bastante indirecta, o carácter estativo das construções com Progressivo, a análise do comportamento destas estruturas em relação aos chamados "testes" de estatividade parece ser um meio de fundamentação bem mais sólido e decisivo para confirmar tal ideia.

As frases no Progressivo parecem ter um comportamento muito semelhante ao patenteado pelas predicções estativas, no que diz respeito aos critérios avançados em 1.1.2, como procuramos demonstrar em seguida.

1. O Progressivo não comparece em construções progressivas. Como já notámos antes, apenas os estados parecem manifestar certas restrições quanto à sua combinação com o Progressivo. Se, como (5) mostra, não é possível conjugar frases progressivas com o Progressivo, então esta pode ser considerada como uma indicação clara de que estamos perante construções de tipo estativo.²

- (5) a: * O João está a estar a trabalhar.
 b: * O João está a estar a ler um livro.
 c: * O João está a estar a ligar a televisão.

2. O Progressivo não é possível com a maioria dos "testes de agentividade". Embora muitas das frases com o Progressivo sejam formadas a partir de predicados tipicamente agentivos, elas não passam a grande maioria dos "testes" que Dowty (1979) propõe para o reconhecimento da presença desta propriedade. Assim, se é certo que as construções progressivas podem comparecer com adverbiais que remetem para a agentividade (cf. (9)), elas não admitem, contudo, formas do imperativo (cf. (7)), estruturas como "O que X fez foi..." ((8)) ou verbos como *persuadir*, *ordenar*, etc. ((6)).

(6) a: ?? O patrão persuadiu o João a estar a trabalhar.

b: * A mãe obrigou o João a estar a ler um livro.

c: * O irmão persuadiu o João a estar a ligar a luz.³

(7) a: * João, está a trabalhar!

b: * João, está a ler um livro!

c: * João, está a ligar a televisão!

(8) a: ?? O que o João fez foi estar a trabalhar.

b: ?? O que o João fez foi estar a ler um livro.

c: ?? O que o João fez foi estar a ligar a luz.

(9) a: O João esteve a trabalhar voluntariamente.

b: O João esteve a ler um livro deliberadamente.

c: O João esteve a ligar a luz de propósito.

Não estamos, neste momento, em posição de confirmar ou infirmar a possibilidade da existência de Progressivos agentivos: como vimos, os dados são complexos e algo contraditórios. No entanto, se pensarmos no comportamento dos estados relativamente a estes testes, parece não haver grandes dúvidas de que as frases no Progressivo "reagem", quase sempre, como eles.

3. **As construções progressivas admitem uma leitura de "presente real"**. Como referimos em 1.1.2, os não-estados, quando combinados com formas do Presente do Indicativo, manifestam, preferencialmente, uma leitura habitual ou frequentativa, estando praticamente impedidos de veicular aquilo a que Dowty chama o "presente real". Os estados, pelo contrário, podem ser suporte dessa leitura de "presente real", que, neste caso, é a mais usual. Tal como todos os outros estados, as estruturas progressivas, no Presente do Indicativo, têm a interpretação de "presente no momento" como a mais frequente e "natural" (cf. (10)):⁴

- (10) a: O João está a trabalhar neste momento.
b: O João está agora a ler um livro.
c: O João está agora a ligar a televisão.

4. **Tal como as predicções estativas, as formas progressivas parecem obedecer às mesmas restrições típicas no que respeita aos operadores aspectuais**. Trataremos este tema com mais pormenor no próximo capítulo, deixando aqui apenas um exemplo ilustrativo:

- (11) a: * O João começou a estar a trabalhar.
b: * O João começou a estar a ler um livro.
c: * O João começou a estar a ligar a televisão.

5. **As frases com Progressivo "contêm" as orações temporais pontuais**. Em 1.3.2, observámos que, na presença de orações temporais introduzidas por *quando*, os estados surgem preferencialmente no Pretérito Imperfeito e parecem "englobar" ou "conter" a oração temporal (relação de inclusão), enquanto os eventos comparecem, tipicamente, com o Pretérito Perfeito e, ou são simultâneos, ou seguem a oração subordinada. As frases progressivas comportam-se como os estativos, i.e., "englobam" a oração pontual e são mais "naturais" com o Imperfeito:

- (12) a: O João estava a trabalhar quando eu cheguei.
b: O João estava a ler um livro quando eu entrei.
c: O João estava a ligar a luz quando ouviu barulho.

- (13) a: ?? O João esteve a trabalhar quando eu cheguei.
b: ?? O João esteve a ler um livro quando eu entrei.
c: * O João esteve a ligar a luz quando ouviu barulho.

(Os Progressivos parecem ter o mesmo comportamento que os estados em termos da sua função no discurso e das suas relações com as outras eventualidades no interior do texto. Não vamos, no entanto, explorar aqui estes factos.)

Podemos dizer que o comportamento das construções progressivas relativamente à grande maioria dos "testes" propostos para a distinção entre estados e eventos parece confirmar o carácter estativo destas estruturas. Por esse motivo, não é nada surpreendente o modo como elas se combinam com os adverbiais temporais, ilustrado em (14) e (15):

- (14) a: (??) O João esteve a trabalhar às duas da tarde.
b: O João esteve a trabalhar durante uma hora.
c: * O João esteve a trabalhar numa hora.
(15) a: (??) O João esteve a ler um livro à uma da tarde.
b: O João esteve a ler um livro durante uma hora.
c: * O João esteve a ler um livro numa hora.

Tal como os estativos, as frases com Progressivo não admitem adverbiais que identificam (a totalidade de) uma eventualidade com um intervalo de tempo (cf. (14)c e (15)c); combinam-se, sem restrições, com adverbiais durativos (cf. (14)b, (15)b); e a sua ocorrência com adverbiais pontuais é condicionada: apenas quando existe uma interpretação em que o adverbial está "contido" (é um dentro de um conjunto de muitos momentos) na situação descrita é que tal combinação se torna possível (cf. (14)a e (15)a).

Também as diversas propriedades associadas às construções progressivas são muito semelhantes às que atribuímos aos estados: estas estruturas revelam-se "durativas" (cf. (14)b e (15)b), homogéneas (se abstrairmos da possibilidade de existência de pausas, qualquer subintervalo de "estar a ler um livro" é, igualmente, "estar a ler um livro") e intrinsecamente atéticas (não manifestam, como veremos adiante, um ponto de culminação inerente). Por outro

lado, e como clarificaremos no próximo capítulo, não parece muito fácil determinar "fases" no interior de uma situação perspectivada pelo Progressivo.

Todos os elementos que temos vindo a considerar parecem apontar no sentido de um tratamento das situações expressas pelo Progressivo como sendo verdadeiros estados; assumiremos, pois, com base no que foi dito, o carácter estativo das construções progressivas.

2.2.2 - O Paradoxo do Imperfectivo

Vamos agora apresentar brevemente um outro problema, que tem dado origem a acesa discussão na literatura, e tem de ser tomado em conta quando se pretende obter uma caracterização adequada para o Progressivo: trata-se do chamado **Paradoxo do Imperfectivo** (cf. Dowty (1979)). A questão que debateremos remete-nos para certas assimetrias verificadas ao nível das inferências que se podem estabelecer (ou não) entre as formas progressivas e as suas correspondentes não progressivas.

Se um qualquer evento é verdadeiro em relação a um tempo presente, então, quando perspectivado a partir do futuro, ele será, logicamente, verdadeiro no passado. No entanto, se esse tempo presente for representado através de formas do Progressivo, observamos que uma tal afirmação não dá conta do que realmente se passa com certas predicções: a verdade de "O João está a ler um livro" não implica que, para um dado futuro, "O João leu um livro" seja necessariamente verdadeiro.

De um modo semelhante, o Progressivo Perfeito não implica necessariamente a verdade da realização "total" dos "accomplishments" e "achievements" com que comparece, ao contrário, por exemplo, do que geralmente sucede com um Pretérito Perfeito "simples".

Por outras palavras, a perspetivação de uma eventualidade no Progressivo nem sempre implica a verdade do "todo" do estado de coisas descrito (cf. (16)):

(16) a: O João esteve a ganhar a corrida mas não ganhou.

b: O João esteve a ler este livro mas desistiu.

c: O João esteve a desenhar um barco mas não o desenhou (todo).

A questão torna-se ainda mais complexa ao observarmos certas assimetrias, em relação a determinadas inferências, que parecem decorrer directamente das oposições notadas ao nível das classes aspectuais das predicções envolvidas: assim, enquanto o Presente e o Perfeito do Progressivo de actividades implicam estritamente a verdade do Pretérito Perfeito “simples” da situação correspondente ((17)), isso não acontece quando as predicções em causa são “accomplishments” ou “achievements” (cf. (18)).

(17) a: O João está a correr.

a': O João correu.

b: O João esteve a correr.

b': O João correu.

(18) a: O João está a ler um livro.

a': O João leu um livro.

b: O João esteve a ler um livro.

b': O João leu um livro.

c: A Maria está a morrer.

c': A Maria morreu.

d: A Maria esteve a morrer.

d': A Maria morreu.

Nestes exemplos, o paradoxo reside no facto de a verdade das formas progressivas, que se combinam com dados eventos, não implicar necessariamente a verdade das suas correspondentes mais neutras no que diz respeito ao Aspecto.

As divergências em termos de implicações, exemplificadas em (17) e (18), colocam, mais uma vez, as oposições aspectuais no centro da discussão. O que pode estar na base destas diferenças de comportamento das várias categorias aspectuais, relativamente às implicações do Progressivo parece ser a sua estruturação interna. Na realidade, enquanto as actividades são homogéneas (i.e., cada subintervalo de uma dada actividade é igualmente uma actividade do mesmo tipo), “achievements” e “accomplishments” são não homogéneos (i.e., cada subintervalo de um dado “achievement” ou “accomplishment” nunca pode ser tido como a realização de um

evento idêntico àquele de que é parte). Sendo um dos principais efeitos do Progressivo o de mostrar um evento como "incompleto", tal como sugerimos anteriormente, estas diferenças poderiam ser facilmente captadas com base nas seguintes observações: exprimindo um evento "incompleto", o Progressivo focaria apenas "parte" de um evento. Ora, relativamente às actividades, cada "parte" (ou subintervalo) é idêntica ao todo: logo a verdade de "parte" de uma actividade implica a verdade da ocorrência de uma actividade do mesmo tipo. No caso dos "achievements" e "accomplishments", cada "parte" (ou subintervalo) é diferente do evento completo: nesse sentido, a verdade de "parte" da realização de tais eventos não pode implicar necessariamente a verdade da concretização do seu "todo", já que estamos perante realidades diferentes (não há aqui identidade entre o "todo" e as "partes" que o constituem).

Se pretendemos apenas uma única definição para o Progressivo (e é, realmente, este o caso), vai ser necessário, como veremos mais à frente, considerar a interacção que se estabelece entre as suas propriedades específicas e a estruturação fásica interna das predicções, com vista a uma explicação credível e adequada para estes dados, aparentemente tão contraditórios.

2.2.3 - O Progressivo e as Classes Aspectuais de Predicações

Os factos discutidos em 2.2.2 sugerem a existência de uma interacção complexa, mas bem evidente, envolvendo o Progressivo e as diversas classes aspectuais de predicções. Torna-se, pois, bastante útil tentar determinar quais os condicionalismos que se verificam ao nível deste tipo de relações.

As várias categorias aspectuais vão projectar as suas propriedades específicas nas construções progressivas com que ocorrem, o que, como veremos, vai comportar consequências importantes em termos semânticos.

Como já notámos várias vezes, há algumas restrições quando se procura combinar o Progressivo com eventualidades estativas. Assim, não são possíveis, com as formas progressivas, todos os estados introduzidos pelo verbo *estar* e também aqueles que, em 1.2, foram apelidados de "não faseáveis". Se, como propusemos, apenas os estados "faseáveis" (ou seja, os que se

podem comportar como não estados, graças à possibilidade de passagem a processos na Rede Aspectual) são gramaticais com o Progressivo, então parece ser lícito levantar a hipótese de que esta estrutura é, na realidade, incompatível com **"verdadeiros" estados**. Tal hipótese permitiria explicar, em primeiro lugar, a impossibilidade de os estados "não faseáveis" se combinarem com o Progressivo; em segundo, dar conta do comportamento tipicamente não estativo com muita frequência associado aos estados "faseáveis" e, finalmente, encarar e justificar o carácter estativo das construções progressivas como uma das suas funções mais relevantes.

Praticamente todas as actividades podem ser combinadas com o Progressivo, dando origem, na presença de adverbiais durativos, a equivalências interessantes em relação às formas correspondentes que apresentam o Pretérito Perfeito "simples":

(19) a: O João esteve a correr durante duas horas.

b: O João esteve a trabalhar duas horas.

c: O João esteve a dormir da uma às seis.

(20) a: O João correu durante duas horas.

b: O João trabalhou duas horas.

c: O João dormiu da uma às seis.

As equivalências, que podemos observar aqui, entre (19)a,b,c e (20)a,b,c parecem indiciar uma certa semelhança (para não dizer uma quase (completa) identificação) entre as condições de verdade definidoras das actividades, enquanto classe aspectual, e as das construções progressivas derivadas a partir delas. Seja qual for a teoria proposta, deverá dar conta de uma tal proximidade entre estas estruturas, em termos do seu valor de verdade.

Como já foi dito atrás, a verdade de um "accomplishment" no Progressivo não implica necessariamente a verdade do seu correspondente aspectualmente neutro. No entanto, para que este possa ser verdadeiro, é necessário que o seu Progressivo também o seja. Nesse sentido, os exemplos (21)a,b,c implicam estritamente os de (22)a,b,c, respectivamente.

(21) a: O João comeu uma maçã.

b: A Maria construiu uma casa.

c: O cozinheiro preparou o almoço.

(22) a: O João esteve a comer uma maçã.

b: A Maria esteve a construir uma casa.

c: O cozinheiro esteve a preparar o almoço.

Se a verdade da construção progressiva correspondente é condição necessária para a verdade do "todo" do "accomplishment", e se o inverso não se verifica, então parece ser possível deduzir que as formas progressivas se constituem como uma (espécie de) "parte" relativamente à "totalidade" que é o "accomplishment". Mais uma vez, uma observação como esta não deve ser esquecida na análise das estruturas em causa.

Os "achievements" distinguem-se dos outros eventos por serem télicos (i.e., terem uma delimitação intrínseca) e atómicos (i.e., momentâneos). No entanto, quando ocorrem no Progressivo, parecem perder estas duas características. A perda de telicidade poderá ser relacionada com o já apresentado Paradoxo do Imperfectivo, já que o Progressivo, representando o evento de forma "incompleta", parece não incluir a sua "parte" terminal. Além disso, frases como as de (23) mostram que os "achievements" no Progressivo parecem "ganhar" duração (note-se a adequação dos adverbiais durativos nestas estruturas).

(23) a: O João esteve a ganhar a corrida durante uma hora.

b: O João esteve a morrer durante um mês.

Mais ainda: a conjugação destes factores faz com que o Progressivo de um "achievement" possa ser verdadeiro, mesmo que este evento pontual nunca o venha a ser: Ex: "O João esteve a ganhar a corrida mas não a ganhou".

Uma teoria sobre o Progressivo terá que ter em conta, não só os efeitos do Paradoxo do Imperfectivo (e, consequentemente, a perda de telicidade de "achievements" e "accomplishments"), mas também o facto de os "achievements", tipicamente "instantâneos" ou atómicos, serem perspectivados de forma durativa.

Os factos que aqui discutimos apontam para o reconhecimento da relevância das diversas classes aspectuais no âmbito de uma análise do Progressivo. Mais especificamente, se pretendemos uma definição unificada para este operador, teremos de explicar as diferenças observadas recorrendo à estruturação interna das predicções.

2.2.4 - "Objectos Incompletos"

Tipicamente, quando acontece que uma predicção, na sua forma aspectualmente mais neutra, supõe a existência de dados "objectos" (especificamente aqueles denotados pelos argumentos internos dos verbos), a construção progressiva correspondente não altera tal situação. Assim, por exemplo, tanto "O Pedro lavou o carro" como "O Pedro está a lavar o carro" pressupõem a existência de um carro (i.e., ambas estabelecem uma relação de pressuposição com frases como "Existe um carro que o Pedro lavou/está a lavar").

No entanto, com os chamados "verbos de criação", encontramos uma clara assimetria a este respeito: enquanto as predicções aspectualmente "neutras" pressupõem a existência dos "objectos" referidos no OD, as suas correspondentes progressivas não parecem manter tal inferência. Se podemos concluir, a partir de "O João desenhou um círculo", que "existe um círculo que o João desenhou", não é muito evidente que "O João esteve/está a desenhar um círculo" nos obrigue a assumir a existência de "um círculo"; na realidade, se "O João está a desenhar um círculo" é verdadeiro, então, sob um certo ponto de vista, ainda não existe "um círculo" (completo ou acabado) desenhado pelo João.

Impõe-se, pois, uma explicação para o facto de certos Progressivos não determinarem a existência (completa, "total") (das denotações) dos seus Objectos Directos, contrastando, assim, com as formas não progressivas que lhes correspondem.

Importa, desde já, deixar bem claro que estamos a tratar, não de objectos "físicos" do mundo real, i.e., entidades concretas e mensuráveis do planeta em que vivemos, mas antes de "objectos linguísticos", ou seja, dos diversos modos como os objectos reais são perspectivados ou "captados" pelas expressões linguísticas. É, pois, importante reconhecer que os objectos, tal

como apresentados na linguagem, podem diferir, nas suas propriedades distintivas, dos objectos tomados enquanto parte do universo dito real.

Existem várias maneiras possíveis de resolver o problema. Uma delas, proposta, no enquadramento teórico da semântica dos mundos possíveis, entre outros, por Landman (1992), 1.2, encara o Progressivo como uma espécie de modal. Neste contexto, as formas progressivas são concebidas como referindo parcialmente, no mundo real, uma eventualidade que apenas estará completa num dado mundo possível. Ora, os "objectos" referidos pelos "verbos de criação" só podem ser considerados extensionalmente em relação à eventualidade como um "todo"; perspectivados pelo Progressivo, que faz referência à "totalidade" da eventualidade correspondente num dado mundo possível (e não no real), esses "objectos" apenas poderão surgir como "intensões" ou "objectos potenciais", remetendo para um tal mundo alternativo. A adopção de uma perspectiva deste género implica necessariamente um tratamento modal do Progressivo, o que não é, como veremos, uma ideia muito consensual.

Para os autores, como Parsons (1990), 9.3.2, que defendem, em termos de Progressivo, um tratamento não baseado em mundos alternativos (e, por conseguinte, não modal), uma análise como a de Landman mostra-se pouco satisfatória. Parsons nota, no entanto, que, em termos puramente linguísticos, os "objectos incompletos" podem manter a mesma designação atribuída aos "objectos completos". Nesta perspectiva, um "círculo" incompleto equivale, em termos de uso linguístico, a um "círculo". Se admitirmos a existência de "objectos incompletos", linguisticamente não diferenciados dos "completos", teremos o problema resolvido: "um círculo" em "O João está a desenhar um círculo" não será mais do que um "objecto incompleto".

Outra alternativa, próxima da anterior, que surge como uma consequência natural das propostas de Moens (1987), passa por considerar os "objectos" como analisáveis em "fases". Estando todos os constituintes de uma frase (e não apenas os verbos) envolvidos na determinação do seu tipo aspectual, como sugerimos em 1.1.3, não nos parece totalmente descabido pensar que as propriedades aspectuais da predicação influenciem e se manifestem nos diversos elementos nela envolvidos. Assim, no caso dos "verbos de criação", pode ser levantada a hipótese de que as propriedades aspectuais que caracterizam a predicação (ou se lhe aplicam) se projectam no "objecto da criação", que passaria a "reflectir" ou "espelhar" a estrutura fásica da predicação de que faz parte. As "fases" dos objectos incompletos corresponderiam directamente às "fases" da

eventualidade em que estão inseridos. Esta concepção permitiria, assim, captar as diferenças, em termos de "objectos", que intuitivamente reconhecemos em estruturas como "O João começou a desenhar um círculo", "O João está a desenhar um círculo", "O João está quase a acabar de desenhar um círculo" etc. (cf. a noção de **homomorfismo** em Krifka (1989) e Filip (1996)).

A escolha de uma ou outra destas propostas vai depender, naturalmente, da análise que se considerar mais conveniente para o tratamento do Progressivo.

Sistematizando:

Qualquer proposta de análise para o Progressivo terá de se confrontar com a necessidade de acomodar as seguintes observações:

- as frases no Progressivo comportam-se, basicamente, como estativos;
- os valores de verdade das formas progressivas de eventualidades télicas não implicam a verdade do “todo” da situação correspondente (Paradoxo do Imperfectivo);
- os “achievements”, no Progressivo, perdem não só a telicidade mas também a “instantaneidade”, propriedade que, como vimos, caracteriza este tipo de situação;
- com “verbos de criação”, as formas progressivas supõem, geralmente, a existência de “objectos incompletos”.

2.3 - ALGUMAS PROPOSTAS DE TRATAMENTO

Tendo em conta os diversos problemas levantados em 2.2, discutiremos algumas das principais propostas, apresentadas na literatura, com o objectivo de captar as propriedades semânticas características do Progressivo. Tentaremos, sempre que possível, estabelecer uma comparação entre estas várias hipóteses, no sentido de determinar o seu alcance e adequação. Procuraremos, igualmente, encontrar uma teoria que dê resposta satisfatória às variadas questões a que aqui temos vindo a fazer referência.

2.3.1 - De uma Semântica de "Momentos" a uma Semântica de "Intervalos"

Os primeiros esforços para a caracterização formal do valor de verdade das construções progressivas surgiram no âmbito de uma semântica baseada, primordialmente, nas noções de "momentos" e "intervalos" de tempo. Vamos, pois, apresentar e discutir algumas destas propostas, especificamente as de Scott (1970), Bennett e Partee (1978) e Bennett (1981).

Scott (1970) (tal como Richard Montague) formula as condições de verdade para o Progressivo a partir da concepção básica de que uma proposição só pode ser verdadeira relativamente a "momentos de tempo". A sua proposta é, mais ou menos, a seguinte:

(24) $PROG[p]$ é verdadeiro para um momento tx sse existe um intervalo aberto de momentos de tempo, I , tal que tx é membro de I e p é verdadeiro em todos os momentos $t_1...t_n$ em I .⁵

Ora, torna-se evidente que um tratamento como este não consegue dar conta do Paradoxo do Imperfectivo (cf. Dowty (1979). Na realidade, se a forma não progressiva correspondente tem de ser verdadeira em relação a todos os momentos de tempo no intervalo que inclui o instante em que o Progressivo é verdadeiro e se, relativamente a este momento, existem sempre instantes que lhe são anteriores no interior do intervalo (e em que p é, portanto, verdadeiro), então a verdade de uma frase no Progressivo implica necessariamente a verdade da sua correspondente "neutra".⁶ Assim, e ao contrário do que vimos em 2.2, "O João esteve a desenhar um círculo" implicaria sempre a verdade de "O João desenhou um círculo".

Uma outra limitação presente nesta proposta prende-se com a existência de "achievements" no Progressivo. Como já foi dito, os "achievements", porque pontuais, são verdadeiros relativamente a um (único) momento de tempo. Ora, esta concepção prevê a verdade da eventualidade não progressiva sempre para um conjunto de momentos contíguos. Um "achievement", no entanto, só pode ser verdadeiro relativamente a um instante. Levada às suas últimas consequências, uma hipótese como esta prediria que "O João está a ganhar a corrida" implica "O João ganhou N vezes

a corrida", ao contrário dos factos. Ou seja, o Progressivo de uma culminação não implicaria a verdade de um só "achievement" mas de uma iteração destes eventos.

Conscientes das muitas dificuldades que derivam do recurso exclusivo aos "momentos de tempo" na formulação das condições de verdade para as predicções, Bennett e Partee (1978) propõem avaliar a validade das proposições em termos de "intervalos de tempo": as condições de verdade de uma proposição poderão passar a ser consideradas, não apenas em relação a momentos, mas também a intervalos, tomados como unidades básicas ou primitivos.

É importante notar que existem motivações, independentes do Progressivo, que favorecem uma tal proposta. Em primeiro lugar, a verdade de uma frase como "O Zé montou a tenda em dez minutos", considerada relativamente ao todo do intervalo em questão, difere completamente dos resultados obtidos quando se procede a uma avaliação dos valores relativos aos seus momentos constitutivos. Por outras palavras, a verdade de um "accomplishment" num dado intervalo é, de certa forma, (inteiramente?) independente da verdade desta mesma eventualidade nos momentos que o constituem. Em segundo lugar, é perfeitamente possível assumir que "O João trabalhou durante (toda) a manhã" descreve um estado de coisas verdadeiro, mesmo que existam "pausas", i.e., mesmo que a frase não seja verdadeira relativamente a todos os momentos incluídos no intervalo em causa. Mais uma vez, a verdade de uma actividade num intervalo parece ser relativamente independente da verdade dessa mesma actividade em cada momento isolado dentro desse período (ver Kratzer (1989).

Tomando estas observações como ponto de partida, Bennett e Partee (1978) procuram dar conta dos efeitos do Progressivo do seguinte modo:

(25) $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro em I sse I é um momento de tempo e existe um intervalo I' tal que I é um subintervalo de I' (I está contido em I'), mas I não é um subintervalo final de I' e p é verdadeiro em I' .

Esta formulação parece evitar, para o momento da enunciação, pelo menos, o Paradoxo do Imperfectivo. Na realidade, "O João esteve a construir um castelo" pode ser verdadeiro, no momento em que é pronunciado, mesmo que "O João construiu um castelo" ainda não o seja, i.e., mesmo que o intervalo I' que inclui I ainda não tenha chegado ao seu termo. Mas isto não

soluciona o problema, apenas o adia. Assim, segundo esta concepção, é necessário que, num dado futuro (no final do intervalo I'), p seja verdadeiro para que o Progressivo correspondente também o possa ser. Frases como "O João esteve a ganhar a corrida mas não ganhou" ou "A Ana esteve a escrever um romance mas desistiu/não o chegou a escrever (todo)" seriam anómalas em termos semânticos, ao contrário do que realmente sucede. Ou seja, uma proposta como a de Bennett e Partee requer que a forma não progressiva venha a ser verdadeira, mais tarde ou mais cedo, para que o Progressivo também o possa ser; contudo, os dados parecem revelar exactamente o contrário, ou seja, que uma forma progressiva pode ser verdadeira mesmo que o seu correspondente não progressivo nunca o venha a ser.

Ainda no âmbito de uma semântica de intervalos, Bennett (1981) procura resolver o complexo problema do Paradoxo do Imperfectivo recorrendo à noção de intervalos abertos. A sua proposta para o tratamento do Progressivo é a seguinte:

(26) $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro em I sse I é um momento de tempo e existe um intervalo aberto de tempo, I' , tal que I é um subintervalo de I' (ou seja, I está contido em I') e p é verdadeiro em I' .⁸

Se é certo que esta formulação parece resolver o Paradoxo do Imperfectivo, ela não deixa, contudo, de ser algo problemática. Em primeiro lugar, a ideia de intervalos abertos de tempo poderá remeter, em termos ontológicos, para a de intervalos infinitos. Nessa medida, não nos parece muito fácil avaliar a verdade de uma proposição relativamente a um intervalo de tempo infinito, já que os estados de coisas são, tipicamente, limitados no tempo (i.e., têm um início e um fim, não se prolongam indefinidamente). Outra questão, talvez mais séria, a que esta hipótese parece não ser capaz de dar resposta (sobretudo em línguas como o Português, em que há uma oposição explícita, nos tempos do passado, entre Perfeito e Imperfeito) prende-se com a possibilidade de compatibilizar a verdade de uma frase no Progressivo com a da sua correspondente no Pretérito Perfeito. Este tempo gramatical, como já foi dito, comporta em si uma informação de "terminado" no passado. Ora, uma eventualidade terminada é, naturalmente, identificada com um intervalo fechado. Poderemos compatibilizar a necessidade de um intervalo fechado, para dar conta da ideia de "terminação", exigida pelo Perfeito, com a obrigatoriedade de

um intervalo aberto, exigida pelas condições de verdade para o Progressivo, em frases idênticas às que se seguem?

- (27) a: O João esteve a ler este livro durante as férias e, como era de esperar, já o leu.
b: A Maria esteve a regar o jardim: não precisas de o regar porque ela já o regou.
c: A Ana esteve a ganhar a prova da primeira à última volta e, na verdade, ganhou-a.

Nestes três exemplos, o Progressivo não deixa de ser perfeitamente natural, mesmo que as formas não progressivas que lhe correspondem tenham de ser verdadeiras relativamente a um intervalo fechado. Dito ainda de outra forma, para que esta proposta fosse possível, tal como formulada por Bennett, qualquer frase no Progressivo Perfeito implicaria sempre a verdade do seu Progressivo Presente (por exemplo, "O João esteve a pintar a casa" implicaria necessariamente "O João está a pintar a casa"), como consequência da imposição da verdade da eventualidade não progressiva num intervalo aberto (logo, não limitado) de tempo.

Nenhuma destas teorias parece, pois, ser adequada para dar conta do comportamento semântico das formas progressivas: as duas primeiras são incapazes de resolver o Paradoxo do Imperfectivo e a última parece ser excessivamente restritiva, ao exigir a verdade de uma eventualidade não progressiva num intervalo aberto de tempo em todas as ocorrências possíveis do Progressivo. Mais: nenhuma resolve a questão dos "achievements" no Progressivo nem tem nada a dizer sobre o carácter estativo destas construções. Por tudo isto, parece ser necessário abandonar as explicações que recorram única e exclusivamente a noções de mera localização temporal, como as de "momentos" e "intervalos"; os dados mostram-se demasiado ricos para as possibilidades teóricas de tais propostas.

2.3.2 - A Proposta de Dowty (1979)

Com o objectivo de encontrar uma solução para alguns dos problemas levantados pelas propostas que apresentámos em 2.3.1 (sobretudo no que respeita ao Paradoxo do Imperfectivo), Dowty (1979) recorre à introdução de mundos alternativos na definição das condições de verdade

para o Progressivo, analisando-as, pois, no contexto da interacção que se estabelece entre os intervalos de tempo e os mundos possíveis.

Na sua forma mais simples, a definição de Dowty (1979) para o Progressivo é a seguinte:

(28) $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro em (I, w) (para um índice formado por um intervalo I e um mundo w) sse existe um intervalo I' tal que I está contido em I' e I não é um subintervalo final de I' e existe um mundo w' tal que w' é exactamente igual a w em todos os momentos que precedem e incluem I e p é verdadeiro em (I', w') .

Esta definição levanta imediatamente uma questão: que mundos alternativos poderão ser w' ? Torna-se necessário restringir e caracterizar o(s) mundo(s) possíveis em que p é verdadeiro, tanto mais que, sem uma tal restrição, o mundo real poderia ser sempre um candidato provável a w' , permanecendo, consequentemente, todas as condições para a manutenção do Paradoxo do Imperfectivo inalteradas. É neste contexto que Dowty (1979) introduz na teoria o conceito de "*inertia worlds*".

Os "*inertia worlds*" são concebidos como mundos possíveis ou alternativos, exactamente idênticos ao mundo de referência (geralmente o mundo real) até um dado momento, a partir do qual podem diferir dele (ou não), na medida em que representam sempre aquilo a que Dowty chama o "**curso natural dos eventos**", ou seja, nos "*inertia worlds*" nada de inesperado, imprevisto ou "anormal" acontece. O mundo real deve poder (mas não tem necessariamente que) ser um "*inertia world*".

Não é muito fácil dar uma definição para "curso natural dos eventos". Na verdade, um tal conceito não pode ser identificado com o de "similaridade" entre mundos, já que isso equivaleria a dizer que o mundo real é sempre um "*inertia world*", resultado que deve ser evitado. Dowty propõe que as coisas decorrem normalmente sempre que são perfeitamente compatíveis com o desenvolvimento passado dos eventos. Assim, os "*inertia worlds*" são, no dizer de Dowty, os mundos "in which the future course of events after this time develops in ways most compatible with the past course of events" (p. 148).

Com base neste conjunto de definições, Dowty reformula a sua caracterização dos efeitos do Progressivo do seguinte modo:

(29) $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro em (I, w) sse existe um intervalo I' e um conjunto de "*inertia worlds*" V tal que I é um subintervalo não final de I' , os "*inertia worlds*" em V são exactamente idênticos a w em todos os momentos precedendo e incluindo I , e p é verdadeiro em (I', V) .

Tendo em conta que o mundo real pode divergir dos "*inertia worlds*", na medida em que nele coisas consideradas "inesperadas", por vezes, acontecem e requerendo a nossa interpretação do Progressivo que a verdade (da totalidade) da situação não seja obrigatória no mundo real, quando nos referirmos à verdade de uma eventualidade relativamente aos "*inertia worlds*" (que podem ser idênticos ao mundo real, desde que neste os eventos sigam o seu curso natural), estaremos em condições de dar conta do Paradoxo do Imperfectivo. Na verdade, esta formulação capta, de maneira correcta, o Paradoxo do Imperfectivo, na medida em que não requer que o evento "completo" seja verdadeiro relativamente ao mundo real, isto é, permite que "estar a desenhar um círculo" seja verdadeiro, mesmo que "desenhar um círculo" nunca o venha a ser.

Uma outra forma de caracterizar o Progressivo, com efeitos semelhantes aos da anterior, mas sem recurso a "*inertia worlds*", pode ser construída a partir da noção de **tempo ramificante**. Se concebermos o decurso do tempo, não como uma simples linearidade, mas como um conjunto de "futuros possíveis", poderemos prescindir da noção de "*inertia worlds*", substituindo-a pela de "*inertia futures*". Na verdade, tal como vimos para os mundos alternativos, não é todo e qualquer futuro possível, no âmbito de uma ramificação temporal, que serve para a avaliação dos valores de verdade do Progressivo: é necessário que esse futuro siga o "curso natural das coisas", ou seja, que se revele "o mais compatível possível" com o passado dos eventos.

A caracterização do Progressivo, com o recurso a "futuros possíveis", será muito semelhante à de (29), manifestando apenas as alterações devidas à substituição dos "*inertia worlds*" pelos "*inertia futures*". Uma tal definição poderá ser como a que se segue:

(30) $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro num intervalo I (no contexto de um tempo ramificante) sse existe um conjunto, F , de "*inertia futures*" para I e p é verdadeiro em F .

Tanto a definição de (29) como a de (30) comportam as mesmas consequências e levantam o mesmo tipo de problemas, pelo que, tal como Dowty sugere, é relativamente indiferente optar

por uma ou por outra.

Uma observação atenta da proposta de Dowty (1979) põe em evidência certas questões que não são fáceis de resolver. Daremos conta, seguidamente, de algumas das dificuldades mais frequentes com que os linguistas se depararam ao considerarem esta hipótese.

Um dos problemas mais complexos relacionados com este tipo de teoria é, sem dúvida, o da definição de noções como as de "curso natural de eventos". Torna-se necessário determinar aquilo que deve ser considerado como "normal" ou "natural". O "esperado" ou "normal" parece depender, em grande medida, das situações particulares e concretas de comunicação e, talvez mais ainda, dos conhecimentos, expectativas e experiência dos sujeitos falantes. Ora, para a interpretação semântica do Progressivo, enquanto tal, estes factores não parecem ser essenciais. Por outras palavras, a semântica do Progressivo não se revela na dependência de factores "subjectivos" ou "individuais", como os que estão na base de uma noção como a de "normalidade". É, por isso, (pelo menos em certa medida) desejável alterar o tratamento do Progressivo, no sentido de reter apenas as condições semânticas e interpretativas que lhe são próprias, remetendo para o campo da pragmática questões mais dependentes da interacção individual e do contexto, como são as da avaliação da "normalidade" das situações.

O carácter vago destes conceitos coloca-nos perante um outro problema: a necessidade de resolver o Paradoxo do Imperfectivo exige que o "mundo real" não seja sempre um *"inertia world"*, para que frases como "O João esteve a ganhar a corrida mas não ganhou" sejam possíveis. No entanto, é no mundo real que as coisas parecem seguir o seu curso mais "natural", ou seja, aquilo que consideramos mais "normal" é o que realmente acontece, já que todas as nossas expectativas parecem estar fundamentadas, de uma forma ou de outra, no que nos sucede. Por outro lado, para que as coisas sejam possíveis na nossa realidade, é necessário que sejam compatíveis com o passado, isto é, tudo o que se passa no nosso mundo, para ser possível, verdadeiro, tem que ser coerente com todos os eventos anteriores. O carácter vago de noções como as de "normalidade" ou de "curso natural das coisas" torna difícil saber se existem circunstâncias em que a realidade vai contra essa "normalidade", tanto mais que é no próprio "mundo real" que fundamentamos tais conceitos. Dito de outra maneira, não é muito claro que existam situações em que o "mundo real" não seja, efectivamente, um *"inertia world"*.

Vlach (1981), 4.2, destaca uma outra objecção interessante. Imaginemos uma situação em que, durante todos os dias da semana, o João se levanta às oito da manhã, toma o pequeno almoço, sai de casa, viaja de autocarro e começa a trabalhar às nove e meia. Naturalmente, uma frase como "O João está a trabalhar" só será verdadeira quando proferida depois da hora indicada para o início da actividade em questão. No entanto, não é isso que a teoria de Dowty prediz. Se, quando o João está a tomar o pequeno-almoço, depois de se ter levantado às oito horas, o "curso natural das coisas" é, como parece, a sua saída de casa e a sua ida para o trabalho, então esses factos constituem-se como "*inertia worlds*" ou "*inertia futures*" para a situação descrita. Nesse sentido, "O João está a trabalhar" seria uma frase asserida como verdadeira, mesmo para o intervalo de tempo em que o João está a tomar o pequeno-almoço. Quer dizer, não é apenas o que se passa na parte final que tem de ser tomado em consideração; o seu início é igualmente importante. A adopção do conceito de evento para a avaliação das operações aspectuais permitirá, no entanto, solucionar esta dificuldade, na medida em que o exemplo anterior passará a ser visto como uma sucessão de eventos, até certo ponto, autónomos.

Para finalizar, vamos fazer referência a mais um problema clássico, que deriva das concepções de Dowty (1979). A fragilidade presente no conceito de "*inertia worlds*" foi, mais uma vez, posta em evidência por linguistas como Vlach e Landman. Na verdade, uma frase como "A Ana estava a atravessar a rua quando foi atropelada por um camião" pode ser asserida como verdadeira relativamente a um intervalo que comece 15 ou 10 segundos antes do atropelamento. No entanto, partindo do nosso conhecimento do mundo, o "curso natural dos eventos" seria, neste caso, o atropelamento, nunca o "atravessar a rua". Por esse motivo, os "*inertia worlds*" teriam de prever o atropelamento, não a travessia e, conseqüentemente, fariam com que o Progressivo, nesta frase, fosse necessariamente falso, ao contrário do que os factos sugerem. Torna-se, pois, urgente rever as condições de verdade para o Progressivo, de forma a permitir que, mesmo em casos em que a verdade do evento "completo" no "curso natural/normal das coisas" não se verifique, a verdade da forma progressiva se possa manter.

Existem, a nosso ver, razões suficientes para abandonar esta teoria, tal como foi formulada aqui; será desejável encontrar uma proposta que não dê origem a tantas dificuldades e que, por outro lado, tenha em linha de conta aspectos como o carácter estativo das formas com Progressivo ou a possibilidade de combinação destas construções com "achievements".

2.3.3 - A Proposta de Landman (1992)

Baseando-se em três definições diferentes para as condições de verdade do Progressivo, consideradas todas, separadamente, insatisfatórias, Landman (1992) tenta, através da conjugação dos seus conceitos mais relevantes, solucionar o problema em análise. Começemos, pois, por dar conta das várias propostas que estarão na base da hipótese de Landman (1992), mostrando em que medida são, isoladamente, incapazes de dar uma resposta adequada aos objectivos que nos propomos atingir.

Iniciaremos a nossa discussão pela hipótese a que Landman dá o nome de "**proposta de normalidade**" (*Normality Proposal*):

(31) *Normality Proposal*: $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro para um mundo w num intervalo I sse um processo de p , e , decorre em (w, I) e, para qualquer "*inertia world*" de (w, e, I) , i.e., para todos os mundos possíveis em que e segue o seu curso natural, há um intervalo contendo I (e de que I não é um subintervalo final) em que p é verdadeiro.

Se esta proposta, focando o "curso natural das coisas" apenas na parte relevante de (um evento) e , retira, no mundo real, interferências indesejáveis de elementos exteriores ao evento perspectivado através do Progressivo (como o camião do exemplo do atropelamento), não resolve, no entanto, a totalidade da questão. Por um lado, continuamos sem uma definição credível de "curso natural das coisas" e, por outro, qualquer Progressivo de um acontecimento não "normal" seria impedido por esta definição. Como, no próprio mundo real, nem sempre as coisas acontecem como seria "esperado" ou "previsível", esta formulação traz consigo a consequência indesejável de prever a falsidade de progressivos de eventos que aconteceram e se concluíram na realidade.

Vejamos, agora, o que nos diz a "**hipótese do conjuntivo**" (ou *Subjunctive Proposal*), tal como definida, numa primeira fase, por Landman (1992):

(32) *Subjunctive Proposal*(1): $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro em (w, I) sse existe um processo decorrendo em (w, I) tal que, se continuasse para além do momento em que é interrompido em w (se continuasse no intervalo em que parou em w), p seria eventualmente verdadeiro.

Se, tal como a hipótese anterior, esta proposta dá conta de uma frase como "A Ana estava a atravessar a rua quando um camião a atropelou", não é difícil imaginar uma situação em que ela falha os seus propósitos. Consideremos uma nova situação em que existem sucessivas rajadas de vento e em que o Zé está a montar uma tenda. Uma frase como "O Zé estava a montar a tenda quando uma rajada de vento a deitou por terra" é perfeitamente possível. Igualmente plausível será a verdade da seguinte afirmação: "Se a primeira rajada de vento não tivesse interrompido a actividade do Zé, uma segunda tê-lo-ia feito". Num estado de coisas como este, se o processo não tivesse parado onde realmente parou, teria sido interrompido pouco tempo depois; p não poderia ser verdadeiro e, conseqüentemente, o Progressivo seria excluído, ao contrário dos factos.

Para evitar resultados tão insatisfatórios, Landman oferece uma reformulação da "hipótese do conjuntivo":

(33) *Subjunctive Proposal*(2): $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro em (w, I) sse existe um processo decorrendo em (w, I) tal que, se nada o tivesse interrompido, p teria sido eventualmente verdadeiro.

As consequências indesejáveis de uma análise deste género parecem evidentes: numa situação em que a Maria comeu dois bolos de entre cem e se prepara para comer o terceiro, uma proposta destas tornaria possível e verdadeira uma frase no Progressivo como "A Maria está a comer todos os bolos", o que, naturalmente, não corresponde aos factos.

Atentemos, finalmente, na proposta que foi designada como a de "**parte/todo**" ou *Part-of Proposal*:

(34) *Part-of Proposal*: $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro em (w, I) sse o evento que está em progressão em (w, I) realiza uma parte suficiente do tipo de evento de p .

Esta proposta coloca, essencialmente, duas questões: que "porção" de um evento se pode considerar suficiente para realizar o seu "tipo de evento" e como caracterizamos um "tipo de evento"? Ou seja, como determinamos qual a "porção de evento" mínima necessária, por exemplo, de "estar a desenhar um círculo", que apresente propriedades comuns ao evento, suficientes para poder ser considerada parte do tipo de evento de "desenhar um círculo"? Quais os critérios que nos permitem dizer que um dado evento faz parte do tipo de eventos de "desenhar um círculo"? É necessário responder a estas questões para que uma proposta deste género tenha alguma consistência e deixe de ser tão vaga e tão pouco explícita como nos aparece na definição em (34).

Apercebendo-se dos problemas específicos destas propostas, Landman procura alterar algumas das suas definições centrais, com vista à formulação de uma teoria mais adequada à resolução dos problemas levantados pelo Progressivo.

Em termos do tratamento da noção de "normalidade", Landman opta pelo estabelecimento de "opções razoáveis" relativas a um índice formado por um mundo e um evento, a verificar, passo a passo, em mundos alternativos, o mais próximos possível do mundo de referência, em que o evento não tenha sido interrompido. Assim, $R(e, w)$ é o conjunto de opções razoáveis para um dado evento, e , e um dado mundo de referência, w . Esta noção, tal como a de "normalidade", apresenta o problema de variar conforme as situações, os conhecimentos e expectativas dos sujeitos falantes, remetendo, mais uma vez, para um campo mais próximo da pragmática que da semântica.

Ao "*Part-of Proposal*", Landman parece ir buscar a motivação principal que o leva a distinguir entre "parte" e "fase" ou "estádio" ("*stage*")¹⁰ de um evento. Uma "fase" é, para este autor, uma parte de um evento que manifesta um dado número de propriedades comuns a esse evento, de forma a que se possa dizer que é o mesmo evento num estágio menos desenvolvido. Para se poder chamar, a uma parte de um evento, uma versão menos desenvolvida deste, é necessário que ambos partilhem características em número suficiente, para se poderem identificar um com o outro, embora em níveis de desenvolvimento diferentes.

Finalmente, do "*Subjunctive Proposal*", Landman retém a ideia de que é necessário seguir o evento no "mundo real" até este ser interrompido: só quando há uma interrupção no mundo real é que se torna necessário (e mesmo possível) recorrer à noção de opções razoáveis, ficando assim

salvaguardada a verdade de Progressivos referentes a acontecimentos tidos ou considerados como "menos normais", efectivamente verificados no mundo real.

A conjugação destas diversas noções dá origem à formulação do conceito de "*continuation branch*", ou seja, a continuação, em termos de opções razoáveis, de um dado evento num (conjunto de) mundo(s) alternativo(s), próximo(s) ao mundo de referência, mas em que não se verifica a interrupção do evento:

(35) O "*continuation branch*" para e em w é o menor conjunto de pares de eventos e mundos possíveis tal que:

a: Para todo o evento f em w , tal que e é um "estádio" de f , (f, w) pertence a $C(e, w)$, a continuação de e em w .

b: Se a continuação de e em w , f , pára em w , considera-se o mundo possível mais próximo de w , v , em que f não pára. Se v não pertence a $R(e, w)$, o "*continuation branch*" pára; se v pertence a $R(e, w)$, então (f, v) pertence a $C(e, w)$, i.e., é um "*continuation branch*" de (e, w) .¹¹

Este procedimento continua nos mesmos moldes até que, ou o "*continuation branch*" pára por não ser uma opção razoável para e (e o Progressivo, neste caso, é falso), ou o evento é completado no "*continuation branch*" e o Progressivo é verdadeiro.

Temos, agora, todo um enquadramento conceptual que nos permite apresentar as condições de verdade para o Progressivo, tal como propostas por Landman (1992).

(36) $\text{PROG}[p]$ é verdadeiro para (e, w) sse p é verdadeiro no "*continuation branch*" de (e, w) .

A proposta de Landman (1992) tem a grande vantagem de integrar a noção de evento nas suas definições, já que nos parece ser importante reportar as condições de verdade para o Progressivo às relações possíveis entre eventos (ou "fases" de eventos). No entanto, a introdução de um princípio de "normalidade", através da ideia de "opções razoáveis", e a dificuldade de caracterização de "fase" de evento (tal como Landman a apresenta aqui) tornam esta proposta um tanto ou quanto vaga. Na realidade, parece desejável dar conta da semântica do Progressivo sem recorrer a ideias como as de "conhecimentos do mundo" ou "perspectivação subjectiva de

eventos", implicadas nesta definição. Em semântica, a questão que devemos colocar é a seguinte: o que torna possível identificar o Progressivo enquanto tal, independentemente da classe aspectual ou do tipo de evento com que ocorre? O que é realmente específico ao Progressivo, distinguindo-o de outros operadores aspectuais?¹²

Com o objectivo de encontrar uma resposta satisfatória para estes problemas, deixamos as abordagens que se baseiam em noções "externas" às eventualidades propriamente ditas (como são as de "intervalos" e "mundos possíveis"), detendo-nos, essencialmente, no que se passa em relação à estrutura interna dos estados de coisas.

2.3.4 - Propostas no Âmbito de uma Semântica de Eventos

As hipóteses de análise das condições de verdade para o Progressivo que apresentámos até este momento recorrem, de uma forma ou de outra, a conceitos (de certo modo) "periféricos" em relação à noção central de eventualidade. Vamos, agora, referir algumas propostas que tomam como ponto de partida os eventos e a sua própria estruturação interna. Abordaremos aqui, embora sem pormenorizar todos os seus fundamentos teóricos, as propostas de ter Meulen (1987), Parsons (1990) e Kamp e Reyle (1993).

A proposta apresentada por ter Meulen (1987) para tratar o Progressivo assemelha-se bastante, sob um certo ponto de vista, ao "*Part-of Proposal*" discutido na secção anterior. Na verdade, também aqui as formas progressivas são encaradas como eventos incompletos. Segundo ter Meulen, "(...) an event is in progress in a given perspective if in a perspective refinement new stages of the event are introduced." (ter Meulen (1987), p. 270).

As noções de perspectiva, concebida como o ponto de vista sob o qual um evento é (internamente) focalizado, e de "*stage*" (estádio, cf. nota 19, Cap. 1) são essenciais para a compreensão do Progressivo numa tal teorização: com efeito, este operador foca os eventos como sendo "incompletos", ou seja, como potencialmente sujeitos a um prolongamento através da "adição" de outros "períodos" do mesmo (tipo de) evento numa nova perspectiva.

Associada à noção de divisibilidade (que serve para dar conta da homogeneidade de determinadas situações), esta definição permite resolver o Paradoxo do Imperfectivo. Assim, se

um evento não divisível (não homogéneo) é perspectivado como incompleto, nada requer que alguma vez ele venha a existir como um evento completo (cf. "estar a ler um livro" não implica "ler um livro"); no entanto, se um evento é divisível (homogéneo), mesmo quando perspectivado como sendo incompleto, existe sempre uma "parte" suficientemente realizada, (inteiramente) idêntica ao seu todo, de forma a que "estar a viajar" implica necessariamente "viajar".

Um obstáculo levantado a uma definição como esta prende-se, mais uma vez, com a determinação do conceito de "*stage*": que "parte" de um evento pode ser (ou não) considerada um "estádio" desse evento? (Cf. a discussão em 2.3.3.). Outro problema sério tem a ver com a ausência de referências ao carácter estativo das formas progressivas (segundo ter Meulen, os "estádios" de um evento são vistos como categorialmente semelhantes a ele, i.e., serão igualmente de tipo "eventivo", o que deixa por explicar o comportamento das formas progressivas analisado em 2.2.1, ou seja, fica por aclarar a questão de saber como é que, de eventos, passamos a estados).

Recorrendo ao contraste, já apresentado em 1.1.4, entre os operadores **Cul** e **Hold**, Parsons (1990) concebe o Progressivo como o correspondente não culminado dos eventos com que ocorre. Assim, "Sentences containing the progressive are to be analyzed in the same manner as those without the progressive, except that instead of saying that the event picked out by the verb culminates at the time in question, we say that its corresponding "in-progress" state holds at that time". (Parsons (1990), p. 234).

Sendo, portanto, **Hold** um marcador de Progressivo, uma frase como "O João está a comer a sopa" terá a seguinte representação:

(37) PRES($\exists e$)[comer(e) & Sub(e , João) & Obj(e , a sopa) & Hold(e)].

O facto de o evento representado pelo Progressivo não culminar (e , nesse sentido, não ser perspectivado como "concluído") permite dar conta do Paradoxo do Imperfectivo, já que estar em progressão (**Hold**) não implica necessariamente a culminação (e consequentemente a verdade do todo) de um evento. Uma outra vantagem desta análise reside no facto de as formas do Progressivo serem tratadas como estativos, o que está de acordo com as observações sugeridas em 2.2.1.

Encontramos aqui, no entanto, alguns problemas que merecem a nossa atenção. Em primeiro lugar, e tendo em conta que Parsons não recorre a nenhum tipo de Rede Aspectual, tal como formulada, esta proposta impede a existência de estados no Progressivo ou identifica as formas progressivas e não progressivas dos estados, o que tornaria contraditórios exemplos perfeitamente aceitáveis como "O João não é simpático mas hoje até está a ser" (veja-se 1.1.4). Uma outra questão complexa prende-se com a possibilidade de os "achievements" comparecerem no Progressivo: como poderemos explicar que um evento "pontual", "momentâneo", adquira duração?

Graças ao recurso ao Núcleo Aspectual de Moens (1987) e à perspectivação da estrutura "fásica" interna dos eventos, a proposta de Kamp e Reyle (1993) dá conta, simultaneamente, do carácter, tanto incompleto (cf. ter Meulen (1987)), como não culminado (cf. Parsons (1990)) dos eventos presentes nas formas progressivas.

Tal como a formularam, a sua análise das condições de verdade para o Progressivo é a seguinte: "The eventualities described by progressive forms of a verb V are of the type which is represented by that part of the schema corresponding to the Aktionsart of V which terminates in, but does not include, the culmination point." (cf. Kamp e Reyle (1993), p. 566).

Tal como acontece com as propostas anteriores, esta resolve, sem problemas, o Paradoxo do Imperfectivo. Assim, sendo as condições de verdade para o Progressivo idênticas às postuladas para as actividades (concebidas como constando apenas do processo preparatório), a verdade de uma actividade no Progressivo implica necessariamente a verdade da mesma actividade na sua forma não progressiva. Compreendendo os "accomplishments", pelo contrário, uma culminação, para além do processo preparatório, a verdade de um Progressivo apenas implica a verdade de "parte" desta eventualidade, i.e., a verdade da sua fase preparatória, não implicando, pois, a verdade do todo do evento em causa.

Esta proposta, porém, enfrenta algumas das dificuldades que já apontámos para tantas outras: por um lado, não há qualquer tipo de referência ao carácter estativo das formas progressivas; por outro, não existe qualquer explicação para o facto de eventos atómicos, como os "achievements", poderem surgir no Progressivo, tendo em conta que tais eventualidades não contêm em si mesmas uma fase preparatória.

Observadas em conjunto, estas propostas apresentam algumas vantagens comuns, mas

também certos inconvenientes. Em termos de factores positivos, devemos destacar o facto de não recorrerem a conceitos extrínsecos à própria estruturação das eventualidades e de resolverem o chamado Paradoxo do Imperfectivo.

No entanto, há algumas questões que ficam, ainda, sem uma resposta satisfatória. Uma delas prende-se com a possibilidade de os "achievements" surgirem com o Progressivo. Outra tem a ver com o facto de certos estados (aqueles que designámos, em 1.2, como "faseáveis") serem possíveis com o Progressivo, ao contrário de outros (os chamados "não faseáveis"), que são agramaticais quando comparecem com esta estrutura. Por outras palavras, como explicar a ocorrência de frases como "O João está a ser simpático" face à impossibilidade de frases como "*O João está a ser português"?

São problemas como estes que teorias como a de Moens (1987), apresentada em seguida, procuram solucionar.

2.3.5 - As Propostas de Vlach (1981) e Moens (1987)

As propostas que apresentaremos em seguida (como, aliás, as de Landman (1992) e Kamp e Reyle (1993)) concebem o Progressivo como um **operador aspectual**, ou seja, como um elemento semântico cuja principal função é a de "converter" um dado tipo de situação num outro diferente. Sob este ponto de vista, o Progressivo "opera" sobre um determinado "input", alterando-o nas suas propriedades aspectuais, perspectivando-o de outra maneira, o que envolve, geralmente, mudanças na categoria aspectual das predicções envolvidas.

É esta ideia que preside às hipóteses levantadas por Vlach (1981), quando procura dar-nos uma visão unificada do Progressivo, encarando-o como um operador que "transforma" as eventualidades a partir (e apenas) do seu próprio interior. Segundo a sua análise, o Progressivo tem como função central "comutar" frases de tipo não estativo em frases que descrevem estados. Mais especificamente, Vlach considera que o Progressivo opera sempre sobre processos ou actividades, perspectivando-os como estativos. Ou ainda, com o recurso a um pouco mais de formalização, podemos afirmar que $PROG[p]$ equivale a $Stat[Proc[p]]$, em que Stat é um operador de estatividade e Proc designa um processo ou actividade. Temos, pois, o problema do

carácter estativo das formas progressivas resolvido: as construções progressivas comportam-se como estados em consequência da própria função que desempenham.

Esta definição não oferece quaisquer dificuldades quando estamos perante predicções que designam actividades: na verdade, trata-se apenas de converter um processo num estado, sem serem necessárias mais alterações. No entanto, parece-me imprescindível mostrar como é que "accomplishments" e "achievements" "se tornam" processos.¹³ Essa explicação foi possível, de forma extremamente coerente, graças à Rede Aspectual de Moens (1987).

Tal como Vlach, Moens (1987) considera o Progressivo como um operador que converte processos (o seu "*input*") em estados progressivos (o seu "*output*"). Graças às transformações que são possíveis, para as diferentes eventualidades, no interior da Rede Aspectual, praticamente todas as classes aspectuais se combinam, sem grandes problemas, com o Progressivo. Assim, os processos podem ser directamente convertidos em estados progressivos (daí o facto de a verdade de "estar a correr" implicar necessariamente a de "correr"). Quanto aos processos culminados (accomplishments), basta que lhes seja retirada a culminação, passando a processos, para poderem surgir com as formas do Progressivo. As culminações ("achievements") têm de, primeiro, passar a processos culminados, através da "adição" de um processo à culminação; seguidamente, perdendo a sua culminação, tornam-se processos, constituindo-se, desta forma, como o "*input*" desejado. Os estados, por seu lado, passam primeiramente a processos e, depois disso, a estados progressivos. Por fim, os pontos, através de iteração, passam a processos iterados ou Actividades de Múltiplos Eventos (cf. Smith (1991), 3.4.1), podendo, assim, comparecer em formas progressivas.

Uma análise como esta permite resolver praticamente todos os problemas com que nos deparámos até este momento. Vamos, pois, de forma breve, mostrar como os poderemos solucionar.

Observámos atrás que nem todos os estados são compatíveis com o Progressivo.

Se recordarmos o que foi dito em 1.2, teremos uma pista interessante para a resolução deste problema: de facto, constatámos que apenas certos estados, os ditos "faseáveis", se podem comportar como eventos, devido à facilidade com que parecem passar a processos, nos "caminhos" do interior da Rede Aspectual. Previsivelmente, apenas esta classe de estativos estará em condições de comparecer com o Progressivo, já que somente ela se pode constituir como o

"input" requerido para tal. Os estados que designámos como não "faseáveis", ao contrário dos anteriores, não manifestam a possibilidade de se converterem em processos, sendo, consequentemente, excluídos como "input" para o Progressivo. Não surpreende, por isso mesmo, que frases como "O João está a ser simpático com a Mariana" (estado "faseável") sejam perfeitamente aceitáveis, ao contrário de frases como "* O meu casaco está a ser azul escuro" ou "* A Ana está a ser nova" (estados não "faseáveis") (cf. 1.2).

A possibilidade da combinação de "achievements" com formas progressivas tem também, nesta teoria, uma explicação bastante simples e perfeitamente natural. Com efeito, as transições que a Rede Aspectual permite (neste caso a associação da culminação com um processo e o posterior "desaparecimento" dessa culminação) respondem satisfatoriamente a esta questão, tão problemática para as teorizações que não recorrem à estruturação fásica interna das eventualidades.

O facto de o "input" para o Progressivo ser necessariamente um processo permite dar conta do Paradoxo do Imperfectivo. Nesta linha de pensamento, sempre que um Progressivo de uma actividade é verdadeiro, a sua correspondente não progressiva também o será, já que, na realidade, as condições de verdade de uma actividade e do Progressivo que lhe corresponde são basicamente as mesmas (a passagem de processo a estado não parece alterá-las grandemente). Quando, porém, estamos perante processos culminados, o caso é diferente. Sendo necessário que estes se convertam em processos, antes de poderem surgir com o Progressivo, as suas condições de verdade serão, necessariamente, alteradas. Assim, as formas progressivas reflectem apenas as condições de verdade associadas à "parte" processual do "accomplishment", bem diferentes, como sabemos, daquelas que definem esta categoria enquanto tal.

O carácter processual do "input" do Progressivo permite, igualmente, explicar determinadas propriedades desta construção que não são "típicas" dos estativos. Na verdade, as estruturas progressivas manifestam um certo "dinamismo", mantêm, pelo menos até certo ponto, a agentividade (cf. "O João está deliberadamente a fugir ao assunto") e permitem, em determinados casos, a existência de pausas (ou seja, nem sempre manifestam a chamada propriedade de subintervalos, característica comumente atribuída aos estados). Dinamismo, (algumas manifestações de) agentividade e possibilidade de pausas podem ser vistos como um reflexo das propriedades inerentes aos processos que servem de "input" ao Progressivo.

O facto de o Progressivo ter como seu "*output*" um estado permite dar conta do comportamento estativo associado a este tipo de construção, tal como assinalámos em 2.2.1. Com efeito, o Progressivo parece "tornar" estativas as predicções com que ocorre (veja-se a discussão em 2.2.1).

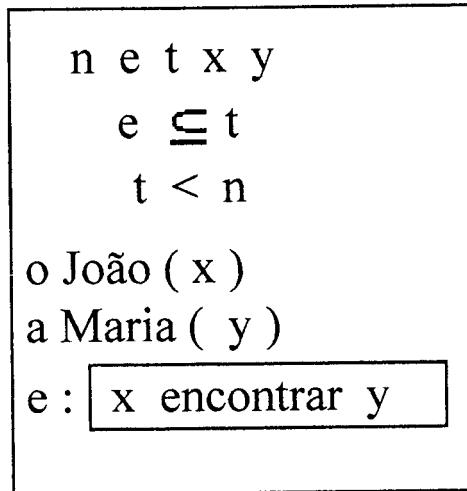
Finalmente, se admitirmos a hipótese de que a estruturação fásica das eventualidades (com todas as suas alterações) se pode "projectar" sobre certos argumentos internos (nomeadamente os "objectos" dos chamados "verbos de criação"), esta proposta torna, de certo modo, bastante mais claro e coerente o problema dos "objectos incompletos" (cf. 2.2.4).

Parece-nos, pois, lícito concluir que, com esta proposta de análise, não só é possível dar conta das alterações sofridas pelos diversos tipos de eventualidades, quando ocorrem em frases progressivas, espelhadas nos problemas levantados em 2.2.3, como também se torna, sob um certo ponto de vista, mais fácil responder a todas as questões que a complexidade da estrutura nos foi colocando (embora saibamos, naturalmente, que não há soluções definitivas para todos os problemas); além disso, ainda nos é fornecida uma explicação unificada, intrínseca, para o operador de Progressivo, independente de quaisquer factores externos à própria estrutura dos eventos (i.e., sem o recurso a noções extrínsecas à "composição" aspectual dos estados de coisas como as de "*inertia worlds*", "momentos" e "intervalos" de tempo, etc).

2.3.6 - A Representação Semântica do Progressivo

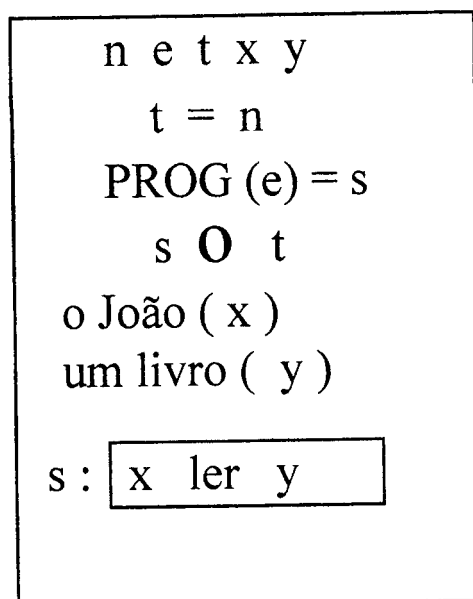
Até este momento, temos vindo a dar atenção às condições de verdade requeridas pelo Progressivo. Agora vamos discutir, à luz dos resultados obtidos, (e ainda que de uma forma muito breve) a sua representação semântica no quadro da formalização proposta na Teoria das Representações Discursivas.

Tomaremos como ponto de partida as hipóteses levantadas por Kamp e Reyle (1993), 5.3.4.2. Estes autores concebem a DRS para as frases no Progressivo como manifestando uma eventualidade de tipo estativo e introduzem nela um operador de Progressivo, **PROG**, que tem escopo sobre o verbo. Uma frase como "O João está a ler um livro" obteria a seguinte representação formal:



Uma tal concepção merece-nos, contudo, algumas observações. Em primeiro lugar, se considerarmos que o Progressivo é um operador aspectual, que toma como "*input*" necessário um processo, é de toda a conveniência deixar bem patente na representação que este elemento não "opera" apenas sobre o verbo, isoladamente, mas sobre a predicação, na sua globalidade, em concordância, aliás, com o que foi dito na discussão de 2.2.4 e 2.3.5. Nesta medida, a sua representação formal deverá dar conta de um tal facto, alargando o escopo do Progressivo à totalidade do evento em causa. Por outro lado, esta proposta não relaciona o operador Progressivo com o estado que resulta da sua aplicação; ou seja, não existe qualquer tipo de referência explícita ao facto de o estado representado ser, na verdade, um "efeito" do operador de Progressivo.

Para obviar a estes problemas, propomos, tentativamente, algumas alterações à DRS anterior, com o objectivo de dar conta, de forma mais explícita, do carácter "operativo" do Progressivo. Assim, sugerimos a introdução, no início da DRS, de um evento, seguida pela informação de que tal evento é convertido em estado pelo efeito do Progressivo, informação que representamos convencionalmente como $PROG(e) = s$ (i.e., o Progressivo de um evento (processual) dá origem a um estado). A frase "O João está a ler um livro" corresponderia, assim, à seguinte DRS:



Uma representação como esta parece trazer certas vantagens. Tentaremos, em seguida, enumerar algumas das mais relevantes.

Em primeiro lugar, o facto de o "*input*" processual estar presente na DRS para o Progressivo, através da introdução inicial de um evento, permite integrar, na representação formal, alguma informação semântica adicional importante. Como notámos em 2.3.5, o carácter processual do "*input*" do Progressivo não é, de forma alguma, semanticamente irrelevante. Como observámos atrás, ele ajuda a explicar o Paradoxo do Imperfectivo, bem como outras propriedades desta estrutura (dinamismo, agentividade, presença de pausas). A introdução do "*input*" na DRS torna visíveis estas características semânticas da construção.

Em segundo lugar, esta proposta reflecte o facto de que o Progressivo "opera" sobre a totalidade de um evento e não apenas sobre elementos linguísticos isolados, como verbos ou SVs, o que parece estar de acordo com as observações relativas aos "objectos incompletos" e às transições de predicções na Rede Aspectual.

Um outro ponto que uma proposta como esta pode tratar adequadamente diz respeito à relação entre o Progressivo e o carácter estativo da eventualidade em que ele ocorre: o estado (progresivo) é, aqui, naturalmente apresentado como sendo uma consequência, o "*output*", resultante da intervenção do operador em questão.

Finalmente, a análise que temos vindo a defender apresenta, de um certo modo, a "operação" aspectual resultante da aplicação do Progressivo, i.e., a passagem do "input" (evento) ao "output" (estado), como o seu efeito semântico principal.

Sistematizando:

Para dar conta das propriedades do Progressivo surgiram diversas propostas. Nem todas, no entanto, foram capazes de acomodar os diversos problemas apresentados na secção anterior.

- As propostas baseadas numa semântica de "momentos" ou "intervalos" nem sempre resolvem o problema do Paradoxo do Imperfectivo (cf. Scott (1970), Bennett e Partee (1978)) nem dão conta da possibilidade de "achievements" no Progressivo (cf. Bennett (1981)).

- As propostas que recorrem a uma certa "modalização", como as de Dowty (1979) ou de Landman (1992), embora solucionando o Paradoxo do Imperfectivo, recorrem a noções difíceis de definir e algo "exteriores" à noção de evento (cf. os "*inertia worlds*" ou as "opções razoáveis").

- As propostas que surgem no âmbito de uma semântica de eventos, sem recurso à comutação aspectual (cf. ter Meulen (1987), Parsons (1990)), enfrentam problemas ao nível da explicação do surgimento de "achievements" com o Progressivo, bem como do carácter estativo das frases em que este operador comparece.

- Apenas a inclusão de um sistema composto por um Núcleo e uma Rede Aspectual, como o de Moens (1987) permite responder satisfatoriamente aos problemas que levantámos em 2.2, concebendo o Progressivo como um operador aspectual que converte um "input" necessariamente processual num "output" de tipo estativo.

2.4 - A ARTICULAÇÃO DO PROGRESSIVO COM ALGUNS TEMPOS GRAMATICAIS DO PORTUGUÊS

Tomando como ponto de partida os trabalhos de Oliveira (1992) e (1994) e as observações que fizemos, em 1.3.2, sobre alguns dos Tempos Gramaticais do Português, vamos referir, ainda que brevemente, as principais consequências que derivam da sua interacção com o Progressivo, centrando a nossa atenção naqueles que, de uma forma ou de outra, têm implicações mais relevantes ao nível aspectual.

A combinação das formas progressivas com o Imperfeito do Indicativo não parece colocar grandes dificuldades, devido a uma certa compatibilidade de traços manifestada por estas estruturas. Na verdade, tanto o Progressivo como o Imperfeito tornam estativas as situações com que ocorrem. Por outro lado, ambos remetem para a não "completude" das eventualidades em causa: o Progressivo requer, como seu "*input*", um processo, classe aspectual tipicamente atética, não "delimitada" em si, como sabemos; o Imperfeito, por seu lado, apresenta as situações passadas sem qualquer tipo de restrição em relação ao seu final. Graças a todos estes factores, as frases que combinam o Progressivo com o Imperfeito descrevem estados não "delimitados", no passado, mas com a possibilidade de se prolongarem até ao tempo presente, devido à sua perspectivação relativamente "aberta". É o que podemos observar em (38):

(38) a: O João estava a trabalhar e ainda está.

b: A Maria estava a pôr a mesa e ainda está.

A combinação do Progressivo com o Pretérito Perfeito dá lugar a uma relação um pouco mais complexa. Se a nossa análise deste Tempo Gramatical está correcta, a sua ocorrência com formas progressivas comportará algumas restrições. Em primeiro lugar, o Perfeito confere uma

"terminação" arbitrária às predicções com que ocorre, o que implica a impossibilidade de continuação da eventualidade para além deste limite (cf. (39). Em segundo lugar, devemos notar que o Perfeito não implica, por si só, a presença de uma culminação, embora não a exclua (e, consequentemente, de estados resultantes, tendo em conta a estruturação do Núcleo Aspectual) (cf. (40). Por fim, sendo tipologicamente "neutro", o Perfeito manterá a classe aspectual da predicção com que se combina, neste caso o estado progressivo (cf. (41)).¹⁴

(39) a: (*) O João esteve a trabalhar e ainda está.

b: (*) A Maria esteve a escrever a tese e ainda está. (cf. ²⁸, Cap. 1)

(40) a: A Maria esteve a escrever a tese mas desistiu. (i.e., a tese não está escrita)

b: O João esteve a morrer mas não morreu. (i.e., o João não está morto)

(41) a: O João esteve a ler o livro às 5 horas. (só possível se o adverbial pontual for interpretado como "contido" ou incluído no estado)

b: O João esteve a ler o livro durante a tarde.

c: * O João esteve a ler o livro em 5 minutos.

d: O João esteve a ler o livro meia hora.

Estes exemplos parecem sugerir que a conjugação do Pretérito Perfeito com o Progressivo, tal como era de prever, apresenta um estado progressivo, no passado, manifestando, ainda, a informação de "terminado" (embora não intrinsecamente a de "concluído"), conferida pelo Tempo Gramatical.¹⁵

A combinação do Presente do Indicativo com o Progressivo tem o seu ponto de interesse central no facto de não ser uma leitura preferencialmente habitual a que surge nestas estruturas, o que sugere fortemente o seu carácter originalmente estativo (2.2.1).

Uma observação semelhante pode ser feita relativamente à ocorrência de formas progressivas com o chamado Pretérito Perfeito Composto. Como notámos atrás, este Tempo Gramatical parece tornar estativas as predicções com que ocorre, focando-as a partir do passado, no seu "prolongamento" até ao presente. No caso dos não estativos, esse "prolongamento" realiza-se através da iteração de situações. No caso dos estativos, contudo, existe apenas a perspetivação

de uma só eventualidade que se desenvolve desde o passado até ao presente. É o que acontece também com as frases envolvendo o Progressivo (cf. (43)):

(42) a: O João está a trabalhar (agora mesmo).

b: A Maria está a ler um livro (agora mesmo).

(43) a: O João tem estado a trabalhar.

b: A Maria tem estado a ler um livro.

Apesar da superficialidade desta análise, parece ter ficado claro que as propriedades manifestadas pelas diversas combinações possíveis entre o Progressivo e dados Tempos Gramaticais derivam, de uma forma natural, das características que fomos atribuindo aos seus elementos constitutivos.

2.5 - A CONSTRUÇÃO *ESTAR PARA*

Nesta secção procuraremos investigar as condições semânticas associadas a uma construção que, embora não sendo totalmente identificável com o Progressivo, veicula alguns dos seus significados típicos noutros idiomas. Em línguas como o Inglês, as construções progressivas manifestam, para além do seu valor "standard", a possibilidade de uma interpretação que remete para o futuro: é o chamado "*Futurate Progressive*" (cf. Dowty (1979), Cap. 3, 3.7). Contudo, no Português, as formas progressivas parecem não comportar um tal valor semântico, como (44) sugere:

(44) a: * O João está a correr amanhã.

b: * A Maria está a ler um livro amanhã.

c: * O Pedro está a ganhar a corrida amanhã.¹⁶

O Português tem, no entanto, uma estrutura que, à primeira vista, poderia manifestar certos pontos de contacto com esta. Trata-se da construção *estar para*, que passaremos a analisar em seguida e que ilustramos em (45).

- (45) a: O João está para viajar amanhã.
b: A Maria está para chegar na próxima sexta-feira.

Como veremos, contudo, esta construção não se identifica, nem com o Progressivo, nem com um tempo do futuro. Apesar de, tal como acontece com o "*Futurate Progressive*", remeter para noções como as de "previsibilidade" ou "predeterminação" (embora não necessariamente para conceitos envolvendo "agentividade" como os de "intencionalidade" ou "planeamento", ao contrário do que, por vezes, é sugerido relativamente à construção inglesa; cf. (46)), ela tem uma natureza bastante diferente, como procuraremos deixar claro no final desta discussão.

- (46) a: Está para chover a qualquer momento.
b: Os novos livros estão para chegar.
c: Os gatos estão para nascer na próxima semana.¹⁷

Embora se possa combinar com adverbiais que remetem para um tempo futuro, a construção *estar para* difere, em grande medida, das várias expressões que veiculam a simples perspectivação de uma eventualidade num tempo posterior ao da enunciação. Vejamos como.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que a construção *estar para* se combina consistentemente com uma grande diversidade de Tempos Gramaticais, como o exemplo (47) demonstra, o que significa, em última instância, que o seu valor semântico central não é o de localizar temporalmente as expressões com que ocorre.

- (47) a: O João está para sair.
b: O João esteve para sair mas mudou de ideias.
c: O João estava para sair quando a Maria chegou.
d: Nesse dia, o João tinha estado para sair mais cedo.

Em segundo lugar, enquanto o futuro implica necessariamente a efectivação, num qualquer tempo posterior ao presente, da eventualidade que localiza, a construção *estar para* não nos obriga a um tão alto grau de "certeza" relativamente à realização da situação em causa (vejam-se os exemplos em (48) e (49)).

(48) a: O João está para mergulhar mas não vai ser capaz.

b: ?? O João vai mergulhar mas não vai ser capaz.

(49) a: O João está para comprar um B.M.W. novo mas não vai conseguir.

b: ??/* O João vai comprar um B.M.W. novo mas não vai conseguir.

Finalmente, a mera localização temporal no futuro não é compatível com adverbiais que, de uma forma ou de outra, remetam para "duração a partir do passado", como acontece com a expressão "há N tempo". Pelo contrário, a estrutura *estar para* é perfeitamente possível no contexto deste tipo de adverbiais. Um tal contraste está bem evidente nas diferenças de gramaticalidade verificadas entre (50) e (51):

(50) a: O João está para sair de casa há duas horas.

b: A Maria está para ler a tese desde o ano passado.

(51) a: * O João vai sair de casa há duas horas.

b: * A Maria vai ler a tese desde o ano passado.

Por outro lado, a ideia de "evento em progressão" ou em "decurso", tipicamente associada às formas com Progressivo, não pode ser adequadamente postulada para a construção *estar para*. Na verdade, mesmo com actividades, cujas partes são, basicamente, idênticas ao todo, é possível encontrar frases em que o evento em causa não chega a decorrer (cf. "O João esteve para viajar durante o ano pasado mas não viajou"). Isto significa, de certa forma, que não é necessário que o evento (ou mesmo parte dele) decorra, para que a sua combinação com *estar para* seja possível.

Todos os elementos apresentados até este momento devem ser tomados em conta para a caracterização desta estrutura, o que torna uma tal tarefa bastante complexa. É, assim, necessário conciliar a possibilidade de "inexistência" da realização de um evento com a "duratividade"

subjacente à construção. É o que os exemplos de (52) nos revelam:

- (52) a: Os Estados Unidos estiveram para invadir a U.R.S.S. durante muitos anos mas não invadiram.
b: O Joaquim esteve para ler a tese durante a tarde mas não a leu.
c: A Maria esteve para passear durante o fim de semana mas não o fez.

Com base nas observações feitas até aqui, vamos tentar propor um tratamento, mais ou menos formalizado, para a estrutura em análise. Começaremos por uma hipótese no âmbito de uma semântica de intervalos:

(53) ESTAR PARA[*p*] é verdadeiro em *I* sse existe um intervalo *J* tal que $I < J$, *p* é falso em *I* e *p* é verdadeiro em *J*.

Dois problemas se colocam, imediatamente, a esta hipótese: como compatibilizar a "duratividade" manifestada pelos exemplos anteriores com a total "ausência", em *I*, de eventualidade, tal como suposto na formulação de (53)? Como dar conta dos (muitos) casos em que o evento não chega sequer a decorrer em *J*? Torna-se, portanto, imprescindível alterar a nossa estratégia de análise, de maneira a dar conta destes factos apropriadamente.

Por outras palavras, no contexto da forma *estar para* há algo que acontece (cf. a possibilidade de adverbiais de duração a partir do passado) mas não necessariamente o evento (no todo ou em "partes") que se combina com a estrutura. Ou seja, estamos perante uma "fase" que decorre no tempo mas que não faz parte, intrinsecamente, da eventualidade com que a forma *estar para* se combina, tal como definida pelo Núcleo Aspectual.

Estas observações motivam a hipótese de tratar a estrutura *estar para* como perspectivando uma "fase pré-preparatória" ou um estado preliminar das eventualidades com que se combina. Esta proposta permite resolver algumas das dificuldades com que nos temos vindo a deparar até ao momento: focando um estado preliminar, esta construção admite a presença de adverbiais de duração, já que, como qualquer outra fase de tipo estativo, a "pré-preparatória" decorre no tempo, "perdura" num intervalo; para além disso, as frases que envolvem a estrutura *estar para*

manifestam um comportamento típico dos estativos, quando sujeitas aos “testes” apresentados em 1.1.2. Por outro lado, sendo concebida como independente e anterior à totalidade do evento, esta “fase” não implica necessariamente a sua existência (no todo ou em parte), embora possa conduzir à sua efectivação.

Para além de prever a não inclusão de “fases” das situações, tal como definidas no Núcleo Aspectual, esta proposta tem ainda, como já dissemos, a vantagem de dar conta, de uma forma natural, do comportamento da estrutura em questão face aos testes de estatividade. Na verdade, as construções envolvendo *estar para* manifestam, tipicamente, as propriedades dos estativos, como (54) nos mostra.

(54) a: * O João está a estar para sair.

b: * A mãe persuadiu o João a estar para sair.

c: * João, está para sair! (imperativo)

d: O João esteve para sair voluntariamente.

e: * O que o João fez foi estar para sair.

f: O João está para sair agora mesmo.

g: * O João começou a estar para sair.

h: Quando a Maria chegou, o João estava para sair.

i: (?) Quando a Maria chegou, o João esteve para sair.

j: Quando o João estava para sair, a Maria chegou.

k: ?? Quando o João esteve para sair, a Maria chegou.

Será interessante, agora, esboçar uma breve caracterização daquilo que designámos por estado preliminar, incidindo sobretudo na relação que este mantém com o Núcleo Aspectual apresentado no capítulo anterior.

Parece-nos, de um certo modo, haver razões suficientes para advogar uma manifesta “independência” da “fase pré-preparatória” relativamente ao todo do Núcleo, embora ambos se possam associar com uma certa facilidade. Adiantaremos, em seguida, alguns argumentos em favor desta posição.

Em primeiro lugar, a construção *estar para* parece comparecer com praticamente todos os tipos de eventualidade, exceptuando, talvez, os estados não faseáveis (embora isso não seja bem claro, cf. "O João esteve para ser professor de linguística"). Não sendo requerido que os eventos, em parte ou no todo, se manifestam nesta construção, nenhuma mudança, ao nível aspectual, pode ser postulada em termos do interior do Núcleo. Logo, salvo informação em contrário, somos levados a acreditar que o estado preliminar se combina com os vários eventos inalterados, sem qualquer transição prévia na Rede Aspectual.

Esta primeira observação só será válida, contudo, se lhe acrescentarmos a informação de que os eventos podem, na verdade, estar presentes nesta construção, ainda que não obrigatoriamente. O argumento mais forte, a nosso ver, para a defesa de uma relativa "independência" da "fase pré-preparatória" no que diz respeito à estruturação do Núcleo reside, com efeito, nas "marcas" que a presença dos eventos deixa na construção. Existem, na realidade, adverbiais que remetem, necessariamente, para o evento envolvido: (55) ilustra o caso de um "achievement" e (56) o de um "accomplishment"; as diferenças de gramaticalidade na combinação com os adverbiais só poderão ser explicáveis se tivermos bem presente a natureza do tipo de evento em questão.

(55) a: O avião está para partir amanhã às seis horas.

b: * O avião está para partir amanhã em trinta horas.

(56) a: No próximo ano, o João está para percorrer o país em 15 dias.

b: * No próximo ano, o João está para percorrer o país às 6 horas.

É a conjugação desta relativa "independência" do estado preliminar com a possibilidade da "presença" de uma eventualidade subsequente que permite explicar, por outro lado, a combinação, nesta estrutura, do Presente do Indicativo com os adverbiais que remetem para o futuro. Na verdade, o Presente parece remeter para a fase preliminar; o futuro, por seu lado, parece estar associado à eventualidade que a segue.

PROG (<i>Estar a</i>)	<i>Estar para</i>
Operador Aspectual que converte processos (básicos ou derivados) em estados progressivos	Suporte de um estado pré-preparatório

NOTAS

1 - O carácter "durativo" que atribuímos às construções Progressivas é facilmente constatável através da possibilidade de ocorrência de tais estruturas com adverbiais durativos:

- (I) a: O João esteve a correr durante uma hora.
b: A Maria esteve a morrer durante uma semana.

2 - Naturalmente, este argumento só será válido em conjugação com todos os outros. Vista isoladamente, a agramaticalidade desta frase pode ser devida a outros factores, nomeadamente à impossibilidade de iteração de operadores aspectuais.

3 - No entanto, se acrescentarmos certos adverbiais, algumas destas frases parecem mais aceitáveis (ou até mesmo gramaticais): "(?) O patrão persuadiu o João a estar a trabalhar durante mais uma hora", "(?) A mãe obrigou o João a estar a ler o livro durante a manhã". Não discutiremos, porém, este problema aqui.

4 - Abstraiamos aqui do chamado "**uso reportivo**" do Presente do Indicativo. Seja como for, esse uso está fortemente condicionado pelo contexto e envolve questões pragmáticas que o denominado "presente real" dos estativos (e do Progressivo) não manifesta.

5 - Ou, dito de outra maneira, $PROG[p]$ é verdadeiro relativamente a um instante t sse p é verdadeiro em todos os momentos de um intervalo aberto contendo t .

6 - Utilizamos aqui "neutra" no sentido de "não modificada" em termos aspectuais.

7 - Ou, nas palavras de Bennett e Partee (1978), "John is building a house is true at I if and only if I is a moment of time, there exists an interval of time I' such that I is in I' , I is not an endpoint for I' , and John builds a house is true at I'' " (p. 13).

8 - Ou, segundo as próprias palavras de Bennett (1981), "Jones is leaving is true at interval of time I if and only if I is a moment of time, and there exists an interval of time I' such that I' is an open interval, I is included in I' and Jones is in the extension of leave at I' ." (p. 15).

9 - Notemos que, nestes exemplos, surge a conjunção contrastiva *mas*, o que indicia uma ideia de "inesperado" ou "não normal" (cf. o "princípio de normalidade" postulado em certas propostas de tratamento para o Progressivo).

10 - A noção de "*stage*", proposta por Landman (1992), partilha algumas propriedades importantes com a de "fase", referida no capítulo anterior (cf. 1.2). Por esse motivo, optámos por traduzir "*stage*" pelo termo "fase", embora, a nosso ver, não seja muito fácil, no contexto da teoria desenvolvida por Landman, distinguir "fase" de "período" ou de "estádio". Daí a forma indiferenciada com que, excepcionalmente, utilizamos estes termos.

11 - Note-se que a fórmula $C(e, w)$ representa o conjunto de "*continuation branches*" possíveis para e em w .

12 - Teorias baseadas em noções como as de "normalidade" ou "opções razoáveis" serão, no entanto, perfeitamente possíveis num enquadramento em que haja uma mais forte ligação entre semântica e pragmática. Na realidade, conceitos como estes têm muito a ver com o nosso conhecimento do mundo e a forma como o integramos no uso linguístico, pelo que o recurso à pragmática é indispensável para a sua compreensão.

13 - Vlach tenta mostrar como se podem obter processos a partir de outras classes aspectuais. Por exemplo, no que respeita aos "accomplishments", ele afirma que Proc[p] designa o processo que, se continuado, levaria à verdade de *p*. Esta definição é muito próxima do "*subjunctive proposal*" apresentado em 2.3.3, partilhando com ele o mesmo tipo de problemas.

14 - O Pretérito Perfeito com o Progressivo parece, não só estabelecer uma delimitação na parte final do evento, como também conferir-lhe um limite inicial, tal como Smith (1991), Cap. 4 sugere. Isto explicaria a leitura preferencialmente sucessiva nas frases de (I):

- (I) a: Quando chegámos a casa, estivemos a ver o mapa das estradas.
- b: Quando entrou em férias, o João esteve a viajar durante um mês.

No entanto, este facto não parece ser suficientemente forte para sustentar a afirmação de que, nestes casos, o estado progressivo é equivalente a um processo. O contraste entre (II)/(IV) e (III)/(V) torna isto bem claro:

- (II) a: Quando o árbitro apitou, a Maria correu.
- b: Quando a Maria correu, o árbitro apitou.
- (III) a: ?? Quando o árbitro apitou, a Maria esteve a correr.
- b: * Quando a Maria esteve a correr, o árbitro apitou.
- (IV) a: Quando a Maria ficou doente, bebeu chá de limão com mel.
- b: Quando a Maria bebeu chá de limão com mel, ficou doente.
- (V) a: ??/* Quando a Maria ficou doente, esteve a beber chá de limão com mel.
- b: * Quando a Maria esteve a beber chá de limão com mel, ficou doente.

15 - Assumiremos, sem grande discussão, que a interpretação dos operadores aspectuais precede a dos Tempos Gramaticais. Para motivar tal posição, notemos, de passagem, que:

(a) As formas progressivas combinadas com o Presente do Indicativo manifestam preferencialmente uma leitura de "presente real", independentemente da classe aspectual básica no seu escopo. Para justificar um tal facto, somos levados a assumir que, antes de o Presente do Indicativo ser introduzido, é conferida às predicções em análise uma leitura estativa que corresponderá, como vimos, à aplicação prévia do operador de Progressivo.

(b) Nos casos em que se verifica o comparecimento de operadores aspectuais, os Tempos Gramaticais são tipicamente associados às formas verbais que desempenham tal função e não às que integram a predicação-base, o que sugere que os operadores deverão ser introduzidos na representação semântica antes da flexão temporal.

Sobre este assunto, veja-se Mendes (1991), II.3.

16 - Um valor futuro pode estar associado ao Progressivo em alguns casos, muito particulares, e por razões de ordem meramente pragmática. Na realidade, essa possibilidade surge em contextos bastante restritos e, como o contraste entre (I) e (II) indicia, parece mais ligada a convenções pragmáticas relacionadas com o Presente do Indicativo, enquanto Tempo Gramatical, do que propriamente com o Progressivo:

- (I) a: Não posso aceitar o convite; amanhã estou a trabalhar.
- b: ?? Não posso aceitar o convite; amanhã estou a passear no parque.
- (II) a: Não posso aceitar o convite; amanhã trabalho.
- b: ?? Não posso aceitar o convite; amanhã passeio no parque.

17 - A combinação da estrutura *estar para* com a negação parece favorecer, de um certo modo, o envolvimento, neste tipo de construção, da noção de "intencionalidade" (cf. (I)); no entanto, a presença, aqui, de um tal conceito deve ser considerada como um efeito pragmático ou uma implicatura perfeitamente cancelável (cf. (II)).

- (I) a: O João não está para ir à conferência.
- b: A Maria não está para ouvir o discurso.
- (II) a: Os novos livros ainda não estão para chegar.
- b: Hoje não está para chover.

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES ENTRE O PROGRESSIVO E OUTROS OPERADORES ASPECTUAIS NO PORTUGUÊS

Tendo avançado com uma proposta para a caracterização do Progressivo, torna-se necessário avaliar o seu grau de adequação à luz dos seus efeitos semânticos. Com este capítulo, procuramos avaliar as consequências da caracterização anteriormente fornecida para o Progressivo através de uma análise sumária das suas possibilidades combinatórias com outros operadores aspectuais e algumas estruturas predicativas adjectivais.

Em 3.1, será esboçada uma breve caracterização de certos operadores aspectuais, mais frequentes no Português - *começar a*, *continuar a*, *deixar de*, *parar de*, *acabar de* e *andar a*. Em 3.2, abordaremos as possibilidades combinatórias do Progressivo com os operadores citados. Para concluir, na secção 3.3, discutiremos o comportamento de certas estruturas predicativas adjectivais - *ser ADJ*, *estar ADJ*, *continuar ADJ*, *andar ADJ* e *ficar ADJ* - no contexto das formas progressivas.

Infelizmente, a bibliografia disponível sobre este assunto é bastante escassa, o que explica a quase total ausência de referências ao longo do texto. No entanto, vejam-se, por exemplo, alguns comentários dispersos em Moens (1987), Smith (1991), Cap. 3 e Kamp e Reyle (1993), 5.3.3. Especificamente para o Português, mas em enquadramentos teóricos diferentes do aqui adoptado, vejam-se, por exemplo, Carvalho (1984), Soares (1994) e Silva (1997), 5.3.

3.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DE ALGUNS OPERADORES ASPECTUAIS

Antes de procedermos à análise das relações que se podem (ou não) estabelecer entre as formas com o Progressivo e determinados operadores aspectuais, parece-nos necessário reflectir um pouco sobre a natureza semântica e certas propriedades características deste tipo de expressões.

Poderemos definir, neste momento da discussão, os **operadores aspectuais** como elementos linguísticos cuja principal função é a de alterar a "perspectivação" ou a "focalização" das situações, manifestando, portanto, consequências muito relevantes ao nível da classificação aspectual das expressões com que se combinam. Mas, como poderemos analisar estas estruturas, recorrendo a uma abordagem mais ou menos formalizada?

Um tratamento, para estes operadores, unicamente alicerçado sobre uma semântica de intervalos, afigura-se-nos pouco adequado, na medida em que deixa algumas questões importantes por resolver. Na verdade, torna-se necessário dar conta de certas assimetrias resultantes de diferenças na interacção entre o operador e o tipo aspectual da situação em causa: os operadores aspectuais parecem ser "sensíveis" à classe das eventualidades com que se combinam, facto que deve ser considerado numa explicação destas expressões. Por outro lado, certas inferências e implicações associadas aos operadores não devem, igualmente, ser esquecidas por uma análise deste género. Uma proposta apenas baseada em intervalos de tempo, sem o recurso à noção de "fase" de evento, nunca será capaz de fornecer um enquadramento teórico suficientemente complexo, por forma a integrar em si os problemas de interacção entre operador e classe aspectual, por um lado, e as dificuldades levantadas por certas implicações associadas, por outro.

Com o objectivo de ultrapassar tais obstáculos, propomos, para este tipo de expressões, uma análise essencialmente baseada na noção de "**operação aspectual**", ou seja, na "conversão" de um determinado "*input*" num dado "*output*". Esta "conversão" pode ser adequadamente descrita através de **transições** ou "transformações" no interior da Rede Aspectual, tal como Moens (1987) a concebe: as **categorias aspectuais básicas** são comutadas, na Rede, por forma a obtermos o "*input*" desejado; este, por seu lado, sofre nova transição, por efeito do operador aspectual, com vista à obtenção de um "*output*" final.

Para que uma hipótese deste género possa ser posta em prática, é imprescindível determinar tanto as classes aspectuais que se constituem como "*input*" quanto aquelas que comparecem como "*output*" relativamente a uma qualquer "transição" aspectual. Como veremos nos casos concretos, apresentados em seguida, o "*input*" é tipicamente determinado pelas condições necessárias para que se dê uma "transição" (especificamente, devemo-nos interrogar sobre que parte(s) de um evento é/são indispensável(eis) considerar como já "existente(s)" ou "decorrida(s)" para que o operador possa ser "aplicado" sem provocar nenhum tipo de anomalia semântica), condições essas, em geral, manifestadas nas restrições tipológicas de combinação de cada operador. O "*output*", por seu lado, aparece reflectido no comportamento da frase que integra o operador face aos múltiplos "testes" de determinação da categoria aspectual das situações.

A pertinência das diversas observações que acabámos de fazer revelar-se-á, talvez mais claramente, em cada uma das propostas particulares de análise que forneceremos em seguida. (Embora possa parecer algo repetitiva, a nossa apresentação procurou manter inalterados os critérios para todos os operadores em análise, de modo a obtermos uma avaliação o mais homogénea possível das suas propriedades: tentaremos uma explicação por uma semântica de intervalos, que se revelará inadequada, pelo que recorreremos à ideia de "operação aspectual".)

3.1.1 - *Começar a*

Numa abordagem ainda muito inicial e simplificada, podemos encarar o operador *começar a* como representando a passagem de um "não evento" a um evento, ou, dito de outra forma, como o momento que marca o início de uma nova situação.

Uma hipótese para a análise deste operador, baseada apenas numa semântica de intervalos, corresponderia, mais ou menos, à seguinte formulação, em que o sinal $\ll$ deverá ser lido como “imediatamente anterior” (cf. Bennett e Partee (1978)):

(1) *COMEÇAR A* [p] é verdadeiro num intervalo I se e só se I é um momento de tempo e existe um intervalo H tal que $H \ll I$ (H é imediatamente anterior a I), p é falso em H e p é verdadeiro num intervalo I' contendo I (tal que I é um subintervalo inicial de I').

No entanto, e tal como aconteceu com o Progressivo, somos confrontados com algo de muito semelhante ao Paradoxo do Imperfectivo, que põe em causa esta análise. Assim, se é um facto que “O João começou a correr” implica a verdade da situação-base envolvida (i.e., de “O João correu”), o mesmo não acontece quando a eventualidade no escopo do operador é de tipo télico: “O João começou a ler um livro” não implica necessariamente a verdade de “O João leu um livro”. Por outras palavras, para que *começar a* compareça com uma determinada situação, não é necessário que esta venha a ser verdadeira num qualquer futuro. Os exemplos de (2) ilustram bem o que foi dito:

- (2) a: O João começou a construir uma casa mas desistiu.
- b: O Rui começou a pintar um quadro mas não o pintou.
- c: O Pedro começava a ligar o rádio quando uma explosão o destruiu. (i.e., o Pedro não ligou o rádio).

A proposta apresentada em (1) não dá conta de exemplos como estes, nem das restrições, ao nível tipológico, associadas com o operador *começar a* (restrições essas que veremos em seguida).

O operador aspectual *começar a* pode ser combinado com quase todas as classes aspectuais, excepto os estados não convertíveis em processos e, eventualmente, também algumas culminações. Os exemplos de (3) tornam estas restrições bem patentes:

- (3) a: * O meu casaco começou a ser verde. (estado)
 b: * O João começou a ser alto. (estado)
 c: A mãe do Luís começou a gostar de linguística. (estado faseável, convertível em processo)
 d: A Ana começou a trabalhar. (processo)
 e: A Ana começou a escrever a tese. (processo culminado)
 f: O João começou a ganhar a corrida. (culminação)
 g: ? O João começou a sair de casa. (culminação)
 h: ?? O João começou a morrer. (culminação)

(3) revela-nos que apenas os eventos (básicos ou derivados) estão envolvidos neste tipo de construção, o que não surpreende, já que ela supõe o recurso a transições, em termos de “fases”, no interior da Rede Aspectual. Por outro lado, os problemas colocados por certas culminações parecem estar relacionados, como tentaremos demonstrar em seguida, com o seu carácter tipicamente pontual ou momentâneo.

A determinação do “input” para o operador *começar a* envolve a investigação das diversas condições necessárias para que ele possa comparecer, remetendo-nos para as restrições apresentadas em (3). Marcando o “início” de uma eventualidade, este operador deverá supor apenas a existência de uma (eventual) fase anterior ao decurso da situação propriamente dita. Nesse sentido, e em consonância com o que foi exposto em 2.5, poderemos propor que, para que *começar a* seja possível, é necessária a presença de um estado preliminar. Porém, afigura-se-nos imprescindível dar conta de todas as restrições presentes em (3): como explicar a agramaticalidade da combinação entre *começar a* e estados não faseáveis? Uma proposta de solução passa por admitir que o “input” para este operador não será todo e qualquer estado preliminar, mas apenas um estado preliminar de um evento. Se quisermos ir ainda mais longe, no sentido de integrar, na nossa descrição do operador, as implicações demonstradas nos exemplos em (2), poderemos mesmo sugerir que o “input” para *começar a* se constitui como um estado pré-preparatório de um processo ou actividade. Esta análise integraria, tal como a do Progressivo em 2.2.5, uma boa explicação para o Paradoxo do Imperfectivo, que, também neste caso, parece marcar a sua presença; além disso, ela permitiria compreender, de uma certa forma, a maior “dificuldade” que as culminações (eventos pontuais) têm em se combinar com o operador, bem

como uma certa tendência para a interpretação dos pontos como processos iterados quando comparecem neste tipo de contextos (cf. "O João começou a espirrar (há N minutos)").

Para a determinação do "output" de *começar a*, vejamos os seguintes exemplos:

(4) a: O João começou a trabalhar às duas horas.

b: ?? O João começou a trabalhar em duas horas.

c: ?? O João começou a trabalhar durante duas horas.

(5) a: A Maria começou a ler o jornal às duas horas.

b: ?? A Maria começou a ler o jornal em duas horas.

c: ?? A Maria começou a ler o jornal durante duas horas.

O comportamento das estruturas representadas por (4) e (5) face aos adverbiais temporais indicia bem o seu carácter pontual. O resultado final (ou "output") da aplicação do operador *começar a* parece, portanto, ser uma eventualidade de tipo "instantâneo". Confrontamo-nos, porém, nestes casos, com um problema de difícil resolução: estaremos perante uma culminação ou um ponto? Como vimos em 1.1.5, a diferença entre estas duas classes aspectuais reside, essencialmente, no facto de a primeira se concentrar numa culminação associada a determinadas "consequências", enquanto a segunda representa apenas um evento pontual, sem qualquer estado resultante. Tanto as implicações de (2) como a nossa hipótese para o "input" deste operador sugerem que, de uma certa forma, existe uma actividade necessariamente associada à mudança pontual de estado representada pelo "output". Se um tal processo puder ser equiparado a um estado consequente (i.e., ser considerado como uma "consequência" de uma culminação), então estaremos perante um "achievement"; se, pelo contrário, esta equiparação não for considerada conveniente ou possível, o máximo que poderemos dizer é que o "output" do operador é um ponto que precede (sempre?) uma actividade.

QUADRO I - COMEÇAR A

operador	categoria-base	input	output
<i>começar a</i>	eventos e estados faseáveis	fase pré-preparatória de processo	evento pontual

3.1.2 - *Continuar a*

Muito informalmente, podemos começar por dizer que *continuar a* perspectiva uma eventualidade (durativa) no seu "prolongamento" ou "continuação", isto é, dá conta de um intervalo não inicial de uma situação.

No âmbito de uma semântica de intervalos, *continuar a* obteria uma representação semelhante à seguinte:

(6) *CONTINUAR A* [*p*] é verdadeiro num intervalo de tempo *I* se e só se existe um intervalo *H* tal que $H < I$ e *p* é verdadeiro em *I'*, representando *I'* a reunião de *H* com *I*.

Infelizmente, esta tentativa de análise confronta-se, mais uma vez, com problemas bastante complexos, o mais importante dos quais continua a ser, em nossa opinião, o denominado Paradoxo do Imperfectivo. Na realidade, para que "continuar a construir uma casa" seja verdadeiro, não é necessário que "construir uma casa" alguma vez também o venha a ser. Os exemplos de (7) ilustram bem o ponto em questão:

- (7) a: O Pedro continuou a ler o livro durante mais algumas horas, mas desistiu.
- b: A Maria continuou a pintar o quadro, mas não o pintou (todo).
- c: Eu continuei a ganhar a corrida até ser ultrapassado.

Por outro lado, *continuar a* parece impor algumas restrições em relação às categorias aspectuais com que se pode combinar. Ao contrário do que verificámos com *começar a*, *continuar a* ocorre no contexto de estados não faseáveis. Contudo, existem, também aqui, determinadas restrições, sobretudo quando tentamos conjugar o operador com certos "achievements"; para além disso, *continuar a* só comparece com pontos quando estes são previamente convertidos, por iteração, em actividades (notemos que o conceito de **iteração** difere tanto do de **frequência** como do de **habitualidade**). Atentemos nos exemplos de (8):

- (8) a: O meu casaco continua a ser verde, apesar de eu o ter tentado tingir de azul. (estado)
b: O Pedro continua a ser português, apesar de viver na Suíça. (estado)
c: A Maria continuou a correr. (processo)
d: O João continuou a construir a casa. (accomplishment)
e: A Ana continuou a ganhar a corrida. (culminação)
f: ?? O João continuou a acender a luz. (culminação)
g: ?? A Ana continuou a morrer. (culminação)
h: O João continuou a espirrar. (ponto)

A conjugação das informações presentes em (7) e (8) projecta alguma luz sobre a determinação das condições necessárias para que o operador *continuar a* possa comparecer sem problemas: neste caso, a existência de uma eventualidade durativa que não inclua nenhuma culminação. Assim sendo, apenas estados e actividades são candidatos credíveis para servirem como "*input*" a um tal operador. Com efeito, os processos culminados parecem perder a culminação, quando combinados com *continuar a* (cf. (7(a,b)); as culminações, ou dão origem a uma certa anomalia, ou são convertidas em processo (por iteração ou por adição de um processo à culminação, que, posteriormente, é eliminada); os pontos, finalmente, apenas se podem combinar com *continuar a* sob a forma de processos obtidos por iteração.

O tratamento de *continuar a* com base no conceito de "operação aspectual" não está, contudo, isento de dificuldades. A mais relevante tem a ver com a necessidade de representar a combinação de estados não faseáveis com este operador. Será possível, sem recorrer à noção de "fase", fornecer uma explicação adequada para estes casos? Se queremos obter uma resposta satisfatória para uma tão importante questão, teremos de concentrar a nossa atenção sobre os possíveis "*outputs*" para o operador.

Ao contrário do que habitualmente sucede com uma grande parte dos operadores aspectuais, o "*output*" de *continuar a* parece manter as propriedades aspectuais do "*input*" que lhe serve de base. Contrastem-se, nesse sentido, os exemplos de (9), obtidos a partir de um estado não faseável (que se pode combinar com *continuar a* em frases como "O João continua a ser alto", com os de (10), cujo "*input*" é um processo.

- (9) a: * O João está a continuar a ser alto.
 b: * A mãe persuadiu o João a continuar a ser alto.
 c: * João, continua a ser alto!
 d: * O João continuou a ser alto voluntariamente.
 e: * O que o João fez foi continuar a ser alto.
 f: O João continua a ser alto (neste momento)
 g: * Quando fez 6 anos, o João continuou a ser alto.

- (10) a: O João está a continuar a correr.
 b: A mãe persuadiu o João a continuar a correr.
 c: João, continua a correr!
 d: O João continuou a correr voluntariamente.
 e: O que o João fez foi continuar a correr.
 f: O João continua a correr (habitualmente).
 g: Quando chegou à meta, o João continuou a correr.
 h: ?? O João continuou a correr às 5 da tarde.
 i: O João continuou a correr durante duas horas.
 j: * O João continuou a correr em duas horas.

A acreditar nos juízos de gramaticalidade apresentados, estes exemplos sugerem que, quando o "*input*" de *continuar a* é um estado não faseável, o seu "*output*" mantém exactamente as mesmas propriedades. Por outro lado, quando o "*input*" é uma actividade, o "*output*" correspondente comporta-se, igualmente, como tal. Ou seja, *continuar a* não parece alterar tipologicamente o seu "*input*".

Se, como sugerimos, é verdade que o "*input*" e o "*output*" associados a *continuar a* são tipologicamente idênticos, então não é necessário recorrer às noções de "fase" ou "transição" na Rede Aspectual para caracterizar os seus efeitos. Este é o resultado requerido, já que os estados não faseáveis (i.e., não convertíveis no interior da Rede) podem comparecer, sem dificuldades, com este operador.

Mas, não havendo alteração de categoria aspectual, qual é, afinal, o "conteúdo" semântico do operador *continuar a*? Qual é a sua real função? Ao "exigir" a existência de uma eventualidade durativa não culminada como "input", o nosso operador exclui, do seu "output", os momentos (estados) ou fases (processos) iniciais da situação em causa. É esta "exclusão" do período inicial no significado intrínseco do "output" que permite veicular a ideia de "continuação" ou "prolongamento", típica destas construções. Assim, embora não haja "conversão", ao nível da classe aspectual, há sempre uma perspetivação parcial da eventualidade em causa, o que torna *continuar a* um operador relevante e informativo.

QUADRO II - CONTINUAR A

operador	categoria-base	<i>input</i>	<i>output</i>
<i>continuar a 1</i>	estado não faseável	estado não faseável	estado não faseável
<i>continuar a 2</i>	eventos e estados faseáveis	processo	processo

3.1.3 - Deixar de e Parar de

Numa concepção bastante informal, *deixar de* designa a passagem de um evento não completo a um "não evento", ou, dito de uma outra maneira, descreve a "cessação" ou "interrupção" de uma dada eventualidade.

O recurso a uma semântica de intervalos, para uma tentativa de formalização deste operador, daria origem a uma representação semelhante à que propomos em (11):

(11) *DEIXAR DE* [*p*] é verdadeiro em *I* sse existe um intervalo de tempo *H* tal que $H < I$, *p* é verdadeiro em *H* e *p* é falso em *I*.

A hipótese de formalização adiantada em (11) não nos parece, contudo, ser adequada para o tratamento deste tipo de estruturas. De facto, se "O João deixou de correr" implica necessariamente a verdade de "O João correu", já uma frase como "O João deixou de ler este livro" não implica necessariamente a verdade de "O João leu este livro". Ou seja, estamos, mais uma vez, perante uma espécie de Paradoxo do Imperfectivo (i.e., um tipo de implicação muito semelhante àquele que Dowty (1979) estudou ao tratar da relação dos eventos télicos com as formas progressivas correspondentes), que deve ser sempre tomada em linha de conta numa qualquer análise do operador em causa.

Um outro problema para estes casos prende-se, também, com as restrições tipológicas, manifestadas por *deixar de*, ao nível das suas combinações possíveis. Para além de comparecer com todos os tipos de estado (chegando até a impor, por vezes, uma leitura preferencialmente habitual ao "input", mesmo quando este é derivado de uma categoria-base constituída por predicções típicas de outras classes aspectuais), *deixar de* é igualmente possível, em certos contextos, com processos e processos culminados. A sua combinação com as culminações parece, no entanto, muito difícil (cf. (12)).

(12) a: O meu casaco deixou de ser castanho (porque o lavei muitas vezes). (estado)

b: O Rui deixou de ser português (porque se naturalizou belga). (estado)

c: O João deixou de trabalhar (na faculdade). (estado habitual)

d: O João deixou de limpar a casa. (estado habitual)

e: O João deixou de sair à noite. (estado habitual)

f: Deixou de chover. (processo)

g: O João deixou de ler este livro. (processo culminado)

h: ?? O João deixou de acender a luz. (culminação)

i: ?? O João deixou de ganhar a corrida. (culminação)

j: ?? O João deixou de morrer. (culminação)

Tentemos, apoiados nas observações feitas até este momento, explicitar a função do elemento *deixar de*, recorrendo ao conceito central de "operação aspectual".

Como ficará claro mais adiante, o comportamento de *deixar de* difere bastante, conforme ele compareça com estados ou eventos. Por esse motivo, trataremos separadamente cada um destes casos, iniciando a nossa discussão com a interacção que se estabelece entre *deixar de* e os estados "não faseáveis".

Embora a conjugação de *deixar de* com estados "não faseáveis" dê lugar a uma espécie de "mudança de estado" (i.e., descreva a passagem de um estado para a sua própria "ausência"), os efeitos do operador parecem não se fazer sentir ao nível da classe aspectual da predicação em causa. Na verdade, a aplicação de *deixar de* a um estado não parece alterar o seu carácter estativo, como, de resto, (13) nos sugere:

- (13) a: * O João está a deixar de ser magro.
b: * A mãe persuadiu o João a deixar de ser magro.
c: * João, deixa de ser magro!
d: ? O João deixou de ser magro voluntariamente.
e: * O que o João fez foi deixar de ser magro.
f: ?? O João começou a deixar de ser magro.
g: * Quando fez 6 anos, o João deixou de ser magro.

O facto de ser necessário conciliar a ideia de uma certa "mudança de estado", representada na semântica do operador, com a manutenção da estatividade na construção (como observado em (13)) talvez esteja na origem das dificuldades com que nos deparamos ao tentarmos combinar *deixar de* com os adverbiais temporais. Ao contrário do que sucede com as frases que envolvem eventos no seu "input", as que combinam *deixar de* com estados "não faseáveis" caracterizam-se por determinadas incompatibilidades ao nível da combinação, no "output", com adverbiais durativos ou pontuais. Vejam-se os exemplos de (14):

- (14) a: ?? O meu casaco deixou de ser verde às 5 da tarde.
b: ?? O meu casaco deixou de ser verde durante 3 anos.
c: ?? O João deixou de ser português às 5 da tarde.
d: ?? O João deixou de ser português durante 3 anos.

A acreditar em tudo o que temos vindo a propor, *deixar de* será perfeitamente compatível com estados "não faseáveis", na medida em que, embora veiculando a ideia de "mudança (ou, melhor, passagem) de estado", não altera, ao nível estrutural, a categoria aspectual do seu "input", não recorrendo, consequentemente, a quaisquer alterações aspectuais no interior da Rede.

Quando *deixar de* comparece em interacção com eventos, as coisas passam-se de um modo bastante diverso. Na verdade, parecem existir indícios suficientes para considerar que, nos contextos referidos, este elemento despoleta uma "transição" ou "conversão" aspectual. É nela que vamos concentrar, agora, a nossa atenção.

Tendo em conta que, também com *deixar de*, somos confrontados com uma espécie de Paradoxo do Imperfectivo, por um lado, e com uma certa dificuldade na sua conjugação com "achievements", por outro, somos levados a pensar que este operador toma como seu "input" necessário um processo: nesta análise, o Paradoxo do Imperfectivo dever-se-ia à (forçosa) eliminação da culminação nos "accomplishments"; a dificuldade de interacção com culminações simples seria explicada pelo seu carácter momentâneo (i.e., pela inexistência de um processo com elas associado, tornando-se praticamente obrigatória uma leitura habitual para o "input" formado a partir deste tipo de predicação).

A determinação do "output" para *deixar de* não se afigura muito fácil. Os exemplos de (15) mostram porquê:

- (15) a: Deixou de chover às 5 da tarde.
- b: (??) Deixou de chover em 5 minutos.
- c: Deixou de chover durante uma semana.
- d: O João deixou de chorar às 5 da tarde.
- e: (??) O João deixou de chorar em 20 minutos.
- f: O João deixou de chorar durante meia hora.

Segundo os exemplos apresentados, o "output" de *deixar de*, tanto pode ser momentâneo ((15)a,d) como durativo ((15)c,f). Como explicar tal coocorrência? A nossa hipótese passa por considerar a existência de uma "mudança de tipo de eventualidade", tipicamente pontual, associada a uma certa forma de "consequência" de tipo durativo.

O operador *deixar de*, tanto pode converter um processo numa eventualidade momentânea, focando apenas a "mudança (pontual) de estado", como nas suas "consequências", focando o "resultado" de tal mudança.

Devemos notar, desde já, que as consequências de uma mudança de estado despoletada pelo operador *deixar de* não se constituem, naturalmente, como um estado resultativo. Na realidade, não descrevem um "resultado" da ocorrência de uma eventualidade, mas antes a sua "não ocorrência" ou "cessação". Chamaremos, por isso, ao resultado da aplicação de *deixar de*, um **estado cessativo**.

Partindo dos dados acima discutidos, adiantaremos a seguinte hipótese de análise: *deixar de* toma como seu "input" um processo e converte-o numa culminação cujas consequências se manifestam sob a forma de um estado cessativo. O operador pode perspectivar, não só a culminação em si (cf. (15)a,d), mas também o próprio estado cessativo (cf. (15)c,f).

Embora não tenhamos explorado exaustivamente a semântica de *deixar de* (ignorámos, por exemplo, frases como "O João deixou de sair para ficar a estudar" ou "A Maria deixou de se alistar na marinha para ir para o exército"), uma breve abordagem, como a que acabámos de apresentar aqui, parece-nos suficiente para os propósitos deste capítulo.

O operador *parar de* partilha algumas propriedades com *deixar de*, como adiante veremos. Contudo, o seu comportamento ostenta, igualmente, certas especificidades muito importantes.

Informalmente, poderemos afirmar que *parar de* descreve a "interrupção" ou "paragem" de um dado evento.

(16) dá-nos uma ideia de um tratamento possível, para este operador, no âmbito de uma semântica de intervalos:

(16) *PARAR DE* [*p*] é verdadeiro num momento de tempo *I* se e só se existe um intervalo *J* tal que $I \ll J$, *p* é verdadeiro num intervalo contendo *I* (e de que *I* é um subintervalo final) e *p* é falso em *J*.

A inadequação de uma tal proposta às características do operador em análise parece-nos óbvia: *parar de*, quando combinado com eventualidades de tipo télico, implica, tipicamente, a sua não realização (total): assim, se "O João parou de ler este livro" é verdadeiro, "O João leu este

livro" será, tendencialmente, falso.

Por outro lado, *parar de* impõe determinadas restrições ao nível das classes aspectuais com que se pode (ou não) combinar. Os exemplos em (17) ilustram este facto:

- (17) a: * O meu casaco parou de ser verde. (estado)
b: * O João parou de ser português. (estado)
c: O João parou de correr. (processo)
d: Parou de chover. (processo)
e: O Rui parou de escalar o monte. (processo culminado)
f: A Ana parou de comer a maçã. (processo culminado)
g: * O João parou de sair. (culminação)
h: * O João parou de ganhar a corrida. (culminação)

Os dados apresentados em (17) sugerem que *parar de* não se aplica a estados nem a culminações, surgindo exclusivamente com processos e processos culminados. Ora, a diferença mais relevante entre estes dois grupos de tipos aspectuais reside na exclusão vs. inclusão de um processo preparatório nos respectivos esquemas "fásicos". Será possível tomar esta diferença como explicativa? É o que discutiremos em seguida, em consonância com a determinação do "input" para o operador.

Assim, a impossibilidade de *parar de* se combinar com estados e "achievements", articulada com o facto de a verdade de "parar de PC" não implicar a verdade de "PC", tal que "PC" designa um processo culminado, indicia que o "input" para este operador é de tipo processual.

No entanto, tendo em conta que, como já fizemos notar, uma grande parte das culminações pode passar a processo, no interior da Rede Aspectual, como explicar a sua (total) incapacidade de combinação com *parar de*? Uma resposta satisfatória a esta questão não se nos afigura muito fácil, tendo que passar, naturalmente, por uma avaliação da gramaticalidade de outras estruturas que apresentem processos derivados, especificamente o que se passa em relação ao comportamento dos chamados "estados faseáveis" no contexto do operador *parar de*. Atenemos nos seguintes exemplos:

(18) a: ?? O João parou de gostar de linguística.

b: ?? O João parou de estar doente.

c: ?? O João parou de ser simpático.

Embora as opiniões dos falantes do Português sejam algo divergentes em relação a frases como as de (18), não nos parece muito descabido afirmar que elas comportam um maior ou menor grau de anomalia; ou seja, a combinação de *parar de* com estados "faseáveis" não se revela inteiramente "feliz".

Se as nossas observações estão certas (e ignorando os casos de formação de processos a partir da iteração de eventos), *parar de* parece, de algum modo, ser "sensível" ao facto de um processo fazer parte integrante do esquema aspectual "básico", inerente a uma situação. Nesse sentido, apenas as situações que manifestem um processo na sua estrutura aspectual "básica" são susceptíveis de se combinarem com tal operador; aquelas cuja "fase" processual resulta de derivações na Rede Aspectual estão impossibilitadas de ocorrer nesse tipo de contexto.

Uma hipótese a considerar seria a da aplicação do operador *parar de* num momento anterior ao de quaisquer outras "transições" no interior da Rede; isto explicaria o facto de apenas situações contemplando um processo "básico" poderem surgir no escopo de tal operador. Esta proposta enfrenta, contudo, algumas dificuldades, sobretudo no que respeita à possibilidade de comparência de *parar de* com processos formados por iteração de eventos (cf. "O João parou de espirrar").

A determinação do "output" para *parar de* enfrenta, de igual modo, alguns obstáculos, que derivam, essencialmente, de uma relação pouco clara entre a estrutura e os adverbiais temporais. Atentemos nas frases em (19) e (20):

(19) a: Parou de chover às 5 da tarde.

b: (??) Parou de chover durante meia hora.

c: (??) Parou de chover em meia hora.

(20) a: O João parou de escrever a tese às 5 da tarde.

b: (??) O João parou de escrever a tese durante 1 hora.

c: (??) O João parou de escrever a tese numa hora.

Mais uma vez, os dados sugerem-nos um "*output*" preferencial de tipo pontual ou momentâneo. O grande problema reside no facto de determinados falantes admitirem também a combinação das construções envolvendo *parar de* com adverbiais durativos e mesmo com adverbiais de "identificação de intervalos com eventos". Para estes falantes, o "*output*" de *parar de* poderá, por conseguinte, incluir, não apenas um ponto ou culminação, mas também um estado cessativo (cf. (19)b e (20)b) e até (uma parte d) o processo, a culminação (ou ponto) e o estado cessativo (cf. (19)c e (20)c).

Na sua concepção mais simples e consensual, no entanto, a descrição do operador *parar de* deverá contemplar como seu "*input*" um processo (não derivado(?)) e como seu "*output*" um ponto ou culminação (dependendo da consideração da presença e estatuto de um estado cessativo).

QUADRO III - DEIXAR DE E PARAR DE

operador	categoria-base	<i>input</i>	<i>output</i>
<i>deixar de</i> 1	estado não faseável	estado não faseável	estado não faseável (cessativo)
<i>deixar de</i> 2	eventos e estados faseáveis	processo	evento pontual + estado cessativo
<i>parar de</i>	processos e processos culminados	processo básico	evento pontual (+ estado cessativo)

3.1.4 - *Acabar de*

Mesmo uma abordagem muito superficial de *acabar de* permitirá encarar este operador como veiculando o "final", a "conclusão" ou a "culminação" de um dado evento.

Quando integradas no enquadramento teórico de uma semântica de intervalos, as condições de verdade para *acabar de* poderão ser representadas do seguinte modo:

(21) *ACABAR DE* [*p*] é verdadeiro em *I* sse existe um intervalo *I'*, contendo *I*, tal que *I* é um momento de tempo, *I* é um subintervalo final de *I'* e *p* é verdadeiro em *I'*.

Se, neste caso, não existe qualquer variante do Paradoxo do Imperfectivo, frases como as de (22) poderão, no entanto, servir como suporte para uma discussão sobre a necessidade da (completa) realização de *p* para que *acabar de p* possa vir a ser verdadeiro: será que uma construção, formada a partir de *acabar de*, implica, obrigatoriamente, a verdade do todo do evento nela envolvido?

(22) a: Os abutres acabaram de devorar a zebra que os leões caçaram e comeram.

b: O António acabou de construir a casa que o avô tinha começado (a construir).

c: O João acabou de preparar o almoço que a mãe deixou quase pronto.

A questão central é a seguinte: poderemos inferir, a partir de (22)a,b,c, respectivamente, a verdade de frases do género de "Os abutres devoraram a zebra que os leões caçaram e comeram", "O António construiu a casa que o avô começou a construir" ou "O João preparou o almoço que a mãe deixou quase pronto"? Embora não seja nossa intenção aprofundar mais este ponto, ele poderá acabar por se constituir como um problema para a análise em (21).

Do que (21) efectivamente não dá conta é das restrições, em termos tipológicos, manifestadas por *acabar de*. À primeira vista, este operador parece ser possível com todas as classes aspectuais excepto estados (cf. (23)):

(23) a: * O meu casaco acabou de ser verde. (estado)

b: * O João acabou de ser português. (estado)

c: O João acabou de trabalhar. (processo)

d: Acabou de chover. (processo)

e: O João acabou de ler o livro. (processo culminado)

f: O Zé acabou de escrever a tese. (processo culminado)

g: O João acabou de sair. (culminação)

h: A Maria acabou de morrer. (culminação)

Uma observação mais atenta, contudo, revela que *acabar de*, quando combinado com culminações, representa, afinal, um operador bem diferente daquele que, sob a mesma forma linguística, se pode combinar com processos e processos culminados. Na verdade, *acabar de*, ocorrendo com "achievements", demonstra um comportamento, de certo modo, muito específico: parece não ser possível no contexto de adverbiais de localização temporal que situem o estado de coisas num passado "remoto" ou "distante" relativamente ao tempo da enunciação ou a um qualquer Ponto de Perspectiva Temporal, no sentido de Kamp e Reyle (1993) (cf. (24)), de adverbiais temporais (cf. (25) e de expressões envolvendo agentividade (cf. (26)):

(24) a: Ontem, o João acabou de trabalhar às 5 horas.

b: Ontem, o João acabou de ler o livro às 5 horas.

c: * Ontem, o João acabou de sair às 5 horas.

(25) a: O João acabou de trabalhar às 5 horas.

b: O João acabou de ler o livro às 5 horas.

c: ??/* O João acabou de sair às 5 horas.

d: O João acabou de trabalhar em 5 minutos.

e: O João acabou de ler o livro em 5 minutos.

f: ??/* O João acabou de sair em 5 minutos.

(26) a: João, acaba de trabalhar!

b: João, acaba de ler o livro!

c: * João, acaba de sair!

d: A mãe pediu ao João para acabar de trabalhar.

e: A mãe pediu ao João para acabar de ler o livro.

f: * A mãe pediu ao João para acabar de sair.

A acreditar nos dados de (24), o operador *acabar de* que ocorre com culminações não comporta somente informação aspectual; ele desempenha também um importante papel em termos temporais. Parece, com efeito, existir aqui uma intrincada interacção entre tempo e aspecto, o que nos levou a desistir, por agora, de uma qualquer tentativa de proposta para o

tratamento de tal operador, já que todo o esforço nesse sentido passaria pela consideração de factores temporais muito complexos que não fazem parte do objecto de estudo deste capítulo.

Vamos, assim, restringir a nossa atenção ao operador *acabar de* que ocorre com processos e processos culminados e que, segundo parece, manifesta as suas consequências, essencialmente, ao nível aspectual.

Quais são as condições necessárias para que *acabar de* possa comparecer? Como vimos atrás (e tendo em conta que *acabar de* com culminações representa um operador de tipo bastante diferente), a nossa expressão restringe-se a processos e processos culminados. Ora, o que há de comum entre estas duas classes aspectuais é, naturalmente, a presença de uma "fase" processual na constituição da sua estrutura interna. Logo, *acabar de* tomará como seu "*input*" (i.e., exigirá como condição necessária para a sua ocorrência) um processo. Sabendo nós que este operador não pode, em princípio, comparecer com culminações e considerando válidos exemplos como os de (27), que indiciam fortemente a sua impossibilidade com estados "faseáveis", poderemos ir um pouco mais longe e sustentar que *acabar de* toma como seu "*input*" um processo "não derivado" (embora devamos ser cautelosos quanto a esta proposta, tendo em vista as mesmas dificuldades que nos surgiram na análise de *parar de*, ou seja, a possibilidade de *acabar de* com processos obtidos por iteração de eventos, como ilustrado em "O João acabou de espirrar").

(27) a: ??/* O João acabou de gostar de linguística.

b: ??/* O João acabou de ser simpático às 5 horas.

c: ??/* O João acabou de estar doente.

Para avaliarmos correctamente as propriedades do "*output*" de *acabar de*, atentemos nas possibilidades de combinação do operador com os adverbais temporais, apresentadas nos exemplos de (28) e (29):

(28) a: O João acabou de trabalhar às 5 horas.

b: (??) O João acabou de trabalhar em 5 minutos.

c: ?? O João acabou de trabalhar durante 5 minutos.

- (29) a: O João acabou de almoçar às 2 horas.
 b: O João acabou de almoçar em 5 minutos.
 c: ?? O João acabou de almoçar durante 5 minutos.

O "*output*" preferencial para *acabar de* é, tipicamente, uma culminação, ou seja, um evento pontual que está obrigatoriamente associado a um estado resultativo (se "O Pedro acabou de ler o livro", então, necessariamente, "O livro está lido (pelo Pedro)"; ou, se "A Rita acabou de pintar a casa", então "a casa está pintada"). Isto significa que, aos processos, são "acrescentadas" culminações que se constituirão como o "*output*" de *acabar de*. Existe também, pelo menos para alguns falantes, a possibilidade de tomar o "*output*" de *acabar de* como constando, não apenas da culminação, mas também de (parte d) o processo preparatório; sob esse ponto de vista, o "*output*" para *acabar de* seria um processo culminado.

Em resumo, e com base nas observações já feitas, diremos que o "*input*" para *acabar de* é, basicamente, o mesmo que para *parar de*: um processo "não derivado". O seu "*output*", porém, é um pouco diferente: enquanto *parar de* toma um ponto associado a um estado cessativo como seu "*output*", *acabar de* manifesta uma culminação, no pleno sentido da palavra, (um evento pontual associado a um estado resultante) como consequência da sua aplicação.

Embora aparentemente semelhante a esta, a construção *acabar por* (como em "O João acabou por ir ao cinema" ou "A Maria acabou por ficar doente") envolve, contudo, problemas semânticos bastante diversos, na medida em que não se comporta como um operador aspectual típico. Por isso mesmo, não procederemos, aqui, à sua análise.

QUADRO IV - ACABAR DE

operador	categoria-base	<i>input</i>	<i>output</i>
<i>acabar de</i>	processos e processos culminados	processo básico	culminação (ou processo culminado)

3.1.5 - *Andar a*

Muito informalmente, é possível dizer que *andar a* descreve a ocorrência "iterada", "prolongada" ou "frequente" de um evento ou de parte(s) de um evento.

O facto de *andar a* envolver a noção de "frequência" torna o seu tratamento por uma semântica de intervalos bastante complexo, já que este suporia a utilização de novos conceitos (como o de "pausa", por exemplo) e a introdução, no cálculo das condições de verdade para o operador, de múltiplos eventos (ou de "fases" de evento). No entanto, havendo factores que contra-indicam uma tal abordagem, escusamo-nos a tentar, aqui, uma proposta de análise com fundamentos neste enquadramento teórico.

Um facto que escapa, em princípio, a uma teoria deste género é a "espécie" de Paradoxo do Imperfectivo que, também no presente caso, se pode observar. Assim, se "O João andou a ler este livro" é verdadeiro, isso não significa que "O João leu este livro" o seja obrigatoriamente. O mesmo se pode dizer da relação que se estabelece entre "O Miguel andou a ganhar o concurso" e "O Miguel ganhou o concurso".

Uma outra questão que deve ser considerada, no sentido de alcançarmos uma análise apropriada para *andar a*, diz respeito às restrições tipológicas associadas à semântica deste operador. Tipicamente, todas as categorias aspectuais, excepto estados "não faseáveis", se podem combinar com ele, como os exemplos de (30) nos mostram:

(30) a: * O meu casaco anda a ser verde. (estado)

b: * O João anda a ser português. (estado)

c: O João anda a ser simpático. (estado "faseável")

d: O João anda a viajar. (processo)

e: O João anda a ler este livro. (processo culminado)

f: A Ana anda a sair à noite. (culminação)

g: O João anda a morrer. (culminação)

h: O João anda a espirrar. (ponto)

A conjugação da ocorrência de (uma espécie de) Paradoxo do Imperfectivo com a observação destes exemplos permite colocar a hipótese de que o "input" para *andar a* é, muito provavelmente, de tipo processual. Isto significa, portanto, que todas as eventualidades, antes de se combinarem com este operador, devem ser convertidas em processos. Tal hipótese fornece uma explicação adequada para alguns comportamentos típicos da construção aqui sob análise: em primeiro lugar, exclui a possibilidade de comparência de estados "não faseáveis" neste tipo de estrutura (cf. (30)a,b); em segundo, dá conta do facto de "andar a ler um livro" não implicar necessariamente "ler um livro".

O modo de conversão das diversas categorias aspectuais em processos é muito semelhante ao que propusemos para o "input" do Progressivo: os estados "faseáveis" passam, no interior da Rede Aspectual, a processos; os "accomplishments" perdem a culminação, mantendo apenas a sua fase preparatória; os "achievements", tanto podem dar origem a processos por iteração (Ex: (30)f), como pelo "acréscimo" de uma actividade à culminação, que depois é retirada (Ex: (30)g). Finalmente, os pontos passam a processo através da sua iteração.

O "output" para *andar a* é, em geral, de tipo estativo, como os resultados dos "testes" em (31) permitem comprovar:

- (31) a: * O João está a andar a viajar.
b: * A mãe persuadiu o João a andar a viajar.
c: * João, anda a viajar!
d: O João andou a viajar voluntariamente.
e: * O que o João fez foi andar a viajar.
f: O João anda a viajar (neste momento).
g: ?? O João começou a andar a viajar.
h: ??? Quando a Maria chegou, o João andou a viajar.
i: ??/* Quando o João andou a viajar, a Maria chegou.
j: Quando o João andava a viajar, a Maria chegou.

Mas, de que género de estado se tratará? Geralmente, *andar a* veicula uma "ocorrência frequente" (ou, pelo menos, "prolongada") de processo(s). O contraste entre construções

progressivas e com *andar a* ajuda-nos a elucidar melhor esta questão. Assim, as estruturas progressivas podem ocorrer com adverbiais durativos que remetam para intervalos de tempo muito curtos, ao contrário do que sucede com o operador *andar a* (cf. (32)):

(32) a: O João esteve a ler o livro durante 5 minutos.

b: ?? O João andou a ler o livro durante 5 minutos.

c: O João esteve a rir uns segundos.

d: ?? O João andou a rir uns segundos.

Resumindo: a acreditar no que foi proposto até ao momento, o operador *andar a* tomará como seu "input" obrigatório um processo (básico ou "derivado"), tal como, de resto, sucede com as formas do Progressivo. No entanto, estas duas estruturas parecem revelar algumas diferenças (embora não muito significativas) ao nível dos seus "outputs": apesar de ambas mostrarem um claro comportamento estativo, as construções progressivas remetem, preferencialmente, para um estado que apenas contempla a informação do "desenrolar" ou da "progressão" da eventualidade envolvida, enquanto *andar a* parece incluir, nas suas propriedades semânticas, também a ideia de "frequência" ou, pelo menos, a de "prolongamento" da situação. Esta distinção não se mostra, contudo, perfeitamente nítida para a totalidade dos falantes do Português. Com efeito, o paralelismo entre *andar a* e o operador de Progressivo poderá ser levado muito mais longe; ele não se esgota nas semelhanças ao nível dos seus "inputs" e "outputs" respectivos, estendendo-se igualmente ao comportamento e propriedades de outras construções aparentadas. Não é, certamente, casual a proximidade que podemos surpreender entre construções como *estar para* e *andar para*, presentes, por exemplo, em frases como "O João está para ir ao Brasil há mais de dois anos" e "O João anda para ir ao Brasil há mais de dois anos". Não nos deteremos, porém, nos pormenores de análise de tais estruturas (cf. 2.5, para uma abordagem de *estar para*), pois, neste momento, o nosso objectivo foi, somente, o de ilustrar a proximidade entre elas.

QUADRO V - ANDAR A E ESTAR A

operador	categoria-base	<i>input</i>	<i>output</i>
<i>andar a</i>	eventos e estados faseáveis	processo	estado habitual ou frequentativo
<i>estar a</i>	eventos e estados faseáveis	processo	estado progressivo

Sistematizando:

Os diversos operadores aspectuais analisados ao longo deste capítulo, porque geralmente sujeitos ao designado Paradoxo do Imperfectivo, não podem ser tratados recorrendo apenas a uma semântica de intervalos. A sua caracterização em termos de “operações aspectuais” parece-nos bem mais adequada. Os Quadros VI e VII organizam os operadores em relação aos seus “*inputs*” e “*outputs*” respectivos.

QUADRO VI - INPUTS

estado preliminar de processo	processo (básico ou derivado)	processo básico	estado não faseável
começar a	continuar a 2	parar de	continuar a 1
	deixar de 2	acabar de	deixar de 1
	andar a		
	estar a		

QUADRO VII - OUTPUTS

processo	evento pontual	evento pontual associado a estado cessativo	culminação	estado progressivo	estado habitual	estado não faseável
continuar a 2	começar a	parar de	acabar de	estar a	andar a	continuar a 1
		deixar de 2				deixar de 1

3.2 - A ARTICULAÇÃO DO PROGRESSIVO COM ALGUNS OPERADORES ASPECTUAIS

Após uma breve análise do comportamento e das propriedades de alguns dos operadores aspectuais mais frequentes no Português, tentada em 3.1, torna-se desejável iniciar a discussão acerca das diversas relações que se podem (ou não) estabelecer entre estes e o Progressivo. Será sobre elas que vamos reflectir um pouco.

Uma das questões mais interessantes, neste campo, prende-se com os tipos de interacções, em termos de escopo, que é possível surpreender entre os operadores. Na verdade, o Progressivo, tanto pode comparecer com escopo largo (i.e., ter escopo sobre um outro operador), como com escopo estreito (cf. os casos em que um operador tem escopo sobre o Progressivo), o que provocará, naturalmente, diferenças, em termos semânticos, no que respeita à interpretação aspectual das expressões.

Se as diferenças de escopo entre operadores correspondem, forçosamente, a divergências, sob o ponto de vista semântico, na interpretação das expressões, isso deverá ser tomado em conta numa qualquer proposta de análise. Estará a abordagem que temos vindo a desenvolver aqui em condições de fornecer uma descrição adequada dos factos? Responderá satisfatoriamente aos problemas que se nos deparam? Vejamos alguns pontos a que uma teoria deste género terá de ser sensível.

Um factor importante a considerar diz respeito à questão da **composicionalidade**: os diferenciais de escopo devem reflectir as propriedades de cada um dos operadores envolvidos, bem como a hierarquia das relações que entre eles se estabelecem.

Um outro problema a encarar prende-se com a **compatibilidade semântica** entre os diversos operadores: assumindo o significado aspectual final de cada expressão (aspectualmente complexa) como o produto (composicional) da interacção dos seus constituintes, a nossa proposta deverá dar conta, única e exclusivamente, das combinações que são permitidas pelas características próprias dos operadores, excluindo, assim, todos os casos de incompatibilidade de propriedades.

Todas as nossas hipóteses e propostas de tratamento só poderão ser consideradas válidas, portanto, se ultrapassarem, com sucesso, estes obstáculos: por um lado, é necessário ter em conta o carácter composicional e hierarquizado das estruturas com múltiplos operadores; por outro, é muito importante explicar os casos de anomalia semântica à luz da incompatibilidade de traços aspectuais.

Concretizaremos melhor estas observações através da análise de alguns casos particulares de interacção entre a construção progressiva e os operadores apresentados em 3.1.

1. **Começar a.** Tal como acontece com todos os outros eventos pontuais, as predicções que envolvem *começar a* podem surgir no interior do escopo do Progressivo. É o que os exemplos de (33) nos mostram:

(33) a: O João está a começar a almoçar.

b: O Zé estava a começar a ler um livro quando cheguei.

c: A Ana está a começar a construir a sua casa nova.

Nestes casos, é acrescentado à eventualidade em questão um processo preparatório, sendo a "fase" momentânea, relativa a *começar a*, que serviu como ponto de partida, posteriormente eliminada, de forma a obtermos um processo, o "input" requerido para a aplicação do Progressivo. A confirmar esta hipótese de transição na Rede Aspectual está o comportamento das estruturas em causa relativamente ao designado Paradoxo do Imperfectivo. (34) serve para ilustrar os factos:

- (34) a: O João esteve (mesmo) a começar a almoçar, mas não começou, pois foi interrompido por um telefonema.
- b: A Mariana esteve (quase) a começar a construir a sua casa de campo, mas não o fez por falta de dinheiro.

Como esperado, o efeito do Progressivo é o de "transformar" o processo que lhe serve de "input" numa eventualidade estativa.

Muito mais complexos e problemáticos são os casos em que o operador *começar a* apresenta escopo largo sobre o Progressivo. A análise desta interacção torna-se ainda mais difícil se tivermos em conta que nem sempre os falantes do Português estão totalmente de acordo quanto à avaliação ou apreciação do seu valor e grau de aceitabilidade/gramaticalidade. Embora não tenha sido feita uma recolha sistemática e exaustiva de opiniões, notámos que há duas posições principais em relação a este tipo de estruturas: alguns falantes admitem, pelo menos teoricamente, a existência de tais combinações, mas mostram-se incapazes de as processar, tanto ao nível da formulação de paráfrases, quanto em relação à enorme dificuldade (para não dizer quase impossibilidade) demonstrada na produção ou criação de contextos em que elas possam comparecer. Um segundo grupo de falantes, por seu lado, rejeita liminarmente, e à partida, frases como as que se seguem:

- (35) a: ??/* O João começou a estar a correr.
- b: ??/* O João começou a estar a construir a sua nova casa.
- c: ??/* A Ana começava a estar a escrever a tese quando o telefone tocou.

Poderemos, com base na nossa caracterização dos operadores, explicar uma relação tão complexa? Sem querermos dar respostas definitivas, apresentaremos, tentativamente, uma hipótese que procura acomodar devidamente estes factos.

Para os falantes que admitem, em princípio, este género de interacções, mas para quem o seu processamento é praticamente impossível, sugerimos que as construções que envolvem um estado progressivo são encaradas como de tipo "faseável". Nessa medida, seria possível convertê-las em processos, transição requerida, como procurámos mostrar, para que uma eventualidade se possa combinar com *começar a*. Qual é, então, a causa da dificuldade de processamento? Tipicamente, *começar a* requer, para seu "input", uma "fase" preliminar de um processo. Isso pode ser conseguido directamente a partir das predicções-base, como vimos em 3.1.1. No entanto, o efeito do Progressivo seria totalmente anulado, nestes casos: se o efeito do Progressivo é o de tornar estativos "inputs" processuais, e se, para se poderem combinar com *começar a*, os estados têm de se converter previamente em processos (i.e., neste caso, voltar ao seu ponto de partida), então parece ser possível concluir que a presença de *estar a*, em tais construções, é perfeitamente irrelevante, servindo apenas para complexificar e dificultar o processamento das estruturas. Dito de outra forma, frases como "O Miguel começou a correr" e "?? O Miguel começou a estar a correr" seriam, basicamente, equivalentes, idênticas, em termos de significação: ambas teriam como "input" necessário uma fase preliminar de um processo e como "output" um evento pontual: remeteriam exactamente para a mesma situação. Nesse sentido, a explicação para os exemplos em (35) passaria pela ideia de que a sua estrutura, relativamente a "começar a *p*" (em que *p* é uma predicção não progressiva), não só é pouco económica, na medida em que requer diversas operações na Rede Aspectual, mas também acaba por se revelar inútil, semanticamente irrelevante, já que equivale, em termos aspectuais, à sua congénere não Progressiva. Daí, certamente, a (total) impossibilidade de encontrarmos contextos propícios à sua comparência.

A acrescentar a tudo isto, e para os falantes que rejeitam completamente qualquer possibilidade de existência de um tal tipo de construção, há ainda a hipótese adicional de eles considerarem o estado Progressivo como sendo de tipo "não faseável". Isto significaria, em última instância, que as formas que constituem o "output" do Progressivo não poderiam passar a processos, o que se constituiria como impedimento suficiente para os restantes requisitos

necessários à aplicação de *começar a*. A sua agramaticalidade seria, portanto, semelhante à de frases como "* O meu casaco começou a ser verde".

2. *Continuar a*. Como observámos em 3.1.2, *continuar a* tem dois "outputs" possíveis: um de tipo estativo e outro processual. Este facto será, naturalmente, muito relevante ao nível das suas possibilidades combinatórias com outros operadores, como veremos em seguida.

Quando o "output" de *continuar a* é um estado "não faseável", esta estrutura não será encontrada, em princípio, sob o escopo do Progressivo, já que não há qualquer possibilidade da sua passagem a processo, o "input" requerido para que tal viesse a acontecer. Os exemplos em (36) parecem estar de acordo com o que acabámos de dizer:

(36) a: * O meu casaco está a continuar a ser verde.

b: * O João está a continuar a ser Português.

No entanto, quando *continuar a* descreve um processo, a sua comparência no interior do escopo do Progressivo é perfeitamente aceitável: neste caso, a forma progressiva converte o processo em estado progressivo (notemos que, aqui, a actividade em questão é algo diferente daquela que se constituiu como o "input" de origem para *continuar a*, devido ao efeito deste operador aspectual, como proposto em 3.1.2.):

(37) a: O João estava a continuar a correr.

b: A Maria está a continuar a ler este livro.

c: O Rui esteve a continuar a ver televisão durante mais algum tempo.

Por outro lado, não deveriam existir quaisquer restrições quanto à presença de formas progressivas sob o escopo do operador *continuar a* (pelo menos em teoria). As frases que envolvem tal interacção parecem, contudo, algo anómalas. Vejamos os exemplos seguintes:

(38) a: ?? O João continuou a estar a correr.

b: ?? A Maria continuou a estar a ler este livro.

Se é certo que a nossa teorização não fornece qualquer pista que conduza a uma explicação satisfatória dos factos observados, não será de todo descabido admitir, talvez, que a anomalia inerente a estas frases se deva à concorrência de uma estrutura bastante mais simples, mas com resultados praticamente idênticos, i.e., a construção sem a presença do Progressivo, como em "O João continuou a correr". Embora categorialmente diferente, o conteúdo semântico desta construção, para efeitos da aplicação do operador *continuar a*, será mais ou menos o mesmo que o daquela que integra o Progressivo, a qual, no entanto, requer mecanismos bem mais complicados para o seu devido processamento. Em última instância, a inadequação dos exemplos de (38) derivará, na sua origem, de uma mera questão de "economia" de processamento.

3. **Deixar de.** Tal como sucede com *continuar a*, as frases que se constroem a partir do operador *deixar de*, tanto podem ostentar um comportamento estativo, como veicular um evento momentâneo. Se as nossas hipóteses estão correctamente formuladas, isso terá necessariamente consequências ao nível da combinação do operador com o Progressivo.

Quando *deixar de* manifesta um comportamento estativo, nem sempre é muito claro o valor de gramaticalidade dos exemplos em que uma tal estrutura se encontra no âmbito do Progressivo. Se as frases de (39) forem consideradas anómalas, então podemos dizer que estamos perante um estado "não faseável"; se, pelo contrário, alguns falantes as considerarem aceitáveis, teremos de defender o carácter "faseável" dos estados formados a partir de *deixar de* (o que trará, contudo, alguns problemas ao tratamento esboçado para este operador em 3.1.3):

(39) a: (??/*) O meu casaco está a deixar de ser verde.

b: (??/*) O João está a deixar de ser português.

c: (??/*) A Ana está a deixar de ser nova.

Se *deixar de* manifesta um evento pontual, a sua combinação com o Progressivo faz-se, em princípio, sem grandes problemas (embora, às vezes, suponha uma leitura preferencialmente iterada, frequente ou habitual da eventualidade "primitiva", como podemos constatar pelos exemplos de (40)):

- (40) a: O João está a deixar de fumar.
b: A Maria está a deixar de dar aulas.
c: O Rui está a deixar de ir ao cinema.

Nestes casos, a eventualidade momentânea, manifestada pelo “*output*” da estrutura *deixar de*, converte-se em actividade da forma habitual, ou seja, sendo “acrescentada” de um processo preparatório e, logo em seguida, eliminada. O seu comportamento face ao Paradoxo do Imperfectivo é sintomático a este respeito:

- (41) a: O João esteve a deixar de fumar mas não deixou.
b: A Maria esteve a deixar de trabalhar mas não o fez.

Aqui, tal como em todos os outros casos observados até este momento, o efeito do Progressivo resume-se a converter o “*input*” processual numa situação estativa.

Também o operador *deixar de* pode ter escopo largo sobre as formas progressivas, como ilustrado em (42):

- (42) a: O Miguel deixou de estar a ler as cartas e passou a atender os telefonemas.
b: A Maria deixou de estar a trabalhar na fábrica para ir trabalhar para o escritório.

Embora bem formadas, estas frases são, quase sempre, preteridas em relação a outras, equivalentes, mas com uma estruturação interna mais simplificada e, conseqüentemente, de processamento mais fácil e rápido.

4. **Parar de.** Sendo o suporte de uma eventualidade pontual, a construção que envolve *parar de* pode surgir, sem causar grandes problemas, dentro do escopo do Progressivo, desde que convertida, previamente, em processo, através da “adição” de uma “fase” preparatória e da “supressão” da “fase” momentânea inicial (daí que “O Zé esteve a parar de fumar mas não parou” seja uma frase natural). Os exemplos de (43) ilustram bem este tipo de interacção.

- (43) a: Está a parar de chover.
b: O João está a parar de fumar.
c: O Zé estava a parar de chorar quando caiu outra vez.

O surgimento de formas progressivas sob o escopo de *parar de* parece, pelo contrário, praticamente impossível, como as frases de (44) atestam.

- (44) a: * O João parou de estar a fumar.
b: * A Maria parou de estar a ler um livro.
c: * O João parou de estar a chorar.

Esta anomalia não é, no entanto, surpreendente, na medida em que, tal como proposto em 3.1.3, *parar de* toma, como seu "input" obrigatório, um processo "não derivado". Descrevendo as formas progressivas um estado, elas não se podem assumir como candidatos credíveis para servirem de "input" a *parar de*, o que vai excluir, à partida, as construções em causa.

5. **Acabar de.** O comportamento das construções com *acabar de* sob o escopo do operador de Progressivo obedece exactamente aos mesmos princípios que norteiam o de quaisquer outras culminações em idêntico contexto. Assim, estas estruturas têm de se converter previamente em processos (por "adição" de uma fase preparatória e "supressão" da culminação; cf. "O Carlos esteve a acabar de ler o livro mas não conseguiu" ou "A Rita esteve a acabar de escrever a tese, mas não acabou"), de modo a encontrarmos o "input" desejado. Só então o Progressivo estará em condições de "transformar" os processos assim conseguidos em estados de "progressão" (cf. (45):

- (45) a: O João esteve a acabar de comer a sopa.
b: O presidente está a acabar de discursar.
c: Estava a acabar de chover quando saímos.

Mas, o que se passa quando tentamos integrar estruturas com o Progressivo no interior do escopo de *acabar de*? Tipicamente, o resultado é algo anómalo, como podemos observar pelos exemplos em (46):

- (46) a: * O João acabou de estar a trabalhar às 5 horas.
b: * Ontem, acabámos de estar a ler este livro.
c: * O Rui acabou de estar a viajar no dia 2 de Maio.

Mais uma vez, os resultados não são surpreendentes, à luz da teoria que temos vindo a apresentar. Na realidade, eles podem ser explicados pelo facto de *acabar de* (à semelhança de *parar de*) apenas admitir, para seu "input", processos "não derivados". Como já referimos em várias ocasiões, as frases no Progressivo são estativas. Ora, o operador *acabar de* parece não poder comparecer com nenhum tipo de estado, como nos parece fácil constatar por frases do género de "* O João acabou de estar doente no domingo", "* O João acabou de gostar de linguística depois do congresso" ou "* O João acabou de saber linguística quando finalizou o seu curso". Como estativas que são, as frases progressivas parecem manifestar uma grande dificuldade em se integrarem no escopo do operador *acabar de* (tal como, de certo modo, sucede com todos os outros estados, independentemente de serem ou não "faseáveis").

6. *Andar a*. Se as nossas hipóteses, em 3.1.5, estão certas, podemos afirmar que as estruturas que envolvem *andar a* descrevem, basicamente, eventualidades de tipo estativo. De acordo com o seu comportamento face aos critérios de estatividade, diremos mesmo que nos encontramos perante estados de tipo "não faseável". Estes dados permitem explicar a impossibilidade de tais construções sob o escopo do Progressivo, na medida em que não se podem converter em processos, factor imprescindível para que tal pudesse vir a acontecer. Os exemplos em (47) confirmam o que foi dito:

- (47) a: * O João está a andar a trabalhar.
b: * A Maria está a andar a ler este livro.
c: * A Ana está a andar a sair à noite.

Os casos em que o Progressivo surge no interior do escopo do operador *andar a* são igualmente problemáticos. Poderemos explicar a anomalia que lhes está associada de duas maneiras distintas: se as formas progressivas manifestam o seu "output" através de um estado "faseável", este teria de se (re)converter na situação de origem no "input", um processo, para surgir em interacção com *andar a*, o que tornaria o efeito do Progressivo completamente irrelevante e o processamento das frases desnecessariamente complexo; se *estar a* introduzir um estado "não faseável", este não se poderá converter em processo, o "input" obrigatório para a aplicação de *andar a*. Seja como for, a anomalia, nestes casos, é bem evidente, como os exemplos de (48) sugerem:

(48) a: * O João andou a estar a trabalhar.

b: * A Maria anda a estar a ler este livro.

c: * A Ana anda a estar a sair à noite.

Parece, pois, ser lícito concluir, com base na observação dos resultados de algumas interacções que se podem estabelecer entre o Progressivo e outros operadores aspectuais, que a teoria que tem vindo a ser desenvolvida ao longo das páginas precedentes responde, de modo bastante satisfatório, a um grande número de questões e problemas, ajudando-nos a compreender certas diferenças em termos de possibilidades combinatórias entre operadores.

Sistematizando:

A possibilidade de combinação de mais do que um operador aspectual comporta algumas consequências interessantes.

- A ordem linear das palavras parece dar indicações sobre as relações de escopo entre operadores: tipicamente, o primeiro operador parece ter escopo sobre o(s) seguinte(s).

- A caracterização semântica das frases que envolvem mais do que um operador aspectual deve ter em conta, não só o carácter composicional e hierarquizado destas estruturas, como também a compatibilidade (ou incompatibilidade) dos seus traços semânticos característicos.

- Quase todos os operadores aspectuais podem surgir no interior do escopo do Progressivo, desde que convertidos em processo, o “*input*” requerido por esta construção. Exceptuam-se, naturalmente, aqueles cujo “*output*” é um estado “não faseável”, como é o caso de *andar a*.

- O Progressivo, por seu lado, apresenta alguma dificuldade em surgir sob o escopo de outros operadores, seja devido ao seu carácter estativo, seja por razões de economia de processamento e concorrência com outras formas equivalentes mas mais simples.

- Como era de prever, as assimetrias de escopo reflectem-se nas divergências ao nível da gramaticalidade/aceitabilidade das construções analisadas.

3.3 - O PROGRESSIVO E AS CONSTRUÇÕES PREDICATIVAS COM ADJECTIVO

Embora muito houvesse a dizer sobre as chamadas **construções predicativas adjectivais**, não está no âmbito do presente trabalho apresentar um tratamento aprofundado deste tipo de estruturas. Limitar-nos-emos, portanto, a esboçar uma breve caracterização de algumas delas, realçando, essencialmente, as suas propriedades aspectuais e tentando descrever o seu comportamento relativamente ao operador de Progressivo.

A importância que o factor aspecto desempenha nas estruturas que nos propomos discutir ao longo desta secção está bem patente em exemplos como os de (49) e (50):

(49) a: O João é feliz.

b: O João está feliz.

c: O João continua feliz.

d: O João anda feliz.

e: O João ficou feliz.

- (50) a: A Maria é morena.
b: A Maria está morena.
c: A Maria continua morena.
d: A Maria anda morena.
e: A Maria ficou morena.

Como veremos seguidamente, uma explicação adequada para as diferenças semânticas entre frases deste género terá que passar, em grande parte, pela análise do seu conteúdo aspectual.

1. *Ser* vs. *Estar*. Frases como as presentes em (51) atestam que a selecção de *ser* ou de *estar*, no contexto das predicacões adjectivais, não é propriamente indiferente:

- (51) a: A Maria não está bonita; ela é bonita.
b: Esta casa não é fria, mas hoje está muito fria.
c: O João é português.
d: * O João está português.
e: * A Rita é grávida.
f: A Rita está grávida.

Tradicionalmente, as divergências, ao nível do significado, que se podem surpreender entre *ser* e *estar* são identificadas com oposições do género de inerente vs. transitório ou permanente vs. temporário. Os casos ilustrados pelas frases de (52), no entanto, colocam sérias reservas a uma tal concepção:

- (52) a: O João está morto.
b: A Maria é muito jovem.

Tipicamente, o estado de coisas em (52)a, que envolve *estar*, parece ser mais "permanente" (ou menos "transitório") do que o de (52)b, que encorpora *ser*. Torna-se, por isso, necessário

rever os termos da distinção entre estes verbos, de maneira a acomodar melhor os exemplos que acabámos de observar.

Uma tentativa para solucionar uma questão tão complexa é-nos apresentada em Mateus et al. (1989), 5.4.1, com base em observações de Carlson (1977). Segundo esta proposta de análise, *ser* daria conta de propriedades de indivíduos (i.e., caracterizaria directamente as entidades em causa), enquanto *estar* veicularia propriedades de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos (ou seja, descreveria propriedades de "fases" ou "períodos" associados às entidades). Vai ser a **perspectiva** que cada sujeito falante quer imprimir à situação, conjugada com a sua natureza (e não a sua duração concreta), que aqui estará subjacente. Ou seja, enquanto a oposição permanente vs. transitório se baseia na simples "duração" dos estados e a dicotomia inerente vs. acessório apenas nos atributos das entidades envolvidas, a nova proposta aqui adiantada focaliza sobretudo uma interacção complexa entre perspectivação "subjectiva" e propriedades típicas dos predicadores envolvidos. Com este tipo de tratamento, poderemos dar conta dos seguintes factos: se é verdade que "A Maria é bonita", isso significa que a proposição expressa por "A Maria está bonita" terá de ser necessariamente verdadeira em diversas ocasiões (i.e., para que uma dada propriedade possa ser atribuída a um indivíduo, é necessário que caracterize (no mínimo) pelo menos algumas das suas manifestações temporalmente limitadas); porém, para que "A Maria está bonita" seja uma frase verdadeira, não é necessário que a verdade da sua equivalente com *ser* esteja implicada (i.e., para que a atribuição de uma propriedade a uma manifestação temporalmente limitada de um indivíduo possa acontecer, não é obrigatório que uma tal propriedade seja atribuída directamente à entidade em questão). (Esta análise vai ser igualmente útil quando tentarmos explicar a combinação das estruturas sob observação com o Progressivo.)

Devemos notar, desde já, que a oposição que acabámos de estabelecer é, em certa medida, (relativamente) independente da distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis": na realidade, predicacões envolvendo o verbo *ser*, que atribuem, por conseguinte, de forma directa, propriedades a indivíduos, tanto podem ser "faseáveis" (i.e., convertíveis em processos), como "não faseáveis" (i.e., de integração praticamente impossível na Rede Aspectual).

As construções predicativas adjectivais construídas com o verbo *ser* podem surgir, sem problemas, com formas progressivas, desde que previamente convertidas em processos, i.e., desde que descrevam estados "faseáveis". Vejamos os exemplos em (53):

- (53) a: A Maria está a ser simpática. (estado "faseável")
b: O João está a ser impertinente. (estado "faseável")
c: * O Zé está a ser português. (estado "não faseável")
d: * A mesa está a ser redonda. (estado "não faseável")

Quando as predicções envolvem *estar*, porém, a combinação com o Progressivo parece dar sempre origem a estruturas anómalas, como (54) sugere:

- (54) a: * O João está a estar doente.
b: * O João está a estar quieto.
c: * O João está a estar triste.

O caso torna-se tanto mais complicado, quanto sabemos que o verbo *estar* pode veicular estados "faseáveis" (cf. (55)):

- (55) a: O João começou a estar quieto.
b: João, está quieto!
c: A mãe persuadiu o João a estar quieto.

Carlson (1977) fornece-nos uma pista muito interessante para uma potencial resolução deste quebra-cabeças. Segundo o autor, uma das funções do Progressivo é a de perspectivar as predicções em que ocorre como manifestações temporalmente limitadas de indivíduos: "(...) among other things, the progressive seems to have the function of predicating a verb of a stage, but not of an individual." (p. 450). (Daí a escolha de *estar*, no Português, para a formação do Progressivo. Daí, também, o carácter temporalmente delimitado, característico das estruturas que integram *ser ADJ* sob o escopo do Progressivo.) Ora, sendo as construções predicativas adjectivais com *estar* o suporte típico e preferencial para a veiculação das propriedades de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos, o Progressivo tornar-se-ia um elemento redundante, supérfluo, ou até inútil, quando em interacção com tais estruturas, devendo, por isso, ser excluído das suas possibilidades combinatórias.

2. *Continuar ADJ*. As construções predicativas adjectivais que envolvem *continuar* manifestam, basicamente, o "prolongamento" ou "prosseguimento" de um determinado estativo. A sua combinação com o Progressivo parece resultar em anomalia, como os exemplos em (56) nos revelam:

(56) a: * O João está a continuar doente.

b: * A Maria está a continuar calada.

c: * O dia está a continuar quente.

Procuremos, pois, encontrar alguns factores que nos permitam justificar tal comportamento.

Em primeiro lugar, é conveniente referir que as estruturas adjectivais com *continuar* se ligam, muito estreitamente, às suas correspondentes com *estar*. Com efeito, parece existir uma relação de pressuposição semântica entre estas duas construções, de modo que "*continuar ADJ*" pressuporá "*estar ADJ* (antes)". Assim, se é verdade que "O João continua doente", podemos daí inferir que "O João esteve doente antes" também o é; e, tal como, de resto, é de prever, pelas próprias características desta relação semântica, mesmo quando "O João não continua doente" descreve uma situação verdadeira, a verdade da frase pressuposta mantém-se inalterada.

Mais sugestivo ainda é o facto de as construções adjectivais com *continuar* apenas comparecerem nos contextos em que as suas congéneres com *estar* são admitidas, constituindo-se, assim, como variantes contextuais recíprocas (cf. Mateus et al. (1989)):

(57) a: O João está contente.

b: * O João está português.

c: * A mesa está redonda.

(58) a: O João continua contente.

b: * O João continua português.

c: * A mesa continua redonda.

Tratando-se, do ponto de vista sintáctico, de uma variante contextual de *estar ADJ*, a forma *continuar ADJ* está sujeita a idênticas restrições combinatórias. Descrevendo propriedades de

manifestações temporalmente limitadas de indivíduos, as construções em causa não poderão ocorrer com o Progressivo, que terá, segundo Carlson (1977), exactamente o mesmo efeito, tornando-se desnecessariamente redundante.

Uma outra hipótese explicativa para a incompatibilidade das predicções adjectivais com *continuar* face às formas progressivas passará pela consideração do estado por elas descrito como sendo de tipo "não faseável". Infelizmente, o seu comportamento perante os "testes" não é muito esclarecedor a este respeito.

(59) a: * O João está a continuar quieto.

b: A mãe persuadiu o João a continuar quieto.

c: João, continua quieto!

d: (??) O que o João fez foi continuar quieto.

e: O João continua quieto (neste momento).

f: * O João começou a continuar quieto.

g: (?) Quando a Maria chegou, o João continuou quieto.

h: Quando a Maria chegou, o João continuava quieto.

i: * Quando o João continuou quieto, ninguém falou.

Comportamentos como estes levam-nos a pensar que a noção de "faseabilidade", aplicável aos vários tipos de estativos, talvez seja mais realisticamente captada se substituirmos os traços de simples bipolaridade (positiva ou negativa) por um conceito mais "graduável" ou "escalar". Não estamos, porém, em condições de prosseguir, agora, uma via com implicações tão complexas.

3. **Andar ADJ.** Predicações adjectivais, integrando o verbo *andar*, manifestam uma certa ideia de frequência, iteração, ou até mesmo de "habitualidade", em relação a dados estativos. Mais uma vez, a combinação com o Progressivo não parece ser possível para estes casos ((60)):

(60) a: * O João está a andar doente.

b: * A Maria está a andar cansada.

c: * O tempo está a andar quente.

Como suporte de iteração, a construção *andar ADJ* não se pode aplicar directamente às entidades que predica, limitando-se, por isso, à veiculação de propriedades referentes a manifestações temporalmente limitadas de indivíduos. Nesse sentido, funcionará como uma variante contextual das estruturas com *estar*, o que pode ser confirmado pela observação dos exemplos em (61):

- (61) a: O João anda contente.
b: * O João anda português.
c: * A mesa anda redonda.

Uma hipótese explicativa para a incompatibilidade destas estruturas com as formas progressivas poderá, assim, ser muito semelhante à que adiantámos para as predicções adjectivais com *estar* e *continuar*: o Progressivo é excluído, pois a sua principal função (pelo menos no entender de Carlson (1977)) - a de dar conta de propriedades de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos - já está totalmente incorporada nos traços semânticos de *andar ADJ*.

Se considerarmos que as predicções adjectivais com *andar* representam necessariamente estados "não faseáveis" (cf. (61)b,c), este poderá surgir como um argumento adicional em favor da impossibilidade da sua combinação com o Progressivo. Contudo, o seu comportamento face aos "testes" de estatividade não é totalmente conclusivo a esse respeito:

- (62) a: * O João está a andar calado.
b: ? A mãe obrigou o João a andar calado.
c: ? João, anda calado!
d: (??) O que o João fez foi andar calado.
e: O João anda calado (habitualmente).
f: * O João começou a andar calado.
g: (??/*) Quando a Maria chegou, o João andou calado.
h: Quando a Maria chegou, o João andava calado.
i: * Quando o João andou calado, ninguém falou.

4. **Ficar ADJ.** A construção *ficar ADJ* dá conta, tipicamente, de "mudanças" ou "alterações" de estado e, ao contrário de todas as outras predicacões adjectivais aqui representadas, descreve eventos, em lugar de estativos. O seu comportamento relativamente aos "testes" propostos por Dowty (1979) é bastante esclarecedor a esse respeito, como os exemplos em (63) comprovam:

- (63) a: O João está a ficar calado.
b: A mãe persuadiu o João a ficar calado.
c: João, fica calado!
d: O João ficou voluntariamente calado.
e: O que o João fez foi ficar calado.
f: O João fica calado (* agora/frequentemente).
g: O João começou a ficar calado.
h: Quando a Maria chegou, o João ficou calado.
i: ?? Quando a Maria chegou, o João ficava calado.
j: Quando o João ficou calado, mais ninguém falou.

A observação do comportamento das estruturas em análise face aos adverbais temporais indicia que estamos perante culminações ou "achievements", embora com características algo "especiais":

- (64) a: A Maria ficou cansada às 3 horas da tarde.
b: A Maria ficou cansada durante uma semana.
c: ?? A Maria ficou cansada em 2 horas.
d: O João ficou furioso às 2 horas, quando recebeu a notícia.
e: O João ficou furioso durante umas horas.
f: ?? O João ficou furioso em 20 minutos.

Tal como sucede com todos os "achievements", as construções predicativas adjectivais com *ficar* toleram facilmente a presença de adverbiais pontuais. Mas, como explicar a possibilidade da sua ocorrência com expressões de duração? Uma hipótese a considerar remete-nos para a ideia de que, tratando-se de culminações, estas estruturas integrariam, explicitamente, o seu estado resultativo (implícito, como vimos em 1.1.5, na maioria dos "achievements"), na sua própria constituição "fásica" interna, o que permitiria a perspectivização durativa das eventualidades em questão.

Como qualquer outro evento, as culminações representadas por *ficar ADJ* poderão comparecer, sem levantar problemas, em frases com Progressivo, mesmo que o seu comportamento sugira fortemente que a construção em causa se trata de uma variante contextual de *estar ADJ* (cf. "* O Ricardo ficou Português" ou "* Correr ficou saudável"), tendo em conta que tal característica só parece ter uma efectiva relevância, em termos de restrições combinatórias, quando lidamos com estativos:

(65) a: O João está a ficar nervoso.

b: A Maria está a ficar triste.

c: O dia está a ficar quente.

Sistematizando:

No Quadro VIII sistematizaremos as correspondências, que acabámos de observar, entre algumas construções predicativas adjectivais e os seus valores aspectuais característicos.

QUADRO VIII - PROPRIEDADES ASPECTUAIS DAS CONSTRUÇÕES PREDICATIVAS ADJECTIVAIS

Construção Predicativa Adjectival	Valor Aspectual
<i>ser ADJ</i>	estado (propriedades de um indivíduo)
<i>estar ADJ</i>	estado (manifestações temporalmente limitadas de um indivíduo)
<i>continuar ADJ</i>	estado (manifestações temporalmente limitadas de um indivíduo)
<i>andar ADJ</i>	estado habitual ou frequentativo
<i>ficar ADJ</i>	culminação com estado resultante expresso

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizaremos a nossa exposição com uma referência muito sucinta à estrutura e à organização deste trabalho, discutindo depois algumas das questões que nos pareceram mais problemáticas e que nos suscitaram um maior número de dúvidas, seguindo-se uma rápida apresentação das conclusões que considerámos como sendo as mais relevantes, bem como de diversas propostas para trabalhos futuros.

I - Questões de Estrutura e Organização

Tendo seleccionado como objecto de estudo prioritário a semântica das formas com Progressivo no Português, optámos por uma estruturação tripartida para o nosso texto: na primeira parte, debatemos questões gerais sobre tempo e aspecto; a segunda foi sobretudo dedicada à análise semântica das formas progressivas; a última procurou surpreender algumas regularidades na interacção entre o Progressivo e outros operadores aspectuais, para além de observar o seu comportamento face a construções predicativas adjectivais.

Antes de procedermos a uma análise das propriedades semânticas da construção progressiva, afigurou-se-nos indispensável discutir certos problemas gerais, por forma a serem devidamente compreendidas algumas das opções que viemos a tomar. Assim, iniciámos o primeiro capítulo com uma abordagem crítica das principais teorias no campo da aspectologia

(Vendler (1967) em 1.1.1, Dowty (1979) em 1.1.2, Mourelatos (1981) em 1.1.3, Parsons (1990) em 1.1.4, Moens (1987) em 1.1.5 e Kamp e Reyle (1993) em 1.1.6). Com base nas múltiplas propostas debatidas, procurámos sistematizar as noções centrais de estado e de evento (cf. 1.2). Com o intuito de clarificar o conceito de Aspecto, contrastámo-lo com outros que com ele partilham certas afinidades: em 1.3 observámos que existem muitos pontos de contacto entre categorias temporais e aspectuais: constatámos, em 1.3.1, a forte ligação que se estabelece entre adverbiais temporais e categorias aspectuais; vimos em 1.3.2 que os Tempos Gramaticais, para além da informação temporal, veiculam igualmente propriedades que dizem respeito ao Aspecto; em 1.3.3 focámos algumas tentativas de reduzir as classes aspectuais a definições assentes em conceitos temporais como os de momento ou intervalo de tempo; finalmente, em 1.3.4, referimos determinados pontos que separam os dois elementos em estudo. A última secção deste capítulo procura uma definição de Aspecto em confronto com as noções relacionadas de Aspecto Aristotélico e de *Aktionsart*.

Tendo sido feitas algumas opções teóricas fundamentais e depois de uma clarificação dos componentes basilares das propostas que adoptámos, tornou-se enfim possível uma tentativa de caracterização da semântica das formas progressivas no Português. Principiámos, pois, em 2.1, por uma abordagem bastante informal desta construção, investigando em 2.2 os principais problemas que ela coloca: o seu comportamento tipicamente estativo (cf. 2.2.1), o chamado Paradoxo do Imperfectivo (cf. 2.2.2), as consequências surgidas a partir da sua combinação com as várias classes aspectuais de predicacões (cf. 2.2.3) e o problema dos designados “objectos incompletos” (cf. 2.2.4). À luz destas dificuldades, passámos a uma revisão crítica das propostas mais proeminentes neste campo da investigação (propostas no âmbito de uma semântica de intervalos em 2.3.1, os tratamentos fornecidos por Dowty (1979) e Landman (1992), respectivamente em 2.3.2 e 2.3.3, as hipóteses formuladas a partir de uma semântica de eventos em 2.3.4, concluindo com os tratamentos de Vlach (1981) e Moens (1987) em 2.3.5). Tendo optado pela caracterização do Progressivo como um operador aspectual que converte processos em estados, procurámos estabelecer uma representação formal que se adequasse a uma tal ideia, tomando como ponto de partida as propostas de Kamp e Reyle (1993) no âmbito da Teoria das Representações Discursivas (cf. 1.3.6). Enquanto operador aspectual, o Progressivo pode ser combinado com os diversos Tempos Gramaticais do Português, dando origem às interacções

tratadas em 2.4. O facto de, no Inglês, o Progressivo manifestar, por vezes, um valor de futuridade levou-nos a procurar, na língua portuguesa, a expressão que, de uma forma mais aproximada, comportasse um tal potencial semântico. É assim que, em 3.5, investigámos, ainda que sumariamente, a estrutura *estar para*.

A hipótese levantada, no segundo capítulo, para a caracterização semântica das formas progressivas deve, naturalmente, ser testada. É esse o principal objectivo da terceira parte deste trabalho. O facto de não termos encontrado na literatura uma caracterização homogénea e formalizada para os diversos operadores aspectuais forçou-nos a fazer, em 3.1, uma rápida incursão neste domínio, através de uma tentativa de adaptação das teorias previamente adoptadas aos casos específicos de *começar a* (3.1.1), *continuar a* (3.1.2), *deixar de* e *parar de* (3.1.3), *acabar de* (3.1.4) e *andar a* (3.1.5). Alcançada uma formalização compatível com a que perfilhámos para o estudo do Progressivo, foi-nos por fim possível investigar os efeitos das suas múltiplas combinações (cf. 3.2). A terminar, e ainda com a finalidade de confirmar ou infirmar a análise escolhida para o Progressivo, observámos, em 3.3, o seu comportamento face a dadas construções predicativas adjectivais (*ser* ADJ, *estar* ADJ, *continuar* ADJ, *ficar* ADJ e *andar* ADJ). As compatibilidades e incompatibilidades observadas ao longo deste capítulo parecem ter validado (ou, pelo menos, não desmentido) quase todas as hipóteses anteriormente avançadas.

II - Problemas e Questões em Aberto

Daremos conta, em seguida, de alguns dos problemas mais intrincados que se nos depararam ao longo da nossa exposição. Longe de os querermos resolver aqui, limitar-nos-emos ao fornecimento de pistas para investigação futura.

1 - A Questão da Perfectividade. Um dos problemas mais sérios com que nos confrontámos diz respeito à determinação das categorias que, para o Português, possam ser consideradas realmente perfectivas. Nas abordagens mais recentes (cf. Moens (1987), Vlach (1993), Kamp e Reyle (1993), Peres (1993), (1994)), a Perfectividade tem sido unanimemente

concebida como a representação de um estado resultante ou consequente, i.e. como uma entidade aspectual com valor essencialmente resultativo.¹ Existem, contudo, algumas consequências importantes que derivam de uma tal concepção e que é necessário ter em conta ao procurar delimitar quais as expressões que manifestam esta propriedade semântica. Assim:

- Enquanto portadoras de informação essencialmente aspectual, as construções perfectivas devem poder ser combinadas com a grande maioria dos Tempos Gramaticais do Português (tal como acontece com o Progressivo).

- Enquanto suporte de um estado consequente, estas estruturas devem manifestar um carácter inequivocamente estativo (i.e., devem comportar-se, linguisticamente, como estados).

Para o Português, a forma *ter* + Particípio Passado tem sido considerada como a que mais condições reúne para veicular a noção de Perfectividade (veja-se, a título de exemplo, Peres (1994)). No entanto, ela manifesta alguns comportamentos pouco conciliáveis com as observações que acabámos de fazer. Assim, para além de apresentar, na sua combinação com a forma do Presente do Indicativo, um valor derivado (cf. (1)a e a discussão sobre o Pretérito Perfeito Composto em 1.3.2), esta construção revela-se incompatível com Tempos Gramaticais tão comuns como o Pretérito Perfeito Simples (cf. (1)b) ou a forma mais típica de representação do futuro em Português, *ir* + Infinitivo ((1)c), restrições que não se aplicam geralmente aos estados dos diversos tipos.

(1) a: A Maria tem arrumado a casa. (valor iterativo)

b: * A Maria teve arrumado a casa.

c: * A Maria vai ter arrumado a casa.

¹ Mesmo relativamente ao Inglês, língua sobre a qual são maioritariamente feitas as observações na literatura disponível, existem dúvidas sobre a adequação deste conceito ao Perfect: não só parece difícil conceber um estado resultante de uma predicação estativa (mais flagrantemente ainda quando o estado da predicação base pode prosseguir para além do tempo presente, cf. as duas interpretações do Present Perfect com estativos observadas por Kamp e Reyle (1993), 5.3.4.3), como também nos parece pouco explícito o procedimento que permite conciliar o Progressivo, concebido como um “estado preparatório” com formas Perfectivas (representando um estado resultante) sem inclusão de qualquer referência a um ponto de culminação.

Por outro lado, o comportamento das formas compostas por *ter* + Particípio Passado em relação aos adverbiais temporais está longe de se assemelhar ao de um qualquer estativo, parecendo aproximar-se mais do das predicções-base envolvidas, como (2) e (3) ilustram (sobre o caso específico do Pretérito Perfeito Composto, cf. 1.3.2):

- (2) a: O João tinha ligado a televisão às dez da noite. (valor de localização temporal)
b: * O João tinha ligado a televisão desde as dez da noite.
c: O João tinha ligado a televisão há uma hora. (valor de localização temporal)
d: ?? O João tinha ligado a televisão durante uma hora.
- (3) a: (??) O Pedro tinha montado o puzzle às dez da noite. (localização temporal)
a': O Pedro tinha montado o puzzle em vinte minutos.
b: * O Pedro tinha montado o puzzle desde as dez da noite.
c: O Pedro tinha montado o puzzle há uma hora. (localização temporal)
d: ?? O Pedro tinha montado o puzzle durante uma hora.

Perante tais dificuldades, impõe-se, naturalmente, a seguinte questão: haverá alguma forma que, no Português, apresente uma correspondência mais próxima e regular relativamente aos requisitos avançados para as construções perfectivas? A resposta afigura-se-nos afirmativa: uma construção predicativa como *ter* + O(bjecto) D(irecto) + Particípio Passado (flexionado), apesar das restrições sintácticas a que está sujeita (e que não analisaremos aqui), parece, em alguns aspectos, responder melhor às condições que considerámos necessárias para uma adequação satisfatória ao conceito de Perfectividade, tal como formulado na literatura. Com efeito, as suas possibilidades combinatórias com os diversos Tempos Gramaticais são bem mais alargadas do que as da estrutura anteriormente tratada: assim, a construção predicativa *ter* + OD + Particípio Passado (flexionado), não apenas comparece com o Presente do Indicativo, mantendo um valor resultativo (cf. (4)a), como também se associa ao Pretérito Perfeito Simples (cf. (4)b), à forma *ir* + Infinitivo (cf. (4)c) e até mesmo a tempos compostos (neste caso particular o Pretérito Perfeito Composto, cf. (4)d):

- (4) a: A Maria tem a casa arrumada. (valor resultativo)
 b: A Maria teve a casa arrumada (até as crianças chegarem).
 c: A Maria vai ter a casa arrumada (amanhã).
 d: A Maria tem tido a casa arrumada.

Outro factor importante a considerar é o comportamento inequivocamente estativo destas formas face aos adverbiais temporais, como podemos constatar pela comparação de (5), um estado lexical, com (6) e (7):

- (5) a: O João estava doente às dez da noite. (leitura inclusiva)
 b: O João estava doente desde as dez da noite.
 c: O João estava doente há dois dias. (leitura durativa)
 d: O João esteve doente durante uma semana.
- (6) a: O João tinha a televisão ligada às dez da noite. (leitura inclusiva)
 b: O João tinha a televisão ligada desde as dez da noite.
 c: O João tinha a televisão ligada há uma hora. (leitura durativa)
 d: O João teve a televisão ligada durante uma hora.
- (7) a: O Pedro tinha o puzzle montado às dez da noite. (leitura inclusiva)
 b: O Pedro tinha o puzzle montado desde as dez da noite.
 c: O Pedro tinha o puzzle montado há uma hora. (leitura durativa)
 d: O Pedro teve o puzzle montado durante uma hora.²

Face a estes dados, e ainda muito tentativamente, propomos uma distinção entre as formas tipicamente perfectivas, representadas pela estrutura *ter* + OD + Particípio Passado (flexionado), que veiculam informação prioritariamente aspectual, perspectivando os estados consequentes das predicções com que ocorrem, e os “Tempos do Perfeito”, basicamente

² O facto de nem todas as predicções aceitarem este tipo de construção não deriva, a nosso ver, de nenhum tipo de incompatibilidade entre as estruturas em causa mas, muito provavelmente, do facto de certos estados resultantes manifestarem um carácter “permanente”, excluindo, por conseguinte, a combinação com formas como as do Pretérito Perfeito que, como observámos em 1.3.2, impõe geralmente um ponto terminal à predicação com que ocorre.

representados por *ter* + Particípio Passado (não flexionado), portadores de informação essencialmente temporal de anterioridade (seja relativamente ao Ponto de Perspectiva Temporal, seja em relação à Localização Relativa; cf. Peres (1993), (1994)), eventualmente conjugada com a indicação de um ponto terminal (natural ou arbitrário). Ou, recorrendo à terminologia de Smith (1991), diremos que, enquanto as construções perfectivas provocam alterações dos tipos de situação, os “Tempos do Perfeito” actuam fundamentalmente ao nível dos pontos de vista. Antes de concluir este assunto, convém lembrar que o facto de os “Tempos do Perfeito” diferirem, em muitos aspectos, da construção que considerámos representar mais prototipicamente a Perfectividade no Português, não invalida a partilha de certos traços comuns: assim, *ter* + Particípio Passado pode comportar em si certas características perfectivas, tal como notado em Peres (1994).

2 - Os Estados. Ao longo do presente texto fomos abordando, em diversos momentos, a complexa problemática das predicções estativas. Impõe-se, portanto, uma breve sistematização das ideias que adiantámos ao longo das páginas precedentes.

Não é nada fácil encontrar uma definição incontroversa e rigorosa para o termo estado. Confinaremos, pois, o nosso campo de acção à enumeração sumária de alguns dos pressupostos por nós adoptados, sublinhando, no entanto, que muitas outras abordagens, igualmente válidas, poderão ser desenvolvidas nesta área.

Concebemos os estados como eventualidades não dinâmicas e, sob um certo ponto de vista, “uniformes”, ou seja, sem manifestarem uma estrutura fásica interna própria (o que não significa, obviamente, que essa estrutura não lhes possa ser aplicada, convertendo-os, no entanto, em processos). Para além dos estados obtidos através de meios lexicais, é relativamente fácil encontrar mecanismos de natureza diversa que conduzem a resultados linguísticos semelhantes. Nesse sentido, é legítimo falar em estados Progressivos, Resultantes, Pré-Preparatórios, Cessativos, Habituais, etc. (cf. 1.2). Independentemente dos factores que servem de suporte à “carga” estativa de uma predicação, todos os estados podem ser “faseáveis” (se convertíveis em processos no interior da Rede Aspectual) ou “não faseáveis” (se irredutíveis a eventos), sendo esta propriedade, no entanto, graduável (existem estados que apenas em algumas das suas características específicas se deixam aproximar de processos, mantendo outras necessariamente

inalteradas). Por outro lado (e, de certo modo, independentemente), os estados, ou comparecem em associação directa com indivíduos, veiculando, nestas condições, as suas propriedades enquanto entidades “plenas”, ou surgem ligados a “estádios” ou “períodos” de um indivíduo, exibindo apenas as suas manifestações temporalmente limitadas. A escolha entre uma ou outra destas perspetivações é eminentemente subjectiva, não correspondendo, de modo obrigatório, a critérios de duração ou de “essencialidade” (cf. 3.3).

Todos estes factos são conducentes à hipótese de encarar a ideia de estado, não como uma caracterização ontológica de entidades, mas antes como um conceito linguístico, operativo e abstracto. Por outras palavras, os estados não significarão mais do que “comportamentos” linguísticos típicos, aferíveis através de determinados critérios (cf. 1.1.2) e correspondendo a um conjunto de propriedades prototípicas em que podemos enquadrar certas predicções. É, também, com base nestes pressupostos que se torna possível falar em estados “faseáveis” e não “faseáveis”, no sentido em que encontramos predicções com um comportamento mais flexível do que outras relativamente aos critérios apontados como identificadores de estatividade.

3 - De Novo o Carácter Estativo das Formas Progressivas. Apesar de já termos adiantado, o mais explicitamente que nos foi possível, um número, a nosso ver suficiente, de critérios em favor do carácter estativo das estruturas com Progressivo (cf. 2.2.1 e a verificação ao longo do terceiro capítulo), pareceu-nos útil retomar a questão, desta feita à luz de tratamentos alternativos para o problema. De facto, diversos autores assumem que as formas progressivas veiculam, basicamente, processos (e não estados; cf. Oliveira e Lopes (1995), Garrido (1996)). Levantam-se, contudo, alguns obstáculos, difíceis (senão impossíveis) de ultrapassar quando se opta por uma tal posição.

Em primeiro lugar, as abordagens mencionadas não respondem de um modo satisfatório às questões levantadas em 2.2.1, especificamente não justificam nem sugerem quaisquer explicações para os comportamentos tipicamente estativos das formas com Progressivo. Por outro lado, os argumentos utilizados para sustentar o referido ponto de vista não estão isentos de sérias dificuldades. Assim, por exemplo, uma das observações apontadas como critério para a consideração das estruturas progressivas como suporte de processos diz respeito à “curta duração” geralmente associada a tais eventualidades. No entanto, como vimos em 3.3, o carácter

estativo de uma predicação não está, de forma nenhuma, dependente da sua duração temporal: existem estados de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos que podem corresponder a intervalos muito reduzidos de tempo, sem deixarem, contudo, de manter as suas propriedades estativas (cf. (8)):

(8) a: O leão esteve quieto (durante) uns segundos e depois atacou.

b: O Rui esteve desmaiado (durante) apenas três segundos.

Outro motivo geralmente apontado em favor do carácter processual das construções progressivas prende-se com o facto de este tipo de estruturas não ser sempre obrigatoriamente verdadeiro relativamente a todos os momentos de tempo no interior do intervalo em que decorre. Um tal postulado assume que os estados têm de ser necessariamente verdadeiros em relação a momentos e não a intervalos de tempo, o que, como observámos em 1.3.3, levanta sérios problemas, sobretudo no que respeita à relação entre estados e “achievements”. Um tal raciocínio, por outro lado, impedirá igualmente a existência de estados habituais (uma frase como “A Cristina trabalha na biblioteca desde 1996” não implica, naturalmente, um trabalho ininterrupto desde a data indicada; existem pausas, períodos de férias etc.), apesar de todas as evidências em contrário.

Por estas razões, optamos por continuar a considerar as estruturas que envolvem o Progressivo como verdadeiros estativos. No entanto, a nossa proposta fornece uma solução para quem, apesar de tudo, continue a preferir associar ao Progressivo eventualidades de tipo processual: trata-se da possibilidade, que deixaremos em aberto, de encarar os estados progressivos como estados “faseáveis”, i.e., convertíveis em processos.

4 - Construções Progressivas: Estados “Faseáveis” ou não “Faseáveis”? Uma das questões mais complexas com que nos confrontámos tem a ver com o carácter “faseável” ou não “faseável” dos estados progressivos. Na realidade, os dados observados provocam alguma perplexidade. Se, por um lado, existem, nestas construções, características estativas que parecem ser irredutíveis a eventos (não é possível, por exemplo, combinar o imperativo com as formas progressivas, ao contrário do que se passa com a maioria dos restantes operadores aspectuais),

por outro surpreendemos comportamentos das mesmas estruturas que sugerem fortemente a sua (pelo menos parcial) assimilação aos eventos (cf. o que se passa relativamente às orações temporais introduzidas por *quando*). Para agravar a situação, existem variações de aceitabilidade ao nível das interacções estabelecidas entre o Progressivo e *começar a*, como notámos em 3.2, o que sugere, mais uma vez, uma certa flutuação neste domínio. A consideração da “faseabilidade” dos estados como uma propriedade graduável, já sugerida anteriormente, resolverá, pelo menos parcialmente, o problema em análise, na medida em que permite um “meio termo” que se coaduna consistentemente com o que temos vindo a constatar.

III - Conclusões

Com a plena consciência de que muito ficou por dizer e de que são possíveis outras aproximações ao problema, dependendo do enquadramento teórico adoptado (que manifestam resultados igualmente válidos e importantes), apresentaremos, em seguida, algumas conclusões, muito gerais, que derivam directamente da reflexão que acabámos de fazer.

- Tendo sido objectivo deste trabalho tratar, de uma forma unificada, o comportamento semântico da estrutura *estar a*, no Português, procurámos descobrir as suas propriedades caracterizadoras, ou seja, aquelas que a identificam e diferenciam de todas as outras construções. Para isso, procurámos diversificar, o mais possível, os seus contextos de ocorrência (em termos de categorias aspectuais, tempos gramaticais e operadores aspectuais), por forma a obtermos uma avaliação alargada do seu “funcionamento”.

- Das múltiplas propostas que procuram captar as funções e propriedades semânticas do Progressivo, aquela que melhor nos parece lidar com as dificuldades apresentadas por esta estrutura (cf. 2.2) é a que a encara como um operador aspectual, cuja função central é a de converter um “*input*” processual num “*output*” estativo (cf. 2.3 e Moens (1987) e Moens e Steedman (1988)).

- Uma hipótese como esta parece perfeitamente adequada à interacção que se estabelece entre as formas progressivas e os Tempos Gramaticais com que elas se combinam (cf. 2.4) e permite explicar as compatibilidades e incompatibilidades da sua ocorrência com diversos operadores aspectuais (cf. 3.2).

- Embora não entrando em contradição com a abordagem adoptada, a interacção do Progressivo com certas construções predicativas adjectivais reclama uma explicação adicional. Nessa medida, recorreremos à ideia de Carlson (1977), segundo a qual o estado progressivo dará conta de propriedades temporalmente limitadas de indivíduos (cf. 3.3).

- Finalmente, uma proposta como esta é passível de integrar as propriedades centrais do Progressivo (e provavelmente de outros operadores aspectuais) na representação semântica global das expressões linguísticas, nomeadamente através da sua integração nas Estruturas de Representação Discursiva - DRSs (cf. 2.3.6).

IV - Perspectivas Futuras

Com este trabalho tentámos contribuir, na medida das nossas possibilidades, para a compreensão dos mecanismos que presidem à utilização das formas progressivas no Português através da análise das suas características e propriedades mais relevantes, tanto ao nível geral dos estudos semânticos, como no âmbito mais particular da Teoria das Representações Discursivas. Para alcançar tal propósito, procurámos retomar alguns dos pontos fundamentais de uma teoria aspectual, reflectindo sobre eles e propondo a reformulação de alguns. No entanto, muitas questões ficam ainda em aberto, à espera de futura investigação. Deixaremos aqui uma breve referência a assuntos a desenvolver mais tarde. Será importante:

- Elaborar uma teoria sistematizada e coerente sobre as eventualidades estativas, procurando identificar quais as suas propriedades nucleares.

- Reavaliar a questão da Perfectividade, redefinindo algumas noções centrais no sentido de as clarificar e articular com conceitos relacionados.

- Aprofundar o estudo dos diversos operadores aspectuais, adaptando as suas propriedades semânticas à formalização da Teoria das Representações Discursivas.

- Estudar as interacções entre os diversos operadores aspectuais e entre estes e os Tempos Gramaticais do Português, testando, desse modo, as várias propostas possíveis nesta área de investigação.

O estudo sistemático e integrado de todos estes factores permitirá, sem dúvida, aumentar a nossa compreensão de um fenómeno tão complexo e fascinante como é o do Tempo e Aspecto. Se é certo que muitas perguntas continuarão sem resposta, um esforço de investigação neste domínio contribuirá, pensamos, para a clarificação de alguns dos mecanismos semânticos que regem a linguagem humana, captando a sua estruturação própria e revelando novos factos e fenómenos que, muito provavelmente, irão concorrer para o progresso dos nossos conhecimentos científicos e abrirão as portas a sistemas teóricos (e respectivas adaptações práticas) mais eficazes e ajustados à realidade linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, H. S., (1987), “Ser ou Estar: Eis a Questão”, *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3-15.

BACH, E., (1981), “On Time, Tense, and Aspect: An Essay in English Metaphysics”, in P. Cole (ed), *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press.

BACH, E., (1986), “The Algebra of Events”, *Linguistics and Philosophy*, Vol. 9, nº 1, 5-16.

BENNETT, M., (1981), “Of Tense and Aspect: One Analysis”, in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect*, New York, Academic Press, 13-30.

BENNETT, M. e B. PARTEE (1978), *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*, Indiana, Indiana University Linguistics Club.

BINNICK, R., (1991), *Time and the Verb. A Guide to Tense and Aspect.*, Oxford, Oxford University Press.

BRITO, A., e F. OLIVEIRA (1995), "Nominalization, Aspect and Argument Structure" *Interfaces in Linguistic Theory, Selected Papers from the International Conference on Interfaces in Linguistic*, Porto, A.P.L./Edições Colibri, 57-80.

CAMPOS, H., (1987), "O Pretérito Perfeito Composto: um Tempo Presente?", *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 77-85.

CARECHO, J., (1996), *Sobre a Semântica das Construções com Quando*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CARLSON, G., (1977), "A Unified Analysis of the English Bare Plural", *Linguistics and Philosophy*, Vol. 1, 413-456.

CARVALHO, H., (1984), "Temps et Aspect: Problèmes Généraux et leur Incidence en Portugais, Français et Russe", *Estudos Linguísticos*, 3º Vol, Coimbra, Coimbra Editora, 201-235.

CARVALHO, M., (1986), *Contribuição para o Estudo Sintactico-Semântico dos Verbos "Ser", "Estar" e "Andar" (auxiliar)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CUNHA, C. E CINTRA, L., (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa.

DAHL, O., (1985), *Tense and Aspect Systems*, Oxford, Basil Blackwell Ltd.

DAVIDSON, D., (1967), "The Logical Form of Action Sentences", in N. Rescher (ed), *The Logic of Decision and Action*, Pittsburgh, Pittsburgh University Press, 81-95.

DOWTY, D., (1979), *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, Reidel Publ. Comp..

DOWTY, D., (1986), “The Effects of Aspectual Class on the Temporal Structure of Discourse: Semantics or Pragmatics?”, *Linguistics and Philosophy*, Vol. 9, Nº. 1, 37-62.

FILIP, H., (1996), “Boundedness in Temporal and Spatial Domains”, in E. H. Casad (ed), *Cognitive Linguistics Research - Cognitive Linguistics in the Redwoods, the Expansion of a New Paradigm in Linguistics*, Berlin, Mouton de Gruyter, 665-692.

GARRIDO, A., (1996), *Expressões Temporais de Duração em Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GLASBEY, S., (1996), “The Progressive: a Channel-Theoretic Analysis”, *Journal of Semantics*, Vol. 13, N. 4, 331-361.

GONÇALVES, A., (1992) *Para uma Sintaxe dos Verbos Auxiliares em Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GONÇALVES, A., (1993), “Aspectos da Reestruturação Sintáctica em Português Europeu: as Construções com os Verbos Modais” *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra.

KAMP, H. e U. REYLE, (1993), *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

KENNY, A., (1963), *Action, Emotion and Will*, New York, Humanities Press.

KRATZER, A., (1989), "An Investigation of the Lumps of Thought", *Linguistics and Philosophy*, Vol. 12, Nº 5, 607-653.

KRIFKA, M., (1989), "Nominal Reference, Temporal Constitution, and Quantification in Event Semantics", in R. Bartsch, J. van Benthem e P. van Boas (eds), *Semantics and Contextual Expression*, Dordrecht, Foris Publication, 75-115.

LANDMAN, F., (1992), "The Progressive", *Natural Language Semantics*, Vol. 1, 1-32.

LOPES, A., (1995), "Tempo, Aspecto e Coesão Discursiva", *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. III, Lisboa, 351-371.

LOPES, O., (1972), *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LYONS, J., (1978), *Semantics*, Vol. 2, Cambridge, Cambridge University Press.

MATEUS, M. H., et al., (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho.

MATOS, S., (1997), "Usos não Temporais de Operadores de Tempo e Aspecto" in *Sentido que a Vida Faz - Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras.

MENDES, A., (1991), *A Referência Temporal no Discurso Conversacional aos 2/3 Anos de Idade*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.

MEULEN, A. ter, (1983) (The Representations of Time in Natural Language" in A. ter Meulen (ed), *Studies in Modeltheoretic Semantics*, Dordrecht, Foris.

MEULEN, A. ter, (1987), "Incomplete Events", *Proceedings of the Sixth Amsterdam Colloquium*, University of Amsterdam, 263-279.

MOENS, M., (1987), *Tense, Aspect and Temporal Reference*, Edimburgo, Tese de Doutoramento.

MOENS, M., e M. STEEDMAN (1988) "Temporal Ontology and Temporal Reference", *Computational Linguistics*, 14.

MÓIA, T., (1994), "Aspectos da Semântica das Expressões Temporais com Desde e Até", *X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.

MOURELATOS, A., (1981), "Events, Processes and States", in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect*, New York, Academic Press.

OGIHARA, T., (1996) *Tense, Attitudes and Scope*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

OLIVEIRA, F., (1991)a, "Alguns Aspectos do Aspecto", *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.

OLIVEIRA, F., (1991)b, "Funções Discursivas de Alguns Tempos do Passado em Português", in *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*, Porto, A.P.L., 165-185.

OLIVEIRA, F., (1992), "Algumas Questões Sobre Tempo e Aspecto", *Cadernos de Semântica* 9, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, F., (1994), "Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português", *Actas do Congresso Internacional Sobre o Português*, Vol. II, Lisboa, A.P.L., 151-190.

OLIVEIRA, F., (1995), “Aspecto: Algumas Questões”, *Cadernos de Semântica*, 20, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, F., e A. LOPES (1995) “Tense and Aspect in Portuguese” in R. Thieroff (ed) *Tense Systems in European Languages*, Vol. II, Tübingen, Niemeyer, 95-115.

PARSONS, T., (1990), *Events in the Semantics of English: a Study in Subatomic Semantics*, Cambridge Mass., the MIT Press.

PERES, J., (1993), “Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese”, *Cadernos de Semântica*, 14, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PERES, J., (1994), “Sobre a Semântica das Construções Perfectivas do Português”, *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. II, Lisboa, A.P.L., 33-58.

RYLE, G., (1949) *The concept of Mind*, London, Barnes and Noble.

SANTOS, D., (1996), *Tense and Aspect in English and Portuguese: A Contrastive Semantical Study*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

SCOTT, D., (1970) “Advice in Modal Logic” in Lamber, K. (org), *Philosophical Problems in Logic*, Dordrecht, Reidel.

SILVA, A., (1997), *A Semântica de Deixar: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.

SMITH, C., (1991), *The Parameter of Aspect*, Dordrecht, Kluwer Academic Press.

SOARES, N., (1994) "Começar a Vinf e Pôr-se a Vinf: marcadores de que fronteiras?"
Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 557-567.

VENDLER, Z., (1967), *Linguistics in Philosophy*, New York, Cornell University Press.

VERKUYL, H., (1993) *A Theory of Aspectuality, the Interaction Between Temporal and Atemporal Structure*, Cambridge, Cambridge University Press.

VIEGAS, M., (1996), *Aspectos da Semântica dos Localizadores Temporais em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VLACH, F., (1981), "The Semantics of the Progressive", in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect*, New York, Academic Press, 271-292.

VLACH, F., (1993), "Temporal Adverbials, Tenses and the Perfect", *Linguistics and Philosophy*, Vol 16, Nº 3, 231-283.

